



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: CULTURA,
EDUCAÇÃO E LINGUAGENS

CHARLES DURÃES

ENTRE A FICÇÃO E A HISTÓRIA:
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA EM *PONCIÁ VICÊNCIO*,
DE CONCEIÇÃO EVARISTO

VITÓRIA DA CONQUISTA

2025

CHARLES DURÃES

**ENTRE A FICÇÃO E A HISTÓRIA:
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA EM *PONCIÁ VICÊNCIO*,
DE CONCEIÇÃO EVARISTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Orientador: Prof.º Dr.º Cássio Roberto Borges da Silva

VITÓRIA DA CONQUISTA

2025

D951e

Durães, Charles.

Entre a ficção e a história: a construção da identidade negra em Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo. / Charles Durães, 2025.

103f.

Orientador (a): Dr. Cássio Roberto Borges da Silva.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagem, Vitória da Conquista, 2025.

Inclui referência F. 90 - 101

1. Ponciá Vicêncio. 2. Colonialismo. 3. Racismo. 4. Identidade negra. 5. Escravidão. 6. Conceição Evaristo. I. Silva, Cássio Roberto Borges da. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagem III. T.

CDD B869.09

Catálogo na fonte: Karolyne Alcântara Profeta – CRB 5/2134
UESB – Campus Vitória da Conquista – BA



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:
CULTURA, EDUCAÇÃO E LINGUAGENS



Governo do
Estado da Bahia

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Recredenciada pelo Decreto Estadual
Nº 16.825, de 04.07.2016

ATA DE DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: CULTURA, EDUCAÇÃO E LINGUAGENS DA UESB.

Aos treze dias do mês de março de 2025, por meio digital, representando o Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, os membros da Banca Examinadora constituída pelos professores: Dr.^a Maryllu de Oliveira Caixeta (PPGCEL/UESB); Dr. Edson Santos Silva (PPGL/UNICENTRO) e Dr. Cássio Roberto Borges da Silva (PPGCEL/UESB), orientador, reuniram-se para julgar a dissertação “*ENTRE A FICÇÃO E A HISTÓRIA: a construção da identidade negra em “Ponciá Vicêncio”, de Conceição Evaristo*”, de autoria de Charles Durães Soares de Oliveira. Depois da apresentação pelo candidato e da arguição pela banca, deliberou-se pela aprovação do candidato, condicionando-se o efeito legal desta ata, para o fim específico de emissão de diploma de Mestre em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, Linha de Pesquisa: Estudos Transdisciplinares da Linguagem, à entrega de versão definitiva da dissertação em até 30 dias decorridos da data de defesa, conforme preconiza artigo 62, capítulo XXIV – Da Versão Final da Dissertação, da Resolução Consepe Nº 38/2020 – que aprova o Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens. Nada mais havendo a ser tratado, a banca examinadora encerrou a sessão pública de defesa e eu, como seu presidente, lavrei a presente ata que, após a sua leitura, será assinada por mim, pelos demais membros da banca e pelo candidato ao título de mestre.

Vitória da Conquista, 13 de março de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br CASSIO ROBERTO BORGES DA SILVA
Data: 13/03/2025 11:40:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador – Prof. Dr. Cássio Roberto Borges da Silva

Documento assinado digitalmente
gov.br MARYLLU DE OLIVEIRA CAIXETA
Data: 13/03/2025 11:17:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinadora Interna – Prof.^a Dr.^a Maryllu de Oliveira Caixeta

Campus de Vitória da Conquista
ppgcel@gmail.com

(77) 3424-8695 |

Campus de Itapetinga
Praça da Primavera, 40
Bairro Primavera
CEP 45.700-000
PABX.: (77) 3261 - 8600

Campus de Jequié
Rua José Moreira Sobrinho, s/n
Bairro Jequeiezinho
CEP 45.200 - 000
PABX.: (73) 3528 - 9600

Campus de Vitória da Conquista
Estrada do Bem Querer, km 4
Bairro Universitário
CEP.: 45031 - 300
PABX.: (77) 3424 - 8600



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:
CULTURA, EDUCAÇÃO E LINGUAGENS



Governo do
Estado da Bahia

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Recredenciada pelo Decreto Estadual
Nº 16.825, de 04.07.2016

Edson Santos Silva

Examinador Externo – Prof. Dr. Edson Santos Silva



Documento assinado digitalmente

CHARLES DURAES SOARES DE OLIVEIRA

Data: 13/03/2025 11:46:13-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mestrando – Charles Durães Soares de Oliveira

Campus de Vitória da Conquista
ppgcel@gmail.com

(77) 3424-8695 |

Campus de Itapetinga
Praça da Primavera, 40
Bairro Primavera
CEP 45.700-000
PABX.: (77) 3261 - 8600

Campus de Jequié
Rua José Moreira Sobrinho, s/n
Bairro Jequiezinho
CEP 45.200 - 000
PABX.: (73) 3528 - 9600

Campus de Vitória da Conquista
Estrada do Bem Querer, km 4
Bairro Universitário
CEP.: 45031 - 300
PABX.: (77) 3424 - 8600

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço a Deus, por ter me concedido a oportunidade de participar de um programa tão enriquecedor quanto esse.

À minha esposa, Grazi, pelo incentivo quando eu não me senti capaz, pela paciência durante esses dois anos dedicados à pesquisa e, sobretudo, pelo seu amor e cuidado.

À minha mãe, Alda, por toda dedicação e carinho de sempre. E por sempre esperar o melhor de mim e para mim, mesmo quando as possibilidades são pequenas.

Aos meus colegas da Turma de 2023, por terem dividido essa experiência comigo, especialmente Elis e Karine, por terem compartilhado comigo os momentos de dificuldades e de conquistas durante esse tempo.

Ao meu orientador, professor Cássio Roberto Borges da Silva, por todas as instruções, por ter dedicado parte do seu tempo para a minha formação e pela gentileza demonstrada no momento em que precisei me mudar de estado.

Agradeço também aos demais professores – Avanete Pereira Sousa, Kanavillil Rajagopalan e Zamara Araújo dos Santos –, por terem participado da minha formação no Programa de Mestrado.

Aos membros do Programa de Mestrado, por nos acompanhar durante essa trajetória.

Aos membros da banca de defesa e de qualificação da dissertação, Edson Santos Silva e Maryllu de Oliveira Caixeta, por terem aceitado o convite e pelas sugestões que engrandeceram a minha pesquisa.

Por fim, ao Instituto Federal do Paraná, por ter viabilizado a conciliação entre minha carga horária docente e a execução desta pesquisa.

“Eu acho que só existe um tipo de gente: gente.”
Harper Lee (em *O sol é para todos*)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar de que forma o colonialismo e o racismo interferiram na construção da identidade do negro no Brasil. Presumimos, nesse sentido, que a análise de *Ponciá Vicêncio* (2017), de Conceição Evaristo, pode oferecer meios para o entendimento desses processos de formação identitária, pois, ao colocar em evidência personagens negras, mostrando suas forças e fraquezas, sofrimentos, sonhos e desejos, o livro de Evaristo é capaz de fornecer uma perspectiva que destaca as experiências próprias desse grupo étnico. Nesse estudo, recorreremos, prioritariamente, à obra *Pele negra, máscaras brancas* (2008), do psiquiatra martinicano Frantz Fanon, a fim de aprofundarmos a nossa reflexão da experiência colonial e suas consequências políticas, culturais e psíquicas. Recorreremos também, ainda que pontualmente, à obra do antropólogo congolês-brasileiro Kabengele Munanga, *Negritude: usos e sentidos* (2019). Além disso, apresenta-se uma contextualização do momento histórico dos primeiros anos da instituição da República Brasileira, bem como suas políticas ideias de eugenia e embranquecimento da raça que eram difundidas naquele momento, a fim de compreender como essas políticas moldaram a estrutura social e racial do país. O estudo focaliza a análise das formações identitárias na construção das personagens de Evaristo, relacionando sua dinâmica às reflexões teóricas discutidas inicialmente. A dissertação sugere que as mazelas causadas pela escravidão e pelo racismo no Brasil perduram até hoje e continuam a afetar a população negra, ou seja, as dores historicamente sofridas pelos negros interferiram diretamente na estruturação de sua identidade, constituindo-se como uma barreira a ser transposta, como evidencia o tratamento desse tema na literatura de Conceição Evaristo.

Palavras-chave: Ponciá Vicêncio; Colonialismo; Racismo; Identidade negra; Escravidão; Conceição Evaristo.

ABSTRACT

This research aims to analyze how colonialism and racism interfered in the construction of black identity in Brazil. In this sense, we assume that the analysis of *Ponciá Vicêncio* (2017), by Conceição Evaristo, can offer means for understanding these processes of identity formation, since, by highlighting black characters, showing their strengths and weaknesses, sufferings, dreams and desires, Evaristo's book is able to provide a perspective that highlights the experiences specific to this ethnic group. In this research, we primarily used the work *Pele negra, Máscaras Brancas* (2008), by the Martinican psychiatrist Frantz Fanon, in order to deepen our reflection on the colonial experience and its political, cultural and psychological consequences. We also used, albeit punctually, the work of the Congolese-Brazilian anthropologist Kabengele Munanga, *Negritude: Usos e sentidos* (2019). Furthermore, the historical moment of the first years of the establishment of the Brazilian Republic is contextualized, as well as its political ideas of eugenics and racial whitening that were widespread at that time, in order to understand how these policies shaped the social and racial structure of the country. This research focuses on the analysis of identity formations in the construction of Evaristo's characters, relating their dynamics to the theoretical reflections discussed initially. The dissertation suggests that the ills caused by slavery and racism in Brazil persist to this day and continue to affect the black population, that is, the pain historically suffered by black people directly interfered in the structuring of their identity, constituting a barrier to be overcome, as evidenced by the treatment of this theme in Conceição Evaristo's literature.

Keywords: Ponciá Vicêncio; Colonialism; Racism; Black identity; Slavery; Conceição Evaristo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 <i>PELE NEGRA, MÁSCARAS BRANCAS</i>	15
1.1 LEITURA DA OBRA.....	15
1.2 COLONIALISMO E RACISMO EM <i>PELE NEGRA, MÁSCARAS BRANCAS</i>	31
2 IDENTIDADE NEGRA POR KABENGELE MUNANGA.....	42
3 <i>PONCIÁ VICÊNCIO</i> E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA.....	49
3.1 A PUBLICAÇÃO DE <i>PONCIÁ VICÊNCIO</i>	49
3.2 FORTUNA CRÍTICA DE <i>PONCIÁ VICÊNCIO</i>	50
3.3 AS DORES DE <i>PONCIÁ VICÊNCIO</i>	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS.....	90
APÊNDICE - OBRAS LITERÁRIAS TRABALHADAS POR FANON EM <i>PELE NEGRA, MÁSCARAS BRANCAS</i>	102

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objetivo analisar a forma como a literatura de Conceição Evaristo e, mais especificamente, a obra *Ponciá Vicêncio*, denuncia as desigualdades sociais e as consequências da escravidão e do racismo para a população negra no Brasil depois da abolição. Consideramos sobretudo como esse processo histórico e político interfere na construção da identidade negra. Para isso, estabelecemos um diálogo com as ideias de Frantz Fanon acerca da experiência colonial, em *Pele negra, máscaras brancas*, e com o pensamento de Kabengele Munanga, em *Negritude: usos e sentidos*, a respeito dos conceitos de negritude e identidade negra.

A literatura desempenha um importante papel na construção das identidades sociais. Por meio da palavra escrita, autores e autoras têm dado forma às vozes de grupos marginalizados. Para Kielb e Silva (2020, p. 13), a identidade “é histórica e socialmente construída, sendo a participação em redes de relações e o acesso a artefatos culturais imprescindíveis ao desenvolvimento de sua singularidade”, dessa forma, a literatura, concebida como um artefato cultural, contribui para a formação dos sujeitos, permitindo que eles se reconheçam e se identifiquem com as narrativas.

É um fato que a escravidão deixou marcas na sociedade brasileira. O sistema escravista, implementado durante o processo de colonização, além de explorar e desumanizar africanos e povos originários, construiu também uma hierarquia racial que perdura até os dias de hoje. Segundo Madeira e Gomes (2018), as desigualdades enfrentadas pela população negra são resultado direto do legado da escravidão, um período marcado por crimes contra a humanidade. Dessa forma, a comunidade negra continua a carregar as consequências históricas de um sistema que a desumanizou e a marginalizou. As consequências da escravidão manifestam-se em diferentes esferas da vida econômica, social e política do país, resultando em exclusão, desigualdade social e racismo.

A literatura afro-brasileira, que ganhou notoriedade em contextos de luta por direitos humanos e por reconhecimento das identidades negras, tem se mostrado como um caminho para a construção de narrativas contra-hegemônicas. Autores como Conceição Evaristo, Ana Maria Gonçalves¹, Itamar Vieira Junior² e Jeferson Tenório³ têm explorado temas relativos às

¹ Escritora mineira que tem como obra literária de maior destaque o seu livro *Um defeito de cor*, publicado em 2006, pela Editora Record.

² Escritor baiano que ganhou destaque nacional em 2019, a partir da publicação do romance *Torto Arado*, pela Editora Todavia.

³ Escritor e professor nascido no Rio de Janeiro e radicado em Porto Alegre. Ganhou destaque nacional a partir de

particularidades da experiência do povo negro no Brasil. Esses escritores colaboram para a construção de uma identidade negra fortalecida e emancipada:

Nomear o que seria literatura afro-brasileira e quais seriam os seus produtores é uma questão que tem suscitado reflexões diversas. Há muito, um grupo representativo de escritores(as) afro-brasileiros(as), assim como algumas vozes críticas acadêmicas, vêm afirmando a existência de um corpus literário específico na Literatura Brasileira. Esse corpus se constituiria como uma produção escrita marcada por uma subjetividade construída, experimentada, vivenciada a partir da condição de homens negros e de mulheres negras na sociedade brasileira (Evaristo, 2009, p. 17).

Destaca-se, nesse sentido, a importância de reconhecer a existência de um *corpus* literário afro-brasileiro moldado pela experiência da negritude no Brasil. Essa literatura oferece um espaço para a construção de identidades negras, contribuindo para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e de comunidade entre os leitores negros.

O conceito de *escrevivência*, forjado por Conceição Evaristo, tem encontrado forte repercussão nos meios críticos e na produção acadêmica atual. Em entrevista concedida à Fundação Itaú Social⁴ e à Rede Galápagos⁵, a autora conta a respeito da origem do termo:

Se eu for pensar bem a genealogia do termo, vou para 1994, quando estava ainda fazendo a minha pesquisa de mestrado na PUC⁶. Era um jogo que eu fazia entre a palavra “escrever” e “viver”, “se ver” e culmina com a palavra “escrevivência”. Fica bem um termo histórico. Na verdade, quando eu penso em *escrevivência*, penso também em um histórico que está fundamentado na fala de mulheres negras escravizadas que tinham de contar suas histórias para a casa-grande. E a *escrevivência*, não, a *escrevivência* é um caminho inverso, é um caminho que borra essa imagem do passado, porque é um caminho já trilhado por uma autoria negra, de mulheres principalmente. Isso não impede que outras pessoas também, de outras realidades, de outros grupos sociais e de outros campos para além da literatura experimentem a *escrevivência*. Mas ele é muito fundamentado nessa autoria de mulheres negras, que já são donas da escrita, borrando essa imagem do passado, das africanas que tinham de contar a história para ninar os da casa-grande (Evaristo, 2020, n.p.).⁷

O termo cunhado por Conceição Evaristo está ancorado na história e na memória das mulheres negras escravizadas. A *escrevivência* é, em outras palavras, uma expressão da subjetividade negra, uma forma de construir e afirmar a própria identidade, desafiando as narrativas convencionais. O termo *escrevivência* se disseminou e hoje é estudado não só na área da literatura, mas tem alcançado outras artes e áreas de estudos. Para Bispo⁸ (2023, p. 2), por

2020, com a publicação do romance *O avesso da pele*, pela Editora Companhia das Letras.

⁴ A Fundação Itaú Social foi criada em 1993, e atua por meio de programas voltados à melhoria da educação pública brasileira.

⁵ A Rede Galápagos dedica-se à criação, consultoria, curadoria e educação em produção de conteúdo.

⁶ Conceição Evaristo obteve o título de mestre em letras em 1996, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), ao defender a dissertação intitulada *Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade*.

⁷ Entrevista concedida a Tayrine Santana, Itaú Social, e Aleksandra Zapparoli, Rede Galápagos.

⁸ O trabalho de Fábio Santos Bispo busca apresentar a *escrevivência* como metodologia de pesquisa em Psicanálise.

exemplo, a escrevivência pode ser pensada como:

Um dispositivo de pesquisa que possibilita articular vários desafios, tais como: a) trazer para o primeiro plano as temáticas do racismo e do sexismo; b) efetuar esse movimento de forma contextualizada geopoliticamente; c) contrapor-se à objetificação das pessoas negras, especialmente das mulheres, com espaços de produção de saber por elas sustentados; d) resgatar vozes e memórias silenciadas, recalçadas pelos discursos dominantes; e e) escutar as experiências vividas e as subversões subjetivas e políticas do inconsciente, que se contrapõem aos enquadres coloniais do saber e do ser.

A escrevivência, portanto, não se limita à produção literária, mas se configura como um instrumento para a transformação social e o enfrentamento de desafios históricos. Nesse sentido, questões relacionadas à memória e ao silenciamento de experiências negras, bem como referentes ao racismo, ao sexismo e à objetificação do povo negro – temas tão urgentes atualmente – podem ser discutidos a partir de representações forjadas no âmbito das obras de ficção.

Assim, a nossa hipótese de investigação presume que a análise de *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo, pode oferecer meios para a compreensão dos processos de construção da identidade negra no Brasil. Ao estudá-la, empenhamo-nos em identificar as marcas da escravidão e da exclusão social na trajetória da protagonista. Além disso, concentramo-nos nas possíveis correlações entre a narrativa criada por Conceição Evaristo e a História do Brasil. Por meio das experiências de Ponciá, somos transportados a uma época em que, apesar de abolida oficialmente a escravatura, as relações sociais no Brasil permanecem marcadas pela violência e pela opressão. Essa trajetória, entretanto, envolve também a esperança de conquista da liberdade – não só uma liberdade de papel –, mas factual. Desse modo, podemos afirmar que esta pesquisa busca demonstrar a intersecção aporética entre a ficção e a história: a palavra, entendida como a construção literária, serve, nesse sentido, para analisar aspectos da cultura negra no Brasil que o discurso histórico ainda não foi capaz de alcançar.

Segundo Conceição Evaristo, em entrevista ao canal da Editora Pallas, e publicada no Youtube:

Ponciá Vicêncio é um relato que retoma a história da escravização de africanos e seus descendentes no Brasil, mas, ao mesmo tempo que retoma essa história de escravização – essa história é retomada através da memória da personagem principal –, a narrativa traz também a condição que Ponciá Vicêncio e todos os africanos escravizados no Brasil vivem no pós-abolição. A literatura tem o poder de comover, o poder de sensibilizar o leitor ou a leitora muito mais do que o texto histórico, porque o texto histórico, por mais informações que traga, ele é um texto objetivo, não é um texto que foi feito ou que cumpre o papel de sensibilizar o leitor. Então, Ponciá Vicêncio, através dos seus relatos, sensibiliza, informa mais – talvez – do que o texto histórico ou complementa, justamente, uma informação do texto histórico, porque lida com as emoções. Muitas informações – talvez – que o jovem deixe passar ou que não perceba através do estudo da história do Brasil, ele pode apreender essas através de

texto ficcional, que é o caso de *Ponciá Vicêncio* (Evaristo, 2020).⁹

A autora afirma que a obra retoma a história da escravização de africanos no Brasil, mas isso não é feito de forma fria e distante, mas por meio de um trabalho de composição que se empenha em explorar a dimensão afetiva das personagens. Para ela, essa abordagem permite que o leitor se conecte de forma mais sensível com a história, o que se concebe como possibilidade de atingir uma compreensão mais profunda das implicações do cativeiro na vida das pessoas negras.

Corroborando com o pensamento de Evaristo, Moraes (2021), ao tratar da relação entre literatura e história, afirma que o leitor, ao explorar a literatura e se deparar com uma descrição detalhada de ambientes e personagens, é estimulado à imaginação, o que impulsiona a sua compreensão. De mesmo modo, Pesavento (2005, p. 48), ao discorrer no tocante à relação entre História e Literatura, assevera que essa conexão “se resolve no plano epistemológico, mediante aproximações e distanciamentos, entendendo-as como diferentes formas de dizer o mundo, que guardam distintas aproximações com o real”, isto é, a literatura, ao fazer uso da ficção e da imaginação, oferece uma outra forma de acesso à compreensão da realidade, que complementa a abordagem da história.

Para Conceição Evaristo, *Ponciá Vicêncio* não somente retoma experiências do passado, mas provoca reflexões acerca da condição atual da população negra:

Mais do que trazer essa narrativa desse período, que foi o período de escravização dos africanos no Brasil, e todas as consequências que perduraram durante longos anos, que aliás, perduram – a própria pobreza da população dos africanos e descendentes de africanos [é um exemplo disso]¹⁰. Mais do que trazer a história da escravização, essa narrativa lida ainda com a condição dos africanos e seus descendentes no Brasil [atual] (Evaristo, 2020).

Essa fala de Evaristo remete a um aspecto técnico que nos parece decisivo na narração de *Ponciá Vicêncio*: a descrição dos fluxos de consciência da protagonista, procedimento que privilegia cruzamentos entre memórias ancestrais e situações vividas no presente, enfatizando a persistência das sequelas da escravidão na sociedade brasileira.

No primeiro capítulo, o trabalho empenha-se no enfrentamento do universo teórico de Frantz Fanon, empreendendo uma leitura e análise de *Pele negra, máscaras brancas*. A escolha por essa obra motiva-se por sua ênfase na investigação da experiência colonial e de seus impactos na constituição da identidade negra. Ao realizar esse diálogo com Fanon, tentamos

⁹ Entrevista filmada e editada por Aurélio Oliosí, em 15 de dezembro de 2020, disponível no canal do Youtube da Editora Pallas (Evaristo, 2020).

¹⁰ O conteúdo destacado entre colchetes foi adicionado pelo autor da dissertação, com a finalidade de trazer mais coerência ao texto, visto que são trechos retirados de falas da escritora durante uma entrevista.

compreender como a subvalorização da cultura negra e o racismo internalizado podem conduzir os indivíduos a processos patológicos vinculados à “sociogênese”, de uma forma colonialista de racionalidade. Essa análise é mobilizada, posteriormente, a fim de levantar subsídios acerca dos processos identitários referidos na obra de Conceição Evaristo.

No segundo capítulo, busca-se aprofundar a compreensão da questão da identidade negra a partir das contribuições de Kabengele Munanga, com foco em sua obra *Negritude: usos e sentidos*.

Na terceira parte do texto, debruçamo-nos no romance *Ponciá Vicêncio*. Inicialmente, apresentamos uma breve descrição da obra: dados referentes à autora, histórico de publicações e edições do livro. Além disso, faz-se uma contextualização do momento histórico dos primeiros anos da instituição da República Brasileira, bem como suas políticas ideias de eugenia e embranquecimento da raça que eram difundidas naquele momento, a fim de compreender como essas políticas moldaram a estrutura social e racial do país. Em seguida, a partir dos elementos teóricos expostos nos capítulos anteriores, traçamos pontos de correlação entre a trajetória da protagonista e as análises de Frantz Fanon concernentes à construção da identidade negra. Assim, pretende-se identificar pontos de intersecção entre a experiência relatada da protagonista – bem como a das demais personagens – e possibilidades de descrição histórica das experiências coletivas da população negra no Brasil.

Nas Considerações Finais, realizamos uma síntese dos principais pontos da pesquisa e apresentamos algumas breves ponderações acerca dos resultados obtidos a partir dos diálogos entre os paradigmas teóricos mobilizados e a obra de ficção analisada.

1 PELE NEGRA, MÁSCARAS BRANCAS

“Ó meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!”

(Fanon, 2008, p. 191)

A obra de Frantz Fanon, *Pele negra, máscaras brancas*, constitui um marco nos estudos a respeito de raça e colonialismo. Neste capítulo da dissertação, empreendemos uma análise dos processos de formação do sujeito negro em um contexto marcado pela opressão racial. Para tanto, dividimos o argumento em duas partes: na primeira, realizamos a leitura de cada capítulo da obra, buscando identificar os principais argumentos e conceitos apresentados por Fanon; na segunda, damos especial atenção ao uso da literatura por Fanon como ferramenta de análise política e psicossocial.

No Brasil, há três edições do livro *Pele negra, máscaras brancas*: a primeira, de 1983, pela Editora Fator, com tradução de Maria Adriana da Silva Caldas; a segunda, de 2008, pela Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), com tradução de Renato da Silveira; e a terceira, de 2020, pela Editora Ubu, com tradução de Sebastião Nascimento e colaboração de Raquel Camargo. Para este estudo, foram utilizadas as edições da EDUFBA e da Ubu, e nesta última, examinamos especialmente o prefácio de Grada Kilomba.

1.1 LEITURA DA OBRA

Em 1947, Frantz Fanon deixa definitivamente sua terra natal, Fort-de-France¹¹. Após servir no exército francês durante a Segunda Guerra Mundial, ele faz uma breve visita à Martinica e, em seguida, parte para Lyon, onde inicia seus estudos de medicina. Entre 1947 e 1953, ele completa sua formação médico-psiquiátrica e, ao mesmo tempo, se envolve nos debates políticos e filosóficos da época. É relevante destacar que seus primeiros passos no campo das ciências sociais acontecem em um contexto de pós-guerra (Ortiz, 2014).

Pele negra, máscaras brancas foi publicada em 1952. A obra é uma análise das dinâmicas sociais e psicológicas que surgiram a partir da experiência colonial e, conseqüentemente, do racismo. Nessa obra, o autor entrelaça registros disciplinares variados, articulando elementos de Psicanálise, indagações filosóficas, questões sociais e políticas, sob o

¹¹ Capital administrativa e econômica da Martinica, ilha localizada no Caribe. Durante os anos de vida de Fanon até 2015, a Martinica era Departamento de Ultramar da França. A partir de 2015, tornou-se uma Coletividade Territorial Única, assim, permanece como um território francês, contudo, passou a ter maior autonomia em sua administração (Veríssimo, 2018).

prisma da opressão racial. Essa transdisciplinaridade atribui ao livro um alto grau de complexidade, o que se reflete na diversidade de perspectivas que se manifestam na ampla fortuna crítica dedicada a esse texto.

Essa diversidade representa um desafio no que concerne à legibilidade do texto, como aponta, em nota, o tradutor da obra:

Também não respeita fronteiras acadêmicas, penetra nos territórios intelectuais os mais variados, literatura, psicanálise, cinema, faz análises clínicas, “sócio-diagnósticos”; seu discurso tem um caráter epistemológico quando faz a crítica dos conceitos; tem um caráter didático quando explica mecanismos sociológicos e divulga conhecimentos científicos; tem um caráter político quando incita à ação e denuncia a exploração e a opressão; tem um caráter poético quando conta de modo comovente o drama do homem discriminado. E faz análises de vários gêneros de discurso, desvenda a mitologia de alguns heróis populares, insere pequenas dramatizações, cita poesia de alta qualidade (Silveira, 2008, *apud* Fanon, 2008, p. 8).

Grada Kilomba¹², no prefácio da edição da Ubu, por exemplo, reconhece a potência estética da escrita de Fanon em *Pele negra, máscaras brancas*: “o que era extraordinário na escrita de Fanon, e que nenhum dicionário podia traduzir, era o seu estilo literário, que transbordava em conteúdo e significado” (Kilomba, 2020, *apud* Fanon, 2020, p. 7). Kilomba relembra, nesse prefácio, seu primeiro contato com esse livro de Fanon, denunciando a ausência do autor martinicano nas bibliotecas de Portugal e vinculando essa ausência às formas tácitas de racismo:

Este princípio da ausência, no qual algo que existe é tornado ausente, é uma das bases fundamentais do racismo. As obras de Frantz Fanon existem, mas são ausentes, e por isso deixam de ter existência real. O existente passa a ausente e deixa assim de existir. [...] O que é que é proibido em Frantz Fanon? O seu discurso? A sua pele? Ou ambos? (Kilomba, 2020, *apud* Fanon, 2020, p. 6-8).

Assim, para Kilomba, a ausência não é apenas uma falta, mas um instrumento ativo de silenciamento e invisibilização. Nas palavras da escritora portuguesa, ao tornar algo que existe ausente, nega-se a sua realidade e legitimidade. Fanon, homem negro que denunciava o colonialismo e o racismo, foi duplamente marginalizado: tanto por sua cor de pele quanto por suas ideias – consideradas como subversivas.

O prefácio da edição da EDUFBA, escrito por Lewis R. Gordon¹³, apresenta uma perspectiva peculiar da influência de Frantz Fanon e de sua obra. Gordon destaca o contexto histórico em que o livro foi originalmente publicado, ressaltando as controvérsias que cercaram

¹² Psicóloga, psicanalista, escritora e artista portuguesa, nascida em Lisboa, 1968. Autora do livro *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (Rio de Janeiro: Cobogó, 2019).

¹³ Filósofo jamaicano radicado nos Estados Unidos, nasceu em 1962. É chefe do Departamento de Filosofia da Universidade de Connecticut, Estados Unidos, onde realiza estudos a respeito do existencialismo negro, pós-colonialismo, racismo, dentre outros.

sua recepção, especialmente em um ambiente acadêmico predominantemente eurocêntrico. Gordon destaca, também, as principais características da obra de Fanon: (1) Fanon observa como algumas pessoas negras não aceitam ou não percebem o racismo que enfrentam; (2) Fanon assume a tese de que a experiência individual é marcada pela contingência, isto é, por eventos e circunstâncias que fogem ao controle do sujeito, assim, o racista se torna racista por meio de um processo resultante de práticas sociais historicamente determinadas; (3) Fanon investiga o problema do negro em profundidade; (4) Fanon trata as relações entre discurso e o poder em diferentes áreas do conhecimento (5) Fanon reflete de forma inovadora no tocante ao funcionamento da liberdade e do reconhecimento nas relações humanas; (6) Fanon sugere diferentes maneiras de abordar o problema do racismo (Gordon, 2008 *in* Fanon, 2008).

Gordon discute o conceito de colonialismo epistemológico – trabalhado por Fanon –, lembrando que a colonização não se limita à subordinação material de um povo, mas abrange a maneira como as pessoas são capazes de expressar e compreender o mundo ao seu redor. Fanon argumenta que esse processo ocorre de forma radical na linguagem e na forma como o conhecimento é construído. O colonialismo epistemológico implica a imposição de uma forma de compreender e interpretar o mundo que é influenciada pelo poder colonial, afetando a visão de mundo e a identidade das pessoas colonizadas.

Fica evidente a contundência das palavras de Fanon, não apenas no que concerne à crítica às distintas formas de dominação colonial, mas também no que se refere à necessidade de compreensão dos mecanismos por meio dos quais os processos de coerção social foram forjados em uma baliza de fabulação racial: “mesmo expondo-me ao ressentimento de meus irmãos de cor, direi que o negro não é um homem” (2008, p. 26). O autor reconhece que sua opinião pode ser polêmica e, até mesmo, causar descontentamento entre outras pessoas negras. Ele está questionando a forma como a identidade racial negra foi assimilada e como ela é percebida pela sociedade:

O negro é um homem negro; isto quer dizer que, devido a uma série de aberrações afetivas, ele se estabeleceu no seio de um universo de onde será preciso retirá-lo. O problema é muito importante. Pretendemos, nada mais nada menos, liberar o homem de cor de si próprio (Fanon, 2008, p. 26).

O autor discute a questão da identidade racial e étnica. Ao mencionar "aberrações afetivas", o autor sugere que a identidade do homem negro foi distorcida por experiências sociais violentas, ocasionando severas consequências emocionais, portanto, sua ideia central é que há um conflito inerente ao indivíduo negro, uma espécie de luta contra estereótipos e pressões sociais relacionadas à sua raça.

Fanon expõe seu objetivo: “liberar o homem de cor de si próprio”, isto é, ele aponta a necessidade de romper com as construções sociais e emocionais que limitam a auto percepção e a liberdade do indivíduo negro. Ele sugere, ainda, que a pessoa negra deve ser capaz de um autoconhecimento que permita a superação de preconceitos associados à sua raça, alcançando, assim, uma liberdade de expressão e uma identidade autônoma. Nesse sentido, o argumento de Fanon caracteriza-se como uma convocação para a emancipação de uma autoimagem que, até então, havia sido condicionada por um contexto social racializado, ou seja, ele elabora um apelo para que o indivíduo negro possa redefinir sua identidade. No capítulo denominado “O preto e a psicopatologia”, Fanon discute o conflito identitário do negro:

Eis na verdade o que se passa: como percebo que o preto é o símbolo do pecado, começo a odiá-lo. Porém constato que sou negro. Para escapar ao conflito, duas soluções. Ou peço aos outros que não prestem atenção à minha cor, ou, ao contrário, quero que eles a percebam. Tento, então, valorizar o que é ruim – visto que, irrefletidamente, admiti que o negro é a cor do Mal. Para pôr um termo a esta situação neurótica, na qual sou obrigado a escolher uma solução insana, conflitante, alimentada por fantasmagorias, antagônica, desumana enfim, – só tenho uma solução: passar por cima deste drama absurdo que os outros montaram ao redor de mim, afastar estes dois termos que são igualmente inaceitáveis e, através de uma particularidade humana, tender ao universal. Quando o negro mergulha, ou, seja, quando ele desce, acontece algo de extraordinário (Fanon, 2008, p. 166).

Apagar-se ou admitir-se como algo ruim. As duas soluções apresentadas são consideradas insanas, pois ambas se baseiam em uma premissa de que a cor negra é inerentemente negativa. Fanon manifesta a angústia de viver em uma sociedade que associa a cor negra àquilo que é ruim. O "mergulho" é utilizado como uma metáfora para representar a descida às profundezas da identidade, em busca de uma compreensão mais autêntica de si mesmo. O “mergulho” é, ainda, o ato de descer da particularidade – “o negro é a cor do Mal” – ao universal – o negro é homem. Em defesa desse argumento, Fanon utiliza uma fala de Aimé Césaire¹⁴: “não adianta pintar de branco o pé da árvore, a força da casca por baixo grita” (Césaire, 1939 *apud* Fanon, 2008, p. 167). Ou seja, a identidade se rebela contra o modo como é construída, e busca ser reconhecida em outros termos.

Além disso, Fanon (2008) deixa claro que a análise feita por ele é psicológica, contudo, a real desalienação do negro requer a compreensão das condições econômicas e sociais. O sentimento de inferioridade só se estabelece após um processo duplo: primeiro, um processo violento de repressão política e econômica e, depois, a incorporação, ou mais precisamente, a internalização de uma sensação de desvantagem em relação ao outro.

¹⁴ Além de poeta e ensaísta, também foi um político envolvido com a causa da negritude. Nasceu na Martinica em 1913. Sua obra é marcada essencialmente pela experiência do exílio e da deportação, além da presença do negro africano no mundo produzida pelo tráfico e pela escravidão” (Vergès, 2009).

A “alienação do negro não é apenas uma questão individual” (2008, p. 28); para Fanon “é pelo homem que a Sociedade chega ao ser” (Fanon 2008, p. 28), isto é, a alienação experimentada pelos negros não é simplesmente um problema pessoal ou individual, mas um fenômeno que se estende para além do indivíduo e afeta a sociedade como um todo. Essa alienação é um fenômeno que, perpetuado por escolhas éticas e políticas, atinge as estruturas e normas da sociedade. Esse processo gera uma destruição psíquica, trazendo um impacto na saúde mental e emocional dos indivíduos afetados. Os colonizadores produzem a animalização do colonizado, animalizando-se, conseqüentemente, num processo brutal de dominação: o colonialismo.

Fanon inicia o primeiro capítulo do seu livro argumentando que, quando uma pessoa fala, ela se torna verdadeiramente presente e reconhecível para os outros. Nesse sentido, ele discute duas dimensões do negro: “uma com seu semelhante e outra com o branco. Um negro comporta-se diferentemente com o branco e com outro negro” (2008, p. 33), o que, para ele, é uma incontestável consequência da experiência colonial.

A adoção da linguagem do colonizador por parte do indivíduo colonizado pode ser vista como um esforço para se integrar na sociedade dominante. Ao dominar a linguagem do poder hegemônico, o homem colonizado pretende ganhar acesso não apenas aos sistemas de comunicação, mas também aos códigos culturais e às estruturas de poder que moldam essa sociedade. No entanto, é importante notar que esse processo de assimilação linguística não é desprovido de complexidades. Ao adotar a linguagem do branco, o negro encontra-se em uma encruzilhada cultural e identitária que o divide entre uma matriz cultural dominante e sua própria herança linguística e cultural.

Nesse sentido, é necessário reconhecer que a linguagem não é um mero veículo de comunicação: “existe na posse da linguagem uma extraordinária potência” (Fanon, 2008, p. 34). Ela molda a maneira como as ideias são concebidas, as narrativas são construídas e as normas sociais são reforçadas, portanto, ao dominar a linguagem do colonizador, o indivíduo negro pretende participar ativamente na construção e na transformação das estruturas sociais.

Contudo, o que se nota, com frequência, é que o povo colonizado, regularmente, é afetado por um sentimento de inferioridade. Como consequência disso, à medida em que internaliza as determinações culturais da metrópole, ele gradativamente se afasta de sua realidade cultural, adotando comportamentos e crenças que se alinham com a cultura da metrópole (Fanon, 2008).

Essa situação também pode ser interpretada como uma relação de poder. Entre os negros colonizados das Antilhas Francesas¹⁵, “aquele que se exprime bem, que possui o domínio da língua, é muito temido; é preciso tomar cuidado com ele, é um quase-branco” (Fanon, 2008, p. 36). Aquele que se comunica de forma eloquente e demonstra proficiência na língua do colonizador é percebido como alguém que possui habilidades e conhecimentos valorizados na sociedade; ao ser capaz de se expressar de maneira eficaz, essa pessoa é associada aos padrões culturais e sociais da cultura dominante.

Esse comportamento não é fruto do acaso. Para Fanon (2008), se há o negro alienado (ou mistificado), em contrapartida, há aquele que o alienou (mistificador). Dessa forma, o autor, ao mencionar o objetivo de sua obra, afirma:

Fazendo-se apelo à humanidade, ao sentimento de dignidade, ao amor, à caridade, seria fácil provar ou forçar a admissão de que o negro é igual ao branco. Mas nosso objetivo é outro. O que nós queremos é ajudar o negro a se libertar do arsenal de complexos germinados no seio da situação colonial (Fanon, 2008, p. 44).

O autor observa que seria possível apelar para sentimentos humanos universais, como dignidade, amor e caridade, para demonstrar ou mesmo exigir o reconhecimento da igualdade entre negros e brancos. No entanto, indica que seu objetivo não é apenas alcançar a demonstração dessa igualdade em sentido abstrato, em vez disso, ele está mais interessado em auxiliar os negros a se libertarem da devastação psíquica que resulta das relações de opressão e de subordinação que caracterizam o contexto colonial. Isso evidencia o foco na transformação das percepções e na promoção da emancipação psíquica, social e política dos negros como parte do processo de busca por igualdade e justiça.

Fanon finaliza o primeiro capítulo de seu livro afirmando que “falar uma língua é assumir um mundo, uma cultura. O antilhano que quer ser branco o será na medida em que tiver assumido o instrumento cultural que é a linguagem” (2008, p. 50). Em síntese, o autor ressalta a conexão entre linguagem, poder e cultura. Ao tratar de uma determinada língua, uma pessoa não apenas se comunica, mas também internaliza e reflete os valores, normas e perspectivas da cultura associada a essa língua. Isso, para o colonizado que foi alienado, é uma forma de alcançar aquilo a que aspira: ser aceito na cultura dominante. Assim, ao adotar a linguagem e, por extensão, os valores culturais correspondentes, ele busca se aproximar do ideal "branco".

No Capítulo 2, Fanon aborda o conceito de embranquecimento. Ele sugere que, para serem valorizadas ou aceitas na sociedade dominante, as pessoas de uma etnia minorizada

¹⁵ Atualmente, além da Martinica, outras ilhas nas Antilhas ainda se mantêm como departamentos franceses: as Ilhas de Guadalupe, São Martinho e São Bartolomeu.

acreditam que devem adotar características ou traços associados a população majoritária. O objetivo não é preservar a cultura ou a identidade de uma maioria que foi minorizada, mas garantir que elas assimilem os padrões culturais e estéticos de uma minoria que é detentora de poder. Para Santos (2020), a ideia de uma maioria minorizada evidencia a construção social da raça como categoria de opressão. No caso brasileiro, à população negra, embora numericamente maior, é imposta uma situação de inferioridade em relação a outros grupos sociais, especialmente em termos de acesso a recursos e oportunidades. Essa condição é resultado de um processo histórico de racialização que naturalizou as desigualdades e legitimou a dominação de uma minoria branca.

Essa perspectiva ressalta as pressões e expectativas enfrentadas por indivíduos de grupos étnicos ou raciais minorizados em contextos de colonialismo e dominação cultural:

Afim de contas, é preciso embranquecer a raça; todas as martinicas o sabem, o dizem, o repetem. Embranquecer a raça, salvar a raça, mas não no sentido que poderíamos supor: não para preservar “a originalidade da porção do mundo onde elas cresceram”, mas para assegurar sua branquidão. [...] Não é que neguemos ao negro qualquer valor, mas é melhor ser branco (Fanon, 2008, p. 57-58).

Fanon acrescenta uma outra camada a essa questão: além da assimilação de normas e de costumes da sociedade colonizadora, os negros buscam uma modificação física em relação à cor da pele. Pessoas negras, quando alienadas pela colonização, buscam relacionamentos com brancos com a intenção de ter filhos de pele mais clara. Isso ilustra como a opressão e a busca por aceitação levaram algumas pessoas a medidas drásticas na tentativa de se encaixar em padrões valorizados pela sociedade dominante. Isso evidencia os diversos ramos do colonialismo na formação da identidade e na percepção de valores dentro dessas comunidades.

O colonialismo não apenas difundiu ideias de superioridade branca, mas também desvalorizou as culturas e identidades das populações colonizadas. Tal situação criou um ambiente no qual muitas pessoas internalizaram a ideia de que ser branco é mais desejável, levando-as a buscar maneiras de se aproximar desse ideal.

No Brasil, essa ideia de embranquecimento ganhou força em movimentos políticos que ocorreram no início da primeira República. Se observarmos a Constituição Federal de 1934¹⁶, é possível constatar que “estimular a educação eugênica” (Brasil, 1934) era uma incumbência da União, dos Estados e dos Municípios. Essa política, além de regularizar a desigualdade racial, contribuiu para a construção de uma identidade nacional eurocêntrica, que negava a

¹⁶ A Constituição Federal de 1934 foi a terceira a ser promulgada no Brasil, e a segunda após a Proclamação da República. A ideia era que essa Carta Constitucional fortalecesse a democracia e representasse uma evolução no constitucionalismo brasileiro (Supremo Tribunal Federal, 2018).

diversidade étnica e cultural do país.

Não por acaso, houve uma intensa discussão acerca da legislação imigratória durante a Assembleia Constituinte de 1933-1934, o que evidenciou a centralidade da questão racial na construção do projeto nacional daquele momento. A preocupação em “estimular a educação eugênica”, expressa na Constituição de 1934, revela a intenção de moldar um perfil demográfico alinhado aos ideais de branqueamento que norteavam as políticas públicas da época (Souza, 2022).

Essas ideias manifestaram-se não só na política, mas também nas artes. Um exemplo disso é a obra *A redenção de Cam*, de Modesto Brocos¹⁷ (FIGURA 1). A pintura, que retrata uma família brasileira com diferentes tonalidades de pele, buscava representar o processo de embranquecimento da população, defendido por muitos intelectuais e políticos. Essa obra de Modesto Brocos se insere no contexto do racismo científico, que buscava justificar a superioridade da raça branca através de argumentos pseudocientíficos.

FIGURA 1 – *A redenção de Cam* (1895), de Modesto Brocos



FONTE: RONCOLATO / Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP (2018).

¹⁷ Pintor e desenhista espanhol, nascido em 1852, radicou-se no Brasil a partir de 1890. Embora não tenha tanta projeção atualmente, a pintura de Modesto Brocos, especialmente *A redenção de Cam*, será sempre lembrada como um símbolo da ideologia eugênica e do desejo de branqueamento da população brasileira (Almeida, 2024).

Roncolato (2018, n.p.), ao analisar essa obra, afirma que:

O quadro [...] mostra, da esquerda para direita, uma senhora negra, descalça sobre um chão de terra, que ergue as mãos e os olhos aos céus ao lado de uma mulher, provavelmente sua filha, de tom de pele mais claro, que segura seu bebê, branco, no colo. E um homem branco à sua direita. As três personagens representariam as três gerações necessárias para que o Brasil se tornasse um país branco. O homem branco à direita, ao que tudo indica, o marido da mulher ao centro e pai da criança, olha para o menino com admiração. Ele é o elo que permite o branqueamento completo dos descendentes da senhora, possivelmente escrava e, assim, a sua salvação.

Em suma, a obra *A redenção de Cam* funcionaria como um manifesto visual da ideologia do branqueamento, servindo como ferramenta de propaganda para aqueles que advogavam pela homogeneização racial da população brasileira. Essa obra materializa a memória de um período em que havia o desejo de clarear a tonalidade da pele do povo brasileiro, a fim de assemelhá-lo com os seus colonizadores (Almeida, 2024).

Posteriormente, no Capítulo 3, Fanon analisa o fato de que o negro, antes de tentar convencer o “outro”, precisa convencer-se de sua humanidade, pois “é no núcleo de sua alma [...] que reside a incerteza” (2008, p. 71). A incerteza não está apenas nas interações superficiais, mas reside no cerne da alma do homem colonizado, tão complexa e intrincada quanto a de qualquer europeu. Isso destaca a batalha interna e a busca do negro por autoafirmação e reconhecimento, algo que vai além das aparências e se enraíza na sua percepção de si mesmo.

Fanon ressalta que a história de opressão, a internalização de estereótipos, o medo de retaliação, a falta de recursos e de oportunidades, o cansaço, o desgaste e a descrença no sistema são causas que o impedem o negro de:

tomar consciência das oportunidades que desperdiçaram, da passividade que demonstraram em situações, onde, justamente, teria sido preciso, tal qual um espinho, enfiar-se no coração do mundo, forçar, se preciso for, o ritmo do coração do mundo, deslocar, se necessário, o sistema de comando; em todo caso, seria preciso, com determinação, enfrentar o mundo (Fanon, 2008, p. 80).

Esse trecho ressalta a necessidade de agir diante das circunstâncias. O autor enfatiza que as pessoas, muitas vezes, perdem oportunidades e se tornam passivas em momentos decisivos da história. Ao mencionar a necessidade de “enfiar-se no coração do mundo” e “forçar o ritmo do coração do mundo”, ele está sugerindo que é preciso agir para provocar mudanças na estrutura social. A metáfora do “espinho” indica que, em algumas situações, é preciso ser incisivo para superar os obstáculos na tentativa de transformar a realidade em que se vive.

Fanon define, por fim, o objeto do seu estudo: “permitir ao homem de cor compreender, com a ajuda de exemplos precisos, as causas psicológicas que podem alienar seus semelhantes”

(2008, p. 81), ou seja, ele deseja oferecer ferramentas e conhecimentos que permitam às pessoas entender as dinâmicas que podem contribuir para a alienação dentro de suas próprias comunidades. Isso pode ser fundamental para promover a conscientização e, possivelmente, para iniciar processos de transformação e empoderamento.

No quarto capítulo do livro, Fanon, ao abordar o problema da colonização, discute a questão da intersecção de condições objetivas e históricas; contudo, para ele, esse problema envolve a forma como o indivíduo interpreta e reage a essas circunstâncias. Trata-se de um emaranhado de fatores que abrange desde as condições socioeconômicas, políticas e culturais até as percepções, crenças e atitudes dos envolvidos.

Nesse contexto, deve-se considerar o papel das estruturas de poder, que modelam não apenas as condições materiais, mas também as narrativas e discursos que atravessam a sociedade. A maneira como as instituições colonizadoras se estabelecem e operam impactam a psique e a identidade dos colonizados, influenciando a forma como eles se relacionam com o mundo ao seu redor.

É fundamental compreender que a colonização não se resume à imposição de um domínio territorial, mas também à influência intelectual, psicológica e cultural sobre os povos colonizados. A forma como os colonizados internalizam e reagem a essa realidade é uma das variáveis a serem observadas no processo de colonização, por isso, Fanon destaca a importância de analisar não apenas os fatores externos, mas também a maneira como os indivíduos se posicionam e respondem diante dessas condições.

Outra questão discutida por Fanon, no processo de colonização, é o sentimento de inferioridade, algo que não deve ser confundido com uma posição minoritária:

Um branco, nas colônias, nunca se sentiu inferior ao que quer que seja. [...] O colonizador, se bem que “em minoria”, não se sente inferiorizado. Há na Martinica duzentos brancos que se julgam superiores a trezentos mil elementos de cor. Na África do Sul, devem existir dois milhões de brancos para aproximadamente treze milhões de nativos, e nunca passou pela cabeça de nenhum nativo sentir-se superior a um branco minoritário (Fanon, 2008, p. 90).

O autor destaca as relações de poder e dominação que ocorrem nas colônias entre os brancos colonizadores e os nativos. Ele demonstra que, nas colônias, os brancos não experimentam um sentimento de inferioridade em relação a qualquer outra pessoa; mesmo sendo numericamente minoritários, os brancos não se sentem diminuídos em sua posição. Isso reflete uma condição enraizada na estrutura social da colônia, na qual a hierarquia é mantida não apenas pela força bruta, mas também pela imposição de padrões culturais e de regimes políticos autoritários. O exemplo da África do Sul ressalta essa disparidade, em que milhões de

nativos convivem com uma minoria branca, todavia, a ideia de superioridade de um nativo em relação a um branco é praticamente impensável. Isso ilustra a eficácia do dispositivo colonial em estabelecer e manter essa desigualdade.

É possível estabelecer uma ligação direta entre essa situação e a experiência do negro diante da discriminação. A imposição de uma identidade depreciada e a negação da autenticidade do negro são consequências diretas desse contexto, o negro sofre por não ter a pele clara, pois o homem branco o submete à discriminação, anula sua importância e autenticidade, supondo que ele deve se alinhar o mais rapidamente possível ao mundo branco. O homem branco o rotula como uma criatura selvagem, ele e seu povo são reduzidos à mera matéria de exploração, fornecendo de modo repulsivo a matéria-prima para a produção de seus bens (Fanon, 2008).

Fanon (2008) argumenta que não há somente essas duas opções para o negro: branqueamento ou desaparecimento. Para ele, o negro

deve poder tomar consciência de uma nova possibilidade de existir; ou ainda, se a sociedade lhe cria dificuldades por causa de sua cor, se encontro em seus sonhos a expressão de um desejo inconsciente de mudar de cor, meu objetivo não será dissuadi-lo, aconselhando-o a “manter as distâncias”; ao contrário, meu objetivo será, uma vez esclarecidas as causas, torná-lo capaz de escolher a ação (ou a passividade) a respeito da verdadeira origem do conflito, isto é, as estruturas sociais (Fanon, 2008, p. 95-96).

O autor destaca a importância de perceber que há uma nova maneira de existir. Ele declara que seu objetivo é esclarecer as razões por trás desses sentimentos e capacitar a pessoa a fazer escolhas conscientes de como lidar com a verdadeira origem do conflito, que está enraizada nas estruturas sociais.

Essas “estruturas sociais” referem-se aos sistemas organizados de normas, valores, hierarquias e instituições que compõem uma sociedade. Elas englobam diversas esferas, como a política, a economia, a cultura, a educação. Para Fanon, as estruturas sociais configuram-se como elementos que moldam as relações e interações entre diferentes grupos étnicos, e que tendem a fazer com que a desigualdade, a discriminação e o racismo se mantenham. Ele argumenta, portanto, que é necessário compreender e confrontar essas estruturas para promover a verdadeira libertação das pessoas de cor.

Continuando com essa discussão, no início do quinto capítulo, “A experiência vivida do negro”, o autor alerta no tocante ao impacto da chegada dos brancos na sociedade negra:

De um dia para o outro, os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta (Fanon, 2008, p. 104).

Os negros se viram diante de uma mudança abrupta em seu modo de vida e na maneira como entendiam o mundo, devido à imposição de uma matriz cultural exógena. Esse choque cultural e o confronto entre sistemas de referência criaram uma situação desafiadora e desorientadora. Fanon problematiza a condição do negro ao ser julgado antes mesmo de se mostrar verdadeiramente, uma vez que sua forma aparente é alvo de julgamentos depreciativos prévios. O comportamento ordinário dos negros diante dos brancos coloca em evidência as sequelas desse conflito. Fanon, narrando em discurso direto, “encena” a atitude do negro ao se situar sob “olhares brancos”, descrevendo uma entrada gradual e cautelosa, uma habilidade para não surgir abruptamente, um rastejar, a manifestação de uma singular alteridade:

Chego lentamente ao mundo, habituado a não aparecer de repente. Caminho rastejando. Desde já os olhares brancos, os únicos verdadeiros, me dissecam. Estou fixado. Tendo ajustado o microscópio, eles realizam, objetivamente, cortes na minha realidade. Sou traído. Sinto, vejo nesses olhares brancos que não é um homem novo que está entrando, mas um novo tipo de homem, um novo gênero. Um preto! (Fanon, 2008, p. 108).

Essa atitude, marcada pelos “olhares brancos”, reflete a mentalidade etnocêntrica que, em vez de compreender a diversidade cultural do negro, busca categorizá-la ou mesmo transformá-la de acordo com os parâmetros europeus, demonstrando uma falta de abertura para a compreensão e valorização das diferentes expressões culturais e identidades étnicas.

A utilização da imagem do microscópio e da dissecação indica uma análise minuciosa e objetiva por parte desses olhares brancos que, ao ajustarem o microscópio, realizam "cortes na minha realidade". Essa expressão sugere uma redução, uma segmentação do autor como se fosse um objeto de estudo. A palavra "traído" revela uma sensação de decepção ou violação diante desse escrutínio intenso.

O autor identifica nos olhares brancos não a percepção de um homem recém-chegado, mas a categorização imediata de um “novo tipo de homem, um novo gênero”. A questão racial fica evidente na última frase, a percepção imediata é dominada pelo reconhecimento da cor da pele: “um preto!” Este trecho sugere uma reflexão da experiência do autor ao entrar em um ambiente no qual sua identidade é imediatamente definida pela cor de sua pele.

Fanon apresenta mais um exemplo desse comportamento, afirmando que o negro

é aquele que tem medo – um medo terrível. Ele tem medo, mas de que tem medo? Dele mesmo. Não se sabe ainda quem ele é, mas ele sabe que o medo habitará no mundo quando o mundo souber. E quando o mundo sabe, o mundo sempre espera algo ruim do preto. Ele tem medo que o mundo saiba, tem medo do medo que o mundo teria se o mundo soubesse (Fanon, 2008, p. 125).

Esse medo é alimentado pelo estigma associado à cor da pele do indivíduo. Há uma

preocupação constante com a percepção externa, indicando uma apreensão em relação ao julgamento e aos estereótipos negativos que possam surgir quando a verdade – isto é, sua cor – acerca de sua identidade for conhecida.

Essa incerteza em torno de sua própria identidade ocorre devido à falta de oportunidade do negro em criar sentido para si, pois, até isso foi-lhe imputado. Fanon destaca a ideia de que a identidade e o significado não são simplesmente moldados pela iniciativa individual, mas estão entrelaçados com fatores históricos e sociais mais amplos. Ele declara: “não foi eu quem criou um sentido para mim, este sentido já estava lá, pré-existente, esperando-me” (2008, p. 121), ou seja, para o negro, a capacidade de determinar seu próprio sentido ou propósito é limitada pelas ideias preexistentes e as expectativas que a sociedade branca projeta nele.

Fanon termina esse capítulo destacando sua resistência em aceitar uma visão limitada da identidade racial, reforçando a riqueza e a profundidade de sua experiência como indivíduo negro:

Um estropiado da guerra do Pacífico disse a meu irmão: “Aceite a sua cor como eu aceito o meu cotoco; somos dois acidentados”. Apesar de tudo, recuso com todas as minhas forças esta amputação. Sinto-me uma alma tão vasta quanto o mundo, verdadeiramente uma alma profunda como o mais profundo dos rios, meu peito tendo uma potência de expansão infinita. Eu sou dádiva, mas me recomendam a humildade dos enfermos (Fanon, 2008, p. 126).

A busca pela autonomia na definição da própria identidade e a recusa em aceitar representações simplistas são maneiras pelas quais o autor expressa sua resistência contra a “amputação” imposta pelo racismo.

Ao longo do Capítulo 6, há uma análise da influência cultural, das representações literárias, educacionais e sociais na formação da psique negra, evidenciando a imposição de um paradigma branco como um ponto de referência. A normalidade de uma criança negra, por exemplo, criada em um ambiente familiar que é considerado normal dentro de sua própria cultura e comunidade, poderia ser alterada ou afetada de forma negativa ao entrar em contato com o mundo branco dominante. De acordo com Fanon:

Somos obrigados a lançar mão da noção de *catharsis* coletiva. Em toda sociedade, em toda coletividade, existe, deve existir um canal, uma porta de saída, através do qual as energias acumuladas, sob forma de agressividade, possam ser liberadas. É a isso que tendem os jogos nas instituições para crianças, os psicodramas nas terapias coletivas e, de modo mais geral, as revistas ilustradas para os jovens, – cada tipo de sociedade exigindo, naturalmente, uma forma de catarse determinada. As histórias de Tarzan, dos exploradores de doze anos, de Mickey e todos os jornais ilustrados tendem a um verdadeiro desafoço da agressividade coletiva. São jornais escritos pelos brancos, destinados às crianças brancas. Ora, o drama está justamente aí. Nas Antilhas – e podemos pensar que a situação é análoga nas outras colônias – os mesmos periódicos ilustrados são devorados pelos jovens nativos. E o Lobo, o Diabo, o Gênio do Mal, o Mal, o Selvagem, são sempre representados por um preto ou um índio, e

como sempre há identificação com o vencedor, o menino preto torna-se explorador, aventureiro, missionário “que corre o risco de ser comido pelos pretos malvados”, tão facilmente quanto o menino branco. Algumas pessoas poderão pretender que isso não é muito importante, porque não refletiram sobre o papel dessas revistas ilustradas (Fannon, 2008, p. 130).

A reflexão proposta aborda a questão da representação na cultura popular e como isso pode influenciar a percepção e o comportamento das pessoas, especialmente de crianças e jovens em sociedades diversas e colonizadas. Há ainda mais:

Sou um preto – mas naturalmente não o sei, visto que o sou. Em casa, minha mãe canta para mim, em francês, romances franceses nas quais os pretos nunca estão presentes. Quando desobedeço, ou faço barulho demais, me dizem: “não se comporte como um preto”. Um pouco mais tarde lemos livros brancos e assimilamos paulatinamente os preconceitos, os mitos e o folclore que nos chegam da Europa (Fannon, 2008, p. 162).

Fanon destaca como as formas de entretenimento, por exemplo, os quadrinhos, servem como uma forma para a sociedade disseminar suas ideias, seus preconceitos e sua cultura. Tais meios de expressão oferecem uma oportunidade para conhecer novos mundos e pensamentos, especialmente entre crianças e jovens. No entanto, surge uma preocupação quando se trata da representação de diferentes grupos étnicos e raciais nessas histórias.

O autor aponta a banalidade na representação de personagens não brancas em materiais de entretenimento destinados às crianças brancas. Nessas histórias, os antagonistas ou vilões frequentemente são representadas como pessoas de etnias não brancas, pretos ou índios, reforçando estereótipos e uma visão distorcida e preconceituosa desses grupos. Além disso, Fanon ressalta o impacto psicológico e social desse tipo de representação. Para as crianças não brancas em sociedades colonizadas, identificar sua própria etnia com a vilania ou com ameaças à “sociedade” tem efeitos prejudiciais para a autoestima, a identidade e o modo como essas crianças se percebem em relação ao poder hegemônico.

O autor aborda ainda o processo de assimilação de ideias e conceitos provenientes da Europa por meio da leitura de livros “brancos”. Essa assimilação internaliza os preconceitos, mitos e folclores europeus, reforçando a visão de mundo eurocêntrica, em que os negros frequentemente são representados de maneira marginalizada ou são simplesmente excluídos. Conseqüentemente, crianças negras podem desenvolver um desejo de se parecer com modelos apresentados na mídia e na literatura, ou seja, modelos “brancos”, na tentativa de se encaixar em padrões culturais hegemônicos.

Assim, não há como afirmar que o próprio negro é responsável por se colocar em um lugar de inferioridade: “a verdade é que ele é inferiorizado” (Fannon, 2008, p. 133). Há um ciclo no qual a percepção negativa a respeito das pessoas negras não surge de uma ação

individual – do próprio preto –, mas é resultado de processos sociais mais amplos de inferiorização, estigmatização e discriminação.

Se uma pessoa negra cresce em um ambiente no qual a maioria das representações a retrata de forma negativa, com promoção de ideais de beleza, sucesso e comportamento alinhados com padrões brancos, ela tende a internalizar essas informações e isso pode resultar em um fenômeno que a leva a se sentir inferiorizada e a subvalorizar sua própria identidade. A linguagem, por exemplo, longe de ser um instrumento neutro, pode carregar consigo as marcas da colonização e da hierarquização racial. No tocante à articulação entre a linguagem e processo de estigmatização do colonizado, Fanon ressalta:

Na simbólica não se diz a Justiça Branca, a Verdade Branca, a Virgem Branca? Conhecemos um antilhano que, falando de um outro dizia: “Seu corpo é negro, sua língua é negra, sua alma também deve ser negra”. O negro é o símbolo do Mal e do Feio. Cotidianamente, o branco coloca em ação esta lógica (Fanon, 2008, p. 154).

A associação de atributos positivos com a “brancura” e de atributos negativos com a “negritude” demonstra como os usos da linguagem podem funcionar como um dispositivo capaz de reforçar preconceitos, arraigando-os na sociedade.

No Capítulo sete, o autor analisa a identidade, o reconhecimento e a percepção do eu e do outro, no contexto das colônias. Ele discute a ideia de reconhecimento na perspectiva de Alfred Adler¹⁸ e de Hegel¹⁹, explorando como a consciência de si e a identidade são moldadas por interações sociais.

Utilizando as ideias de Adler, Fanon expõe como os antilhanos constantemente explicitam um mecanismo identitário de comparação, buscando a autovalorização. Ele descreve a natureza neurótica da sociedade antilhana, em que a valorização de si é vinculada à depreciação do outro, o que, de acordo com Fanon, reflete o desejo de dominação. Fanon aponta que, embora a psicologia adleriana possa explicar parcialmente essa dinâmica de comparação, o contexto social e histórico desempenha um papel fundamental na criação dessa neurose coletiva, desafiando, assim, a simples aplicação das teorias psicológicas individuais para entender a estrutura social das comunidades antilhanas, visto que os antilhanos, como representantes dos povos colonizados,

cada vez que entram em contacto com um outro, advêm questões de valor, de mérito. Os antilhanos não têm valor próprio, eles são sempre tributários do aparecimento do outro. Estão sempre se referindo ao menos inteligente do que eu, ao mais negro do

¹⁸ Psicólogo austríaco, nascido em Viena, 1870. Foi o fundador da Psicologia do desenvolvimento individual e contemporâneo de Freud.

¹⁹ O filósofo Georg Wilhelm Friedrich Hegel nasceu em Stuttgart, na Alemanha, em 1770. É autor da obra *Fenomenologia do Espírito*, que é tida como um marco da filosofia mundial.

que eu, ao menos distinto do que eu. Qualquer posicionamento de si, qualquer estabilização de si mantém relações de dependência com o desmantelamento do outro. É sobre as ruínas dos meus próximos que construo minha virilidade (Fanon, 2008, p. 176).

Fanon (2008) explora também a reflexão acerca do negro na filosofia de Hegel. Ele ressalta como a autoconsciência humana, segundo o filósofo, depende do reconhecimento pelo outro. Para o negro, historicamente escravizado e posteriormente “libertado” pelo branco, a luta pela liberdade foi muitas vezes externalizada e não vivida com o mesmo fervor que outras lutas (pelo menos na realidade das Antilhas). A libertação não surgiu do próprio esforço e o negro ficou preso a um ciclo de gratidão superficial pelo gesto branco de “liberdade”²⁰.

A partir disso, o autor dá destaque ao tema da liberdade. Ele defende de maneira poética: “o homem é sim. Não cessaremos de repeti-lo. Sim à vida. Sim ao amor. Sim à generosidade. Mas o homem também é não. Não ao desprezo do homem. Não à indignidade do homem. À exploração do homem. Ao assassinato daquilo que há de mais humano no homem: a liberdade” (Fanon, 2008, p. 184). O homem também é confrontado com o lado negativo da existência: a indignidade, a exploração e a privação da liberdade, aspectos que contradizem a plenitude humana. Fanon defende a necessidade de lutar contra as forças que negam a dignidade e a liberdade, defendendo a garantia desse direito humano fundamental.

Na conclusão do livro, Fanon deixa claro que rejeita a ideia de ser determinado pelo passado, ressaltando que não quer ser um homem de passados, mas um homem que vive no presente, moldando seu próprio destino e enfrentando os desafios da existência. Fanon declara: “não tenho o direito de me deixar paralisar. Não tenho o direito de admitir a mínima parcela de ser na minha existência. Não tenho o direito de me deixar atolar nas determinações do passado. Não sou escravo da Escravidão que desumanizou meus pais” (2008, p. 190). Sua recusa em ser definido pelas determinações históricas e em se considerar um produto da desumanização resultante da escravidão é um apelo à emancipação pessoal e à superação das amarras, que poderiam restringir seu ser e sua liberdade individual:

A densidade da História não determina nenhum de meus atos. Eu sou meu próprio fundamento. É superando o dado histórico, instrumental, que introduzo o ciclo de minha liberdade. A desgraça do homem de cor é ter sido escravizado. A desgraça e a desumanidade do branco consistem em ter matado o homem em algum lugar. Consiste, ainda hoje, em organizar racionalmente essa desumanização. Mas, eu, homem de cor, na medida em que me é possível existir absolutamente, não tenho o direito de me enquadrar em um mundo de reparações retroativas. Eu, homem de cor, só quero uma coisa: que jamais o instrumento domine o homem. Que cesse para sempre a servidão do homem pelo homem. Ou seja, de mim por um outro. Que me

²⁰ Como no Brasil, a “generosidade” desse ato de “libertação” foi puramente ilusória. Essa falsa liberdade, que mascarou a continuidade da opressão e da desigualdade, será explorada em profundidade na análise do romance *Ponciá Vicêncio*.

seja permitido descobrir e querer bem ao homem, onde quer que ele se encontre (Fanon, 2008, p. 190-191).

Fanon destaca a busca por sua própria autonomia e liberdade, dissociando-se das imposições históricas que poderiam limitar suas ações. Ele rejeita a ideia de ser obrigado a aceitar que a história determine seus atos no presente, proclamando-se como o próprio fundamento de sua existência.

O autor também rejeita a ideia de hierarquia racial e se concentra na defesa da liberdade psíquica, articulada à liberdade política, social, cultural, filosófica e poética, destacando que a busca pela verdade e pela humanidade deve ser uma jornada contínua, uma luta constante para se libertar do passado, das estruturas opressivas e das divisões raciais. Ele afirma não ter “o direito de procurar saber em que minha raça é superior ou inferior a uma outra raça” (2008, p. 189), tampouco “o direito de ir atrás dos meios que me permitiriam pisotear o orgulho do antigo senhor” (2008, p. 189), marcando, assim, seu posicionamento contra a ideia de retribuição ou vingança como uma forma de buscar igualdade ou justiça.

Por fim, conclui o livro em um tom profético: “Ô meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!” (Fanon, 2008, p. 191). Essa prece final resume a busca dele por uma consciência crítica e um processo contínuo de indagação, refletindo a importância de não aceitar passivamente as estruturas sociais, as normas ou as condições existentes.

1.2 COLONIALISMO E RACISMO EM *PELE NEGRA, MÁSCARAS BRANCAS*

Nesta parte do estudo, empenhamo-nos em compreender, a partir das ideias de Fanon, como a construção da identidade negra é afetada pelo racismo e pelas marcas do colonialismo. Intentamos discutir os mecanismos pelos quais o racismo se internaliza na subjetividade negra, moldando a percepção de si e do outro. Para isso, textos de pesquisadores que se dedicaram a estudar Fanon serão utilizados como forma de enriquecer a discussão.

Na abertura do segundo capítulo, Fanon mobiliza a leitura do romance autobiográfico *Je suis Martiniquaise*, da Mayotte Capécia²¹, romance que conta a história da vida da autora, desde sua infância até a juventude. O livro trata de sua família, seus amigos, relacionamentos e da vontade de se tornar uma mulher independente. Além da narrativa biográfica, segundo Nolasco e Silva-Reis (2020), o livro também explora aspectos sociais, culturais e políticos da Martinica. Fanon o introduz da seguinte forma:

²¹ Pseudônimo de Lucette Céranus Combette, escritora nascida na Martinica, em 1916.

Certo dia, uma mulher chamada Mayotte Capécia escreveu duzentas e duas páginas sobre a sua vida, obedecendo a razões que mal percebemos, e onde se multiplicam ao acaso as mais absurdas proposições. A **acolhida entusiástica** reservada a esta obra em certos meios nos coloca no dever de analisá-la. Para nós, nenhum equívoco é possível: *Je suis Martiniquaise* é uma obra barata, **que preconiza um comportamento doentio** (Fanon, 2008, p. 54, grifos nossos).

Apesar da crítica de Fanon (– “obra barata” –) sugerir que a obra de Mayotte Capécia é de baixa qualidade, sua leitura não visa aos aspectos estéticos da obra, muito pelo contrário, ele concebe esse relato como uma posição típica, de tal forma que sua inferência tem em vista elementos sociológicos e psicanalíticos. A justificativa para esse tipo de apropriação fundamenta-se na “acolhida entusiástica” de *Je suis Martiniquaise* entre os leitores locais. Nessa análise, Fanon levanta uma discussão polêmica relativa ao comportamento da população negra sob o jugo do colonialismo: o desejo de embranquecer.

A personagem de Capécia explicita a ideia de que a branquitude seria superior e desejável, o que resulta na negação da própria identidade negra, a fim de se adaptar a um padrão visto como “superior”. Dessa forma, é possível afirmar que, no momento em que o negro é afetado por essa internalização de princípios oriundos da sociedade colonialista, o sistema opressor é fortalecido. Entende-se como sistema opressor um conjunto de estruturas sociais, políticas e econômicas que privilegiam determinados grupos em detrimento de outros.

Nessa análise, Fanon remete a um momento da narrativa em que Capécia descobre que sua avó era branca e canadense:

Fiquei orgulhosa. Naturalmente eu não era a única a ter sangue branco, mas uma avó branca é menos comum do que um avô branco. Então minha mãe era uma mestiça... Devia ter suspeitado ao ver sua pele clara. Achava a mais linda que nunca, a mais fina e distinta de todas. Se ela tivesse casado com um branco, talvez eu tivesse sido completamente branca... A vida teria sido menos difícil para mim?... Eu sonhava com esta avó que não conheceria e que estava morta porque havia amado um homem de cor martinicano... Como é que uma canadense pode ter amado um martinicano? Eu, que só vivia pensando no Senhor Pároco, decidi que só poderia amar um branco, um louro de olhos azuis, um francês (Capécia *apud* Fanon 2008, p. 56-57).

A personagem pondera a respeito das possíveis consequências de uma união inter-racial e imagina como teria sido sua vida se sua mãe tivesse se casado com um branco. A última frase, em que ela sonha amar um “branco, um louro de olhos azuis, um francês”, ilustra as influências sociais e culturais que moldam as ideias de beleza, aceitação e, principalmente, de clareamento. Os períodos de colonização – situação da autora – e escravidão, nos quais as pessoas negras foram oprimidas, menosprezadas e violentadas, representam as raízes desse fenômeno. A busca por embranquecimento não deve ser vista como uma escolha individual, mas como uma consequência das pressões sociais e das desigualdades nas estruturas de poder que, até hoje, perpetuam o racismo e a discriminação racial.

Sob o ponto de vista de Fanon, pode-se asseverar que as causas desse fenômeno patológico podem ser explicadas a partir do colonialismo; em outros termos, a busca de uma pessoa negra pelo embranquecimento é influenciada pelo legado da violência colonial. Fanon critica a atitude da personagem e, conseqüentemente, dos que se deixaram seduzir pela ilusão de vestir a "máscara branca", de se casar com branco, de ter filho branco, de assimilar uma etnia branca e, assim, negar sua própria identidade. Essa postura da personagem decorre das normas sociais criadas durante o período colonial, que valorizavam os traços e as características associadas aos brancos em detrimento das identidades e culturas negras.

Na contramão desse romance que, conforme Fanon (2008, p. 54), “preconiza um comportamento doentio” de busca pelo embranquecimento, situa-se o romance *Ponciá Vicêncio*, que ativa e constrói uma memória de ancestralidade, promovendo um processo de ressignificação identitária salutar, desafiando as representações negativas que foram historicamente atribuídas aos negros.

Ponciá, diferente de Capécia, busca encontrar-se com as suas origens, descobrir sua história e rememorar seu passado. Apesar da história de Ponciá iniciar-se com uma tentativa de viver uma vida diferente dos seus familiares, de partir para a cidade grande, o romance de Conceição Evaristo mostra o amadurecimento da personagem e como, com o passar do tempo, ela deseja retornar às suas raízes.

Quando Ponciá Vicêncio, depois de muitos anos de trabalho, conseguiu comprar um quartinho na periferia da cidade, retornou ao povoado. O trem era o mesmo, com as mesmas dificuldades e desconforto. Descia-se na entrada do povoado e caminhava todo o resto, horas e horas a pé. Atravessava as terras dos brancos e viam-se terrenos e terrenos de lavouras erguidas pelos homens que ali trabalhavam longe de suas famílias. Ponciá se lembrou do pai, das ausências dele durante os longos períodos de trabalho (Evaristo, 2017, p. 41-42).

Esse retorno de Ponciá ao povoado onde nascera pode ser considerado um retorno ao passado. Após ter vivido as dificuldades da cidade e de ter ficado afastada de sua família, a personagem sente a necessidade de se reencontrar com os seus, “vivos ou mortos, em algum lugar” (Evaristo, 2017, p. 55), em busca de um sentido de pertencimento e de dar significado à sua trajetória de vida.

Enquanto em Capécia há o desejo de embranquecer, ou seja, uma tentativa de negar sua própria história e cultura, a personagem Ponciá, ao buscar suas raízes, representa um conflito interno entre a pressão social por embranquecimento (internalização de um padrão dos *outros*) e a necessidade de afirmação da identidade negra. Isso fica evidente no olhar saudoso e repleto de memórias da personagem:

Na noite em que aconteceu o regresso, Ponciá Vicêncio não dormiu. Viveu o tempo em que era tomada pela ausência e, quando retornou a si, ficou apenas deitada escutando. Escutou na cozinha os passos dos seus. Sentiu o cheiro de café fresco e de broa de fubá, feitos pela mãe. Escutou o barulho do irmão levantando, várias vezes, à noite e urinando lá fora, perto do galinheiro. Escutou as toadas que o pai cantava. Escutou, e o que mais escutou, e o que profundamente escutou foram os choros risos do homem-barro que ela havia feito um dia. De manhã cedinho Ponciá Vicêncio levantou à procura de café. A caneca estava no lugar, em cima do fogão, porém, vazia. Assustou-se. Durante a noite ela vivera a certeza de que a casa estava habitada e cheia de vida. Possuída por essa sensação, esperou ainda um breve instante. Tinha a esperança de ver a mãe entrar com o pote de barro cheio d'água, que ela fora buscar no rio (Evaristo, 2017, p. 49-50).

A tristeza evidente em Ponciá é decorrente da solidão que a falta de seus ancestrais lhe traz. Não há dor por ser quem ela é ou quem eles eram, mas pela ausência de uma narrativa familiar completa, que permita se conectar com suas origens e construir um sentido de pertencimento. A memória ancestral é fundamental para a construção da identidade, e a ausência dela gera um vazio existencial que se manifesta na tristeza de Ponciá.

Apesar de ter reencontrado a casa vazia, “restavam-lhe, porém, os outros membros da família por todo o povoado. Todos eram parentes por ali. [...] Eram parentes, talvez, desde sempre, desde lá de onde tinham saído” (Evaristo, 2017, p. 51). Essa sensação de pertencer a um grupo, de fazer parte de uma comunidade ancestral, parece aliviar a dor da ausência física dos familiares, por isso, ela decide “que iria rever os outros, aqueles que também eram os seus” (Evaristo, 2017, p. 51).

As crianças, os jovens, as mulheres, os homens, as velhas e os velhos, imagens de um passado, se presentificavam aos olhos de Ponciá Vicêncio, à medida que a moça caminhava. Ela não tinha percebido que já vinha padecendo de uma saudade, que era de muito e muito tempo. Ponciá gostava das pessoas velhas, mas as temia. A cabeça branca, a voz rouca, o olhar embaçado contemplando a vida refeita pelo movimento das lembranças. Ela olhava-os à distância. E, depois de longa ausência pela cidade, durante o tempo de seu regresso, Ponciá Encontrou com Nêngua Kainda. A mulher, que era alta e magra, pareceu-lhe mais alta e mais magra ainda. Continuava ereta, apesar da idade, como uma palmeira seca. A pele do rosto, das mãos, do pescoço e dos pés descalços era enrugada como a de um maracujá maduro. Tinha o olhar vivo, enxergador de tudo. A velha pousou a mão sobre a cabeça de Ponciá Vicêncio dizendo-lhe, que, embora ela não tivesse encontrado a mãe e nem o irmão, ela não estava sozinha. Que fizesse o que o coração pedisse. Ir ou ficar? Só ela mesmo é quem sabia, mas, para qualquer lugar que ela fosse, da herança deixada por Vô Vicêncio ela não fugiria. Mais cedo ou mais tarde, o fato se daria, a lei se cumpriria. Ponciá nada indagou. Nada respondeu. Pediu bênção a Nêngua Kainda e se dispôs a continuar a vida (Evaristo, 2017, p. 52-53).

A personagem Nêngua Kainda, marcada pela sabedoria ancestral e pela conexão com as raízes, serve como um guia espiritual para a comunidade na qual nasceu Ponciá Vicêncio. A velha sábia, com seu olhar “enxergador de tudo” e suas palavras cheias de significado, simboliza a tradição e a transmissão do conhecimento ancestral, elementos essenciais para a construção da identidade negra.

A herança deixada por Vô Vicêncio é um elemento de destaque na formação de Ponciá. A busca por suas raízes, representada pela volta para a comunidade e pelo encontro com Nêngua Kainda, é um ato de resgate dessa herança. A referência à “lei que se cumpriria” sugere a existência de um destino traçado para a descendente de Vô Vicêncio, um destino ligado à terra, à comunidade e à ancestralidade. Essa herança, embora abstrata, faz parte da própria natureza de Ponciá, proporcionando-lhe um propósito.

Ponciá passou a visitar a casa de muitas pessoas da comunidade, que lhe contavam muitas histórias de seus antepassados, especialmente a respeito da trajetória de Vô Vicêncio. “Ponciá sabia dessas histórias e de outras ainda, mas ouvia tudo, como se fosse pela primeira vez. Bebia os detalhes remendando cuidadosamente o tecido roto de um passado, como alguém que precisasse recuperar a primeira veste, para nunca mais se sentir desamparadamente nua” (Evaristo, 2017, p. 55). Por meio desse processo de resgate da memória, Ponciá reconstrói sua identidade e busca superar a sensação de vulnerabilidade, de desamparo, de nudez, de perda e de desconexão com as raízes que a personagem experimentou ao se sentir distante de sua ancestralidade.

Nessa mesma parte do livro, Fanon também analisa o romance *Nini: mulâtresse du Sénégal*, do autor senegalês Abdoulaye Sadjí²². Fanon comenta:

Analisando algumas passagens do romance de Abdoulaye Sadjí, tentaremos compreender como se apresentam na realidade as relações de uma mulher de cor com o europeu. Antes de mais nada temos a negra e a mulata. A primeira só tem uma perspectiva e uma preocupação: embranquecer. A segunda não somente quer embranquecer, mas evitar a regressão. Na verdade, há algo mais ilógico do que uma mulata que se casa com um negro? Pois é preciso compreender, de uma vez por todas, que está se tentando salvar a raça (Fanon, 2008, p. 62-63).

Nesse trecho, Fanon discute as relações entre mulheres negras e europeus. Sua análise concentra-se especialmente nas atitudes de duas personagens femininas com sua própria identidade racial. A primeira personagem, uma mulher negra, é apresentada como alguém que tem uma única preocupação: embranquecer. Aqui, destaca-se novamente a pressão social para se conformar a padrões eurocêntricos, sugerindo que a busca pelo “embranquecimento” é uma tentativa de escapar das limitações impostas pela discriminação racial.

A segunda personagem, descrita como uma mulata, é apresentada não apenas como uma pessoa que deseja embranquecer, mas que também evita a regressão²³. Fanon, ironicamente,

²² Escritor e professor, nascido em Rufisque, Senegal, em 1910.

²³ Nessa obra do autor Abdoulaye Sadjí, o termo “mulata” é empregado à pessoa que é fruto de uma relação entre brancos e negros. Assim, por ser uma pessoa “mestiça”, “regredir” significaria relacionar-se com pessoas negras e tomar a sua linhagem negra.

explora uma possível “complicação” do enredo, discutindo uma atitude que seria vista como uma contradição aos olhos dos alienados do sistema colonial: uma mulher mestiça se casar com um homem negro. Fanon ressalta que, na perspectiva das personagens, há uma tentativa de “salvar a raça”, isto é, para elas, suas escolhas são moldadas a partir de um princípio virtuoso: a preocupação com a conquista de privilégios para a sua raça. Todavia, o custo desses “privilégios” seria a dissolução de sua identidade racial negra.

Enquanto Mayotte Capécia e as personagens de Abdoulaye Sadjí, marcadas pela internalização de padrões eurocêntricos, buscam de forma doentia se distanciar de suas raízes, Ponciá, ao contrário, procura resgatar sua ancestralidade. A busca de Capécia e das personagens do romance *Nini: mulâtresse du Sénégal* por uma identidade embranquecida revela a força da colonização e do racismo, que impõe aos negros padrões e comportamentos do colonizador. Em contrapartida, a busca de Ponciá por suas raízes representa uma resistência a essa imposição, um ato de afirmação da identidade negra e de recuperação da memória ancestral. Dessa forma, a comparação entre essas personagens evidencia a complexidade da construção da identidade negra, marcada por tensões entre a busca pela aceitação social e a afirmação da própria cultura.

Posteriormente, no Capítulo 3, Fanon analisa o fato de que o negro, antes de tentar convencer o “outro”, precisa convencer-se de sua humanidade, pois “é no núcleo de sua alma [...] que reside a incerteza” (2008, p. 71). A incerteza não está apenas nas interações superficiais, mas reside no cerne da alma do homem colonizado, tão complexa e intrincada quanto a de qualquer europeu. Isso destaca a batalha interna e a busca do negro por autoafirmação e reconhecimento, algo que vai além das aparências e se enraíza na sua própria percepção de si mesmo.

Como no capítulo anterior, no qual Fanon utiliza as obras *Je suis Martiniquaise* e *Nini: mulâtresse du Sénégal* para expor “como se comporta a preta na sua relação com o branco” (2008, p. 70), no terceiro capítulo, Fanon recorre à literatura em suas análises. Ao analisar um romance de René Maran²⁴, ele trata o “que se passa no caso dos negros” (2008, p. 70) em relação às brancas. O romance em questão é *Un homme pareil aux autres*.

De que trata este texto? Jean Veneuse é um preto. De origem antilhana, mora em Bordeaux há muito tempo; portanto é um europeu. Mas ele é negro, portanto, é um preto. Eis aqui o drama: ele não compreende sua raça e os brancos não o compreendem. [...] A personalidade do autor não se revela tão facilmente quanto gostaríamos. Seu personagem, órfão, interno no ginásio de uma província francesa, é forçado a permanecer durante as férias no internato. Seus amigos e colegas, ao menor

²⁴ Poeta e romancista nascido em Fort-de-France, Martinica, em 1887. Foi o primeiro escritor negro a vencer o Prêmio Goncourt, a mais antiga e prestigiada premiação literária da França.

pretexto, saem de férias através da França, enquanto que o pretinho adquire o hábito da ruminção, de modo que seus melhores amigos serão os livros (Fanon, 2008, p. 70).

A duplicidade surge a partir da tentativa de categorizá-lo tanto como um europeu – devido ao seu tempo de residência em Bordeaux, na França, – quanto como um negro – devido à sua origem antilhana. Essa “identidade dupla” representa um drama para Jean Veneuse, visto que a personagem se encontra em um estado de incompreensão tanto em relação à sua própria raça quanto em relação à maneira com que ele é visto por parte dos brancos. Fanon faz referência à personalidade de René Maran, o que sugere que, para Fanon, poderia haver uma conexão entre a personagem e o próprio escritor do romance analisado.

Além disso, Fanon destaca que esse fenômeno de recusa de sua própria identidade é conhecido entre os estudantes negros na França. Comportamento que era ratificado por alguns alunos brancos que tendiam a recusar a categorização desses estudantes como “verdadeiros pretos”. Essa atitude reflete a percepção racial estereotipada que associa a identidade negra à ideia de selvageria ou de primitivismo, enquanto considera o estudante “de cor” como alguém “evoluído” em relação ao negro das colônias (Fanon, 2008).

Em *Ponciá Vicêncio* é possível observar também esse olhar do homem branco em relação ao negro e à educação, vendo-o como um selvagem e incapaz de aprender as letras:

O pai de Ponciá sabia ler todas as letras do alfabeto. Sabia de cor e salteado. Em qualquer lugar que visse as letras, as reconhecia. Não conseguia, porém, formar as sílabas e muito menos as palavras. Aprendera a ler as letras numa brincadeira com o sinhô-moço. [...] Um dia o coronelzinho, que já sabia ler, ficou curioso para ver se negro aprendia os sinais, as letras de branco, e começou a ensinar o pai de Ponciá. O menino respondeu logo ao ensinamento do distraído mestre. Em pouco tempo reconhecia todas as letras. Quando sinhô-moço certificou-se de que o negro aprendia, parou a brincadeira. Negro aprendia sim! Mas o que o negro ia fazer com o saber de branco? O pai de Ponciá Vicêncio, em matéria de livros e letras, nunca foi além daquele saber (Evaristo, 2017, p. 16-18).

O sinhô-moço, ao questionar a utilidade do conhecimento para um negro, reforça a ideia de que o privilégio da educação está reservado aos brancos. Ao perguntar “mas o que o negro ia fazer com o saber de branco?”, ele deixa evidente a crença disseminada na “casa-grande” de que os negros são intelectualmente inferiores e incapazes de utilizar o conhecimento como forma de emancipação pessoal.

Esses excertos retirados da obra de René Maran e de Conceição Evaristo, embora provenientes de contextos históricos e literários distintos, convergem na problematização do contato do negro com a educação sob o jugo do racismo em diferentes perspectivas. Ambos os autores revelam as estratégias de dominação e exclusão utilizadas para negar a humanidade e a

inteligência dos negros, bem como as consequências dessas práticas para a autopercepção e a autoestima dos indivíduos.

Na perspectiva de René Maran, segundo Fanon (2008), o negro que estuda evolui, deixa de ser negro de verdade, todavia, não chega a ser branco, é somente alguém “excessivamente moreno” (Fanon, 2008, p. 73). Ao passo que, sob a perspectiva dos senhores da casa-grande, de acordo com Evaristo (2017), o negro pode até conseguir identificar as letras, mas não terá o que fazer com esse conhecimento, porquanto é “saber de branco” (Evaristo, 2017, p. 18).

Ademais, a personagem Jean Veneuse faz reflexões a respeito de uma possível relação entre uma mulher branca e um negro:

Revoltados com este humilhante ostracismo, negros e mulatos da plebe, desde que chegam à Europa, só têm um pensamento: saciar a fome que têm da mulher branca. A maior parte deles e, principalmente, os de pele mais clara, chegam frequentemente ao cúmulo de renegar seu país e sua mãe, e lá se casam, menos por sentimento do que pelo desejo de dominar a europeia, apimentados por um certo prazer orgulho de revanche. Então eu me pergunto se o que se passa com os outros não acontece também comigo. E se, casando-me com você, que é uma europeia, não causarei a impressão de estar proclamando não apenas o meu desprezo pelas mulheres de minha raça, mas também se, atraído pelo desejo da carne branca, que nos é proibida desde que os homens brancos reinam no mundo, não estarei me esforçando confusamente em me vingar, sobre uma europeia, de tudo aquilo que seus ancestrais fizeram passar aos meus, através dos séculos (Maran, 1947 *apud* Fanon, 2008, p. 73-74).

No trecho, Fanon comenta as relações raciais e sexuais na experiência dos negros e mulatos ao chegarem à Europa. A personagem descreve um sentimento de revolta e rejeição sofridos por esses indivíduos que, sentindo-se marginalizados, buscam na mulher branca uma forma de saciar sua fome por aceitação e vingança. A própria personagem em questão levanta uma indagação pessoal: se ele mesmo, ao se casar com uma europeia, estaria inadvertidamente perpetuando o mesmo padrão de desdém pelas mulheres de sua própria raça.

Há também uma reflexão a respeito do desejo da “carne branca”, proibido historicamente aos homens negros devido ao sistema hierárquico estabelecido pelos colonizadores brancos. Fanon utiliza esse romance como forma de destacar as relações de poder, os desejos e as identidades que permeiam os relacionamentos inter-raciais, questionando tanto a motivação individual quanto a influência do contexto histórico e social na construção dessas relações.

No quarto capítulo, intitulado “Sobre o pretense complexo de dependência do colonizado” – o que já indica que Fanon refuta a ideia da existência de um complexo de inferioridade intrínseco e natural do povo colonizado –, o autor aborda textos de seu conterrâneo

Aimé Césaire²⁵ concernentes aos efeitos da colonização. Fanon defende, enfaticamente, que “a civilização europeia e seus representantes mais qualificados são responsáveis pelo racismo colonial” (2008, p. 88) e cita o *Discurso sobre o Colonialismo*, de Césaire:

E então, um belo dia, a burguesia foi acordada por um choque terrível: as gestapos em plena atividade, as prisões cheias, os torturadores inventando, refinando, discutindo ao redor dos cavaletes. (...)

As pessoas se espantaram, ficaram indignadas. Diziam: ‘Que coisa estranha! Bah! é o nazismo, isso não vai durar!’ E esperaram, alimentaram expectativas; e esconderam de si próprios a verdade, ou seja, que é mesmo uma barbárie, mas a barbárie suprema, aquela que coroa, que resume o cotidiano de todas as barbáries; sim, é apenas o nazismo, mas antes de sermos as suas vítimas, fomos os seus cúmplices; este nazismo aí, nós o apoiamos antes de sofrer o seu peso, nós o absolvemos, fechamos o olho, o legitimamos, porque, até então, ele só tinha sido aplicado a povos não europeus; este nazismo, nós o cultivamos, somos responsáveis por ele, por seus disfarces, por sua penetração, sua infiltração, antes de absorvê-lo pelas águas a vermelhadas de todas as fissuras da civilização cristã e ocidental (Césaire, 1955 *apud* Fanon, 2008, p. 88-89).

Césaire critica a surpresa da burguesia europeia diante dos horrores do nazismo, como se este fosse um fenômeno isolado e distante das atrocidades que aconteciam nas colônias. O raciocínio de Césaire denuncia, assim, os massacres do sistema colonialista, ou seja, a tolerância com o racismo e a discriminação, presentes no colonialismo, criam as condições para o surgimento de regimes totalitários como o nazismo, que seria, de certa forma, a manifestação última de uma lógica colonialista, isto é, a manifestação extrema de uma lógica que encontra no nazismo seu ápice de barbárie e extermínio.

É por isso que Fanon afirma que “o racismo colonial não difere dos outros racismos” (2008, p. 87), pois a lógica de inferiorização, da exclusão e da violência que sustentava o sistema colonial era semelhante à que alimentava o nazismo, uma vez que ambos os sistemas se baseavam na ideia de uma hierarquia racial, na qual determinados grupos eram considerados superiores e outros inferiores. Dessa forma, tanto nos territórios colonizados quanto nos campos de concentração, a desumanização do outro foi uma ferramenta utilizada para justificar a violência e a opressão. Tanto Césaire quanto Fanon denunciam a hipocrisia da sociedade europeia, que condena o racismo em determinadas situações, mas o tolera ou, até mesmo, o perpetua em outras.

Finalmente, ainda no que se refere às possíveis relações entre nazismo e colonialismo, Fanon faz referência a um trecho dos discursos políticos de Césaire na campanha eleitoral de 1945:

Quando ligo o rádio e ouço que, na América, os pretos são linchados, digo que nos mentiram: Hitler não morreu; quando ligo o rádio e ouço que judeus são insultados,

²⁵ Além de poeta e ensaísta, também foi um político envolvido com a causa da negritude. Nasceu na Martinica, em 1913.

desprezados, massacrados, digo que nos mentiram: Hitler não morreu; quando ligo enfim o rádio e ouço que na África o trabalho forçado está instituído, legalizado, digo que, na verdade, nos mentiram: Hitler não morreu (Césaire, 1945 *apud* Fanon, 2008, p. 88).

Isso reforça a ideia de que o colonialismo foi o berço do nazismo. Césaire argumenta que, mesmo após a morte de Hitler e o fim do sistema nazista, práticas similares de desumanização, extermínio e superioridade racial, características do nazismo, ainda estão presentes no sistema colonial.

Outro ponto destacado por Fanon é o impacto psicológico que a chegada do branco causou nas populações não brancas em terras que viriam a se tornar colônias europeias:

Aqui ainda encontramos o mesmo mal-entendido. É evidente que o malgaxe²⁶ pode perfeitamente suportar não ser branco. Um malgaxe é um malgaxe; ou melhor, um malgaxe não é um malgaxe: existe absolutamente uma “malgaxice”. Se ele é malgaxe, é porque o branco chegou, e se, em um dado momento da sua história, ele foi levado a se questionar se era ou não um homem, é que lhe contestavam sua humanidade. Em outras palavras, começo a sofrer por não ser branco, na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco, “que sou uma besta feia, que meu povo e eu somos um esterco ambulante, repugnantemente provedor de cana macia e de algodão sedoso, que não tenho nada a fazer no mundo”²⁷. Então tentarei simplesmente fazer-me branco, isto é, obrigarei o branco a reconhecer minha humanidade (Fanon, 2008, p. 94).

O autor considera que, a partir do olhar do branco, a imagem do negro é construída como um elemento exótico. Dessa forma, no momento em que a cultura branca e a cultura negra se encontram, a primeira provoca uma ação de opressão, inferiorização e, até mesmo, de aniquilamento da segunda (Moreira *et al.*, 2020). Pode-se concluir que o branco europeu, ao chegar a Madagascar e instaurar seu processo de colonização no povo malgaxe, desestabilizou os processos cognitivos e emocionais da população local (Crispi, 2016).

A chegada dos brancos europeus e a imposição de sua cultura na cultura local levaram à construção de uma disparidade entre o colonizador e o colonizado. Assim, o malgaxe passou a ser visto como o “outro” ou o “bárbaro” e, conseqüentemente, como o inferior. Essa construção de uma hierarquia cultural foi uma das bases para justificar a dominação colonial e a exploração dos recursos naturais e da força de trabalho dos nativos. Para Deivison Faustino²⁸

²⁶ Malgaxe se refere ao povo natural de Madagascar. Fanon está utilizando o exemplo desse país para sustentar seu pensamento acerca dos efeitos psicológicos causados pelo colonialismo.

²⁷ Fanon cita um trecho da obra *Diário de um Retorno ao País Natal*, do Aimé Césaire.

²⁸ Também conhecido como Deivison Nkosi, nasceu em Santo André/SP, 1982. É doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), e sua tese, intitulada *Por que Fanon, por que agora: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil*, recebeu menção honrosa do Prêmio Capes de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em 2016. É professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

(2020, p. 11), “os processos pelos quais o colonialismo se constitui [...] só se tornam inteligíveis quando tomados em suas determinações historicamente concretas: a modernidade capitalista e a sua necessidade de converter o que é genuinamente humano em objeto de sua acumulação”, processo que culminou na desumanização do outro, justificando assim a violência colonial.

Para Santos (2023), Fanon, estudando a colonização, produz uma análise crítica da formação do sujeito negro. “O autor apresenta a ideia de um mundo dominado e gerido por brancos, onde os negros tomam conhecimento do próprio corpo a partir de um processo de negação” (Santos, 2023, p. 100). Dessa forma, ao ser privado de representações que possam refletir sua realidade, o negro adota os padrões brancos como modelo, incorporando seus ideais e negando sua própria identidade.

Fanon (2008, p. 94) ainda afirma, ao tecer críticas às ideias do psicanalista Octave Mannoni²⁹, que “o branco obedece a um complexo de autoridade, a um complexo de chefe, enquanto o malgaxe obedece a um complexo de dependência”. Isso contrapõe de maneira sarcástica a visão romantizada e eurocêntrica acerca da colonização exposta por Mannoni, de acordo com o qual os europeus eram “esperados e até mesmo inconscientemente desejados” (1950 *apud* Fanon, 2008, p. 94) pelos povos colonizados. Assim, ele pinta um quadro idealizado da colonização, ignorando as violências, expropriações e imposições culturais que marcaram esse processo histórico.

Por fim, Fanon apresenta o que seria uma solução para o problema da alienação do negro em um contexto de colonialismo:

Surge, então, a necessidade de uma ação conjunta sobre o indivíduo e sobre o grupo. Enquanto psicanalista, devo ajudar meu cliente a conscientizar seu inconsciente, a não mais tentar um embranquecimento alucinatório, mas sim a agir no sentido de uma mudança das estruturas sociais. [...] meu objetivo será, uma vez esclarecidas as causas, torná-lo capaz de escolher a ação (ou a passividade) a respeito da verdadeira origem do conflito, isto é, as estruturas sociais (Fanon, 2008, p. 95-96).

Fanon ressalta a necessidade de trazer à consciência os processos que, apesar de inconscientes, motivam o comportamento do indivíduo, isto é, auxiliar o indivíduo a compreender os mecanismos inconscientes que influenciam seu comportamento e suas escolhas. Essa conscientização é fundamental para que o negro colonizado compreenda as raízes de suas angústias e conflitos. Para Fanon, em vez de individualizar os problemas, é preciso incentivar o indivíduo a agir de forma a transformar as estruturas sociais que geram desigualdade e sofrimento.

²⁹ Psicanalista francês, nascido em 1899. Escreveu o livro *Psychologie de la colonisation*, no qual expôs suas ideias a respeito de racismo e colonialismo.

2 IDENTIDADE NEGRA POR KABENGELE MUNANGA

Os fluxos e refluxos no meu pensamento são provas sintomáticas de que além de minhas dificuldades, a questão da identidade apresenta uma dinâmica inesgotável no tempo e no espaço e que algumas explicações e conclusões que podemos tirar sobre seu estudo serão sempre provisórias.³⁰
(Kabengele Munanga)

Kabengele Munanga, nascido em 1940, na República Democrática do Congo, graduou-se em Antropologia social e cultural pela Universidade Oficial do Congo, pioneiro em sua área no país. Sua produção acadêmica, que inclui mais de cento e cinquenta trabalhos, tem como foco central a análise das relações raciais, com destaque para a construção da identidade negra, o racismo e as políticas públicas de promoção da equidade racial (Guerreiro, 2023).

Sua obra *Negritude: usos e sentidos*, além de discutir “os limites e os desafios da construção da identidade negra na diáspora” (Gomes, 2019, p. 9), é considerada como uma “leitura imprescindível a todos que se interessam e estudam a história e a cultura africanas e as relações raciais no Brasil e na diáspora” (Gomes, 2019, p. 7); por isso, ela foi escolhida para embasar este estudo em relação à identidade do negro.

Nessa obra, Munanga apresenta um “vocabulário crítico” conceituando alguns termos-chave para o entendimento das ideias contruídas ao longo do texto. Partiremos do conceito de “identidade cultural”:

Conceito que se usa muito hoje sem saber no fundo o que é. A identidade objetiva, apresentada através das características culturais e linguísticas analisa das pelo cientista social, muitas vezes confunde-se com a subjetiva, que seria a maneira pela qual o próprio grupo define-se e é definido por outros. Os fatores históricos, linguísticos e psicológicos fazem parte dos componentes essenciais de uma identidade ou de uma personalidade coletiva (Munanga, 2019, p. 104).

Assim, a identidade objetiva se refere ao conjunto de características atribuídas a um grupo social por estudiosos – isto é, observadores externos –, como cientistas sociais, historiadores ou antropólogos. Pode-se enfatizar que essa identidade é construída a partir de elementos como cultura, língua, origem étnica e outros marcadores sociais. A identidade objetiva é, portanto, uma construção com base analítica, que busca categorizar e classificar grupos sociais.

Por outro lado, a identidade subjetiva diz respeito à forma como os próprios membros

³⁰ Palestra proferida no 1º Seminário de Formação Teórico Metodológica -SP, em 2003, sob o título: “Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania”.

de um grupo se percebem e se definem; é uma construção social influenciada por fatores históricos, culturais e pessoais, e que pode variar ao longo do tempo e em diferentes contextos. A identidade subjetiva envolve um processo de autoconsciência e de afirmação identitária.

A partir disso, Munanga (2019) afirma não crer que o grau dessa autoconsciência seja o mesmo entre todos os negros, visto que todos os indivíduos vivem em diferentes contextos socioculturais e o processo de construção da identidade inicia-se com a tomada de consciência daquilo que difere nós e os outros. Assim, a identidade negra é marcada por particularidades que refletem as diversas experiências de cada indivíduo.

É importante frisar que a negritude, embora tenha sua origem na cor da pele negra, não é essencialmente de ordem biológica. De outro modo, a identidade negra não nasce do simples fato de tomar consciência da diferença de pigmentação entre brancos e negros ou negros e amarelos. A negritude e/ou a identidade negra se referem à história comum que liga de uma maneira ou de outra todos os grupos humanos que o olhar do mundo ocidental “branco” reuniu sob o nome de negros (Munanga, 2019, p. 22-23)

Esse autor oferece uma análise do conceito de negro, desconstruindo a noção simplista de que esta se limita a características fenotípicas. Ao afirmar que a negritude não é essencialmente de ordem biológica, ele destaca a dimensão social e histórica da construção identitária. A identidade negra, nesse sentido, não é um dado natural, mas uma construção social, moldada por relações sociais, por processos históricos e culturais, e pela imposição de categorias raciais.

O autor entende que essa identidade possui uma diversidade contextual, que por isso não pode ser tratada e analisada de forma fechada. Para tal, considera algumas questões tidas como componentes essenciais na construção de uma identidade ou de uma personalidade coletiva, a saber: o fator histórico, o fator linguístico e o fator psicológico. Essas questões reforçam a necessária discussão crítica, política e contextualizada da identidade negra. Reforçam também a vitalidade do conceito de negritude no mundo atual (Gomes, 2019, p. 9).

Em relação ao fator histórico, a construção da identidade negra é marcada pela história da escravidão, do racismo e das lutas vividas pelos negros que foram trazidos por meio do tráfico humano ao Brasil. É possível asseverar que o fator linguístico é também cultural, visto que a língua e a cultura desempenham um papel importante na construção da identidade, pois permitem identificar elementos próprios de sua ancestralidade e, conseqüentemente, fortalecer a ideia de pertencimento. Ademais, há o fator psicológico, que envolve aspectos como a autoestima, a autoimagem e a percepção de si mesmo em relação aos outros. Munanga atesta:

A identidade cultural perfeita corresponderia à presença simultânea desses três componentes no grupo ou no indivíduo. Mas isso seria um caso ideal, pois na realidade encontram-se todas as transições desde o caso ideal até o caso extremo da crise de identidade pelas atenuações nos três fatores distintivos. As combinações específicas

desses fatores oferecem todos os casos possíveis, individuais e coletivos. Enquanto um fator interage plenamente, outro tem um efeito muito fraco ou mesmo nulo (Munanga, 2019, p. 12).

Em outras palavras, a interação entre esses três componentes se manifesta de forma singular em cada indivíduo e grupo social. A assimetria na atuação desses fatores, com a plena expressão de um em detrimento da fragilidade ou nulidade de outros, configura a diversidade de casos possíveis, e essa diversidade evidencia a complexidade da formação identitária do negro. Dada essa heterogeneidade, quando tratamos de identidade negra, “de que identidade se trata?” (Munanga, 2019, p. 14). Essa reflexão perpassa a análise do movimento da Negritude, que emerge como uma reação à hegemonia cultural europeia e à tentativa de anulação da identidade negra.

Poetas, romancistas, etnólogos, filósofos, historiadores, etc. quiseram restituir à África o orgulho de seu passado, afirmar o valor de suas culturas, rejeitar uma assimilação que teria sufocado a sua personalidade. Tem-se a tendência, sob várias formas, de fazer equivaler os valores das civilizações africana e ocidental. É a esse objetivo fundamental que correspondem as diversas definições do conceito de negritude. Para Césaire, a negritude é o simples reconhecimento do fato de ser negro, a aceitação de seu destino, de sua história, de sua cultura. Mais tarde, Césaire irá redefini-la em três palavras: identidade, fidelidade, solidariedade (Munanga, 2019, p. 62-63).

Inicialmente, a negritude surgiu como um movimento estético, com forte influência do Surrealismo, liderado por Léopold Sédar Senghor³¹ e Aimé Césaire. No entanto, o movimento rapidamente transcendeu a esfera estética, ganhando contornos políticos e se consolidando como uma importante ferramenta na luta pelos direitos civis e contra o colonialismo. A negritude, nesse sentido, pode ser entendida como uma tomada de consciência da condição de opressão vivida por pessoas negras em diferentes partes do mundo, e como uma afirmação da cultura e da identidade negras. A identidade negra, por sua vez, se refere ao processo de construção da identidade individual e coletiva de pessoas negras. Esse processo é influenciado por diversos fatores, como a história de opressão e discriminação racial, as relações sociais e as experiências individuais.

Para Munanga (2012, p. 6), “além da identidade nacional brasileira, que reúne a todas e todos, estamos atravessados/as por outras identidades de classe, sexo, religião, etnias, gênero, idade, raça, etc., cuja expressão depende do contexto relacional”, o que demonstra a complexidade da construção da identidade, que não se reduz a uma única dimensão, mas se constitui a partir da interação de diversos fatores sociais e históricos. No caso específico da

³¹ Junto com Césaire, foi um dos idealizadores do conceito de Negritude. Nascido em 1906, no Senegal, foi presidente do seu país entre 1960 e 1980.

identidade negra ou afro-brasileira, ela “passa, necessária e absolutamente, pela negritude enquanto categoria sócio-histórica, e não biológica, e pela situação social do negro num universo racista” (Munanga, 2012, p. 6-7), isto é, além de ser uma construção histórica, a construção da identidade negra ainda é afetada pelas mazelas causadas pelo racismo.

Como o negro no Brasil vive “numa sociedade em que a tendência geral é fugir da cor da pele negra, de acordo com a prática de embranquecimento sustentada pela ideologia de democracia racial³², fundamentada na dupla mestiçagem biológica e cultural” (Munanga, 2019, p. 19), há um desafio: desapossar-se do complexo de inferioridade.

Graças à busca de sua identidade, que funciona como uma terapia do grupo, o negro poderá despojar-se do seu complexo de inferioridade e colocar-se em pé de igualdade com os outros oprimidos, o que é uma condição preliminar para uma luta coletiva. A recuperação dessa identidade começa pela aceitação dos atributos físicos de sua negritude antes de atingir os atributos culturais, mentais, intelectuais, morais e psicológicos, pois o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade (Munanga, 2019, p. 22).

O complexo de inferioridade, no contexto das relações raciais, é uma distorção da autoimagem, resultado da internalização de representações negativas acerca da negritude. Essa distorção, enraizada na história da escravidão e do racismo, leva muitas pessoas negras a se sentirem inferiores e marginalizadas, a duvidarem de suas capacidades, negando suas origens, o que dificulta a luta por seus direitos.

Para Fanon (2008), isso é cultivado por uma sociedade estruturada em torno de hierarquias raciais, que perpetuam o complexo de inferioridade para justificar e manter a dominação de um grupo sobre outro. Assim, essa internalização da opressão gera sofrimento psicológico e limita as possibilidades de desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos negros.

A partir de alguns estudos empíricos, podemos esquematizar da seguinte maneira o problema geral do preconceito de cor. De início, as atitudes preconceituosas são quase psicológicas. Quando brancos e pretos entram em contacto, mais ou menos permanente, estas atitudes se desenvolvem em comportamentos negativos dos primeiros contra os segundos. A discriminação é a expressão mais conhecida destes comportamentos. Ela pode ser feita de maneira violenta ou suave, clara ou sutilmente. Tanto num caso como no outro, o elemento discriminador, isto é, o branco, tenta justificar e legitimar seu comportamento. Ele chega a criar todo um conjunto de representações coletivas, imagens míticas e ideias estereotipadas sobre o negro. Este é inferiorizado e desumanizado física, moral e intelectualmente (Munanga, 1978, p. 146).

³² Mito da Democracia Racial: ideia de que, no Brasil, seriam predominantes as relações raciais harmônicas, em que o preconceito racial seria quase inexistente. Esse pensamento tornou-se bastante disseminado especialmente a partir da década de 1950, tendo como pilares as proposições apresentadas nas obras *Casa Grande & Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936), de Gilberto Freyre (Kern, 2014).

Munanga, ao buscar compreender as relações raciais, afirma que o preconceito racial se manifesta tanto de forma violenta quanto sutil. Dessa forma, a discriminação pode ser explícita, como em casos de agressão física ou verbal, ou suave, como em situações de desprezo ou de exclusão social. A criação de representações coletivas, imagens e estereótipos negativos a respeito dos negros é um mecanismo de perpetuação do preconceito racial. Essas representações, ao desumanizarem e inferiorizarem os negros, justificam e legitimam a discriminação e a desigualdade.

Ressalta-se que “a identidade do mundo negro se inscreve no real sob a forma de ‘exclusão’. Ser negro é ser excluído” (Munanga, 2019, p. 17), isto é, a identidade negra é construída a partir da negação, da marginalização e da invisibilização. Desse modo, é possível afirmar que “a identidade negra mais abrangente seria a identidade política de um segmento importante da população brasileira excluída de sua participação política e econômica e do pleno exercício da cidadania” (Munanga, 2019, p. 17), refletindo a longa história de luta e resistência dos negros brasileiros.

Ao lado do confronto aberto entre os dois extremos da sociedade colonial, desenvolve-se nas faixas intermediárias um sentimento de amargura e frustração, além de um desejo urgente de contestar a marginalidade e descobrir uma identidade. Daí a volta imperiosa às origens. Mas isso não constitui em si um ato de luta contra a dominação estrangeira (colonialista e racista) nem significa necessariamente um retorno às tradições. É a negação do dogma da supremacia colonizadora em relação à cultura do povo dominado, com o qual sente necessidade de identificação, a fim de resolver o conflito em que ambos se debatem (Munanga, 2019, p. 52).

Nesse ponto, Munanga aponta o que seria um caminho para a resolução do problema identitário do negro: a negação da supremacia colonial. Para ele, o retorno às origens não seria um ato de puro retorno ao passado, mas uma estratégia para contestar a imposição cultural do colonizador e afirmar a identidade do negro.

Logo, “a identidade consiste em assumir plenamente, com orgulho, a condição de negro, em dizer, cabeça erguida: sou negro” (Munanga, 2019, p. 62). Não se esconder ou tentar assimilar as características dos outros, mas valorizar a própria história, cultura e ancestralidade, construindo uma identidade positiva e que estima sua negritude. Quando o negro se autorreconhece em sua *negritude*, para ele, essa palavra passa a ser “despojada de tudo o que carregou no passado, como desprezo, transformando este último numa fonte de orgulho para o negro” (Munanga, 2019, p. 62), o que permite a construção de uma identidade negra capaz de resistir às opressões.

Contudo, conforme mencionado, esse é um processo desafiador, uma vez que, durante séculos, o negro foi colocado em um lugar de inferioridade e levado a pensar em si próprio

como alguém em que o seu único valor está na sua força de trabalho, e essa, por sua vez, era explorada em benefício dos outros. Na história do povo negro estão os fatos de terem sido “vítimas das piores tentativas de desumanização e de terem sido suas culturas não apenas objeto de políticas sistemáticas de destruição, mas, mais do que isso, de ter sido simplesmente negada a existência dessas culturas” (Munanga, 2019, p. 23), o que demanda, portanto, um processo desafiador e contínuo de ressignificação e de afirmação da identidade negra, em contraposição aos discursos e às práticas racistas. Ainda é importante lembrar que “nos primórdios da colonização, a África negra foi considerada como um deserto cultural, e seus habitantes como o elo entre o Homem e o macaco” (Munanga, 2019, p. 23). Será árdua a busca por uma reconstrução identitária livre de todos os mecanismos e instrumentos de alienação impostos aos negros durante centenas de anos.

Segundo Munanga (2019, p. 65), “as análises do pensamento africano moderno põem claramente em evidência todo esse esforço centrado na valorização do passado e na vontade de construir ideologias baseadas na reconquista de identidade, fazendo história como sujeito dela”; assim, a história se torna um instrumento fundamental para a construção da identidade negra, pois permite resgatar as raízes africanas e valorizar as contribuições dos negros para a formação da sociedade brasileira e, além disso, a identidade negra se configura como um projeto – que também é político –, responsável por dar autonomia aos sujeitos negros e habilitá-los a transformar as relações sociais.

Munanga caracteriza a Negritude como uma reação ao racismo colonialista:

A negritude [...] é uma reação, uma defesa do perfil cultural do negro. Representa um protesto contra a atitude do europeu em querer ignorar outra realidade que não a dele, uma recusa da assimilação colonial, uma rejeição política, um conjunto de valores do mundo negro, que devem ser reencontrados, defendidos e mesmo repensados. Resumindo, trata-se primeiro de proclamar a originalidade da organização sociocultural dos negros, para depois defender sua unidade através de uma política de contra-aculturação, ou seja, desalienação autêntica (Munanga, 2019, p. 75).

A centralidade da Negritude reside na proclamação da originalidade da organização sociocultural dos negros, buscando defender sua unidade por meio de uma política de desalienação. Esse processo visa resgatar e valorizar elementos culturais próprios do povo negro, contrapondo-se à lógica colonial, que buscava a anulação da identidade negra. Por isso, a eficácia do movimento da negritude, alguma vezes, é tida como um “ponto de controvérsia, pois há quem pense nela como um racismo antirracista, uma fobia do negro, ou melhor, uma xenofobia, e nada se resolveria substituindo uma fobia por outra, vivendo num gueto cultural” (Munanga, 2019, p. 86), contudo, essa crítica, embora pertinente ao alertar para os riscos de

essencialização e exclusão, não deve ofuscar a importância da Negritude como movimento de afirmação identitária e de resistência à opressão racial.

Por fim, conforme apontado anteriormente, em comentário à fala de Munanga (2003) a respeito de *diversidade, etnicidade, identidade e cidadania*, o autor não busca esgotar a questão da identidade negra. Ao contrário, ele parece propor uma reflexão contínua e aberta a novas perspectivas, reconhecendo a complexidade e a dinamicidade dessa construção social.

3 PONCIÁ VICÊNCIO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

“A literatura é o lugar para expurgar a dor do racismo.”³³
(Conceição Evaristo)

Levando em consideração a relevância de *Ponciá Vicêncio* no atual cenário da literatura brasileira, bem como a importância dos temas que a obra aborda, objetiva-se, neste capítulo, analisar a trajetória da protagonista e das demais personagens, buscando compreender como essa empreitada ficcional dialoga com o discurso teórico e político de Frantz Fanon. Nossas análises, nesse sentido, debruçam-se na construção das personagens e, conseqüentemente, em suas relações com a comunidade em que vivem.

Este capítulo está subdividido em três partes: inicialmente, expõe-se uma contextualização acerca da publicação de *Ponciá Vicêncio*; em seguida, analisa-se a fortuna crítica da obra e, por último, dá-se espaço ao estudo da formação identitária da personagem protagonista, Ponciá, levando em consideração suas experiências e o contexto em que vive, além de dar lugar também a breves considerações acerca das demais personagens da obra.

3.1 A PUBLICAÇÃO DE PONCIÁ VICÊNCIO

Escritora negra, de origem pobre, nascida em Belo Horizonte, em 1946, Conceição Evaristo tem se sobressaído no cenário da literatura brasileira contemporânea. Integrante da Academia Mineira de Letras, ela é poeta, contista, romancista e ensaísta, além de doutora em Literatura Comparada, pela Universidade Federal Fluminense (UFF)³⁴.

Os primeiros escritos dela foram publicados em 1990, em *Cadernos Negros*, antologia idealizada pelo Quilombhoje³⁵, grupo de escritores afro-brasileiros. Os livros publicados³⁶ até o momento são: *Ponciá Vicêncio* (Editora Mazza, 2003), *Becos da memória* (Editora Mazza, 2006), *Poemas da recordação e outros movimentos* (Editora Malê, 2008), *Insubmissas lágrimas de mulheres: contos* (Editora Malê, 2011), *Olhos d'água* (Editora Pallas, 2014), *História de leves enganos e parencas* (Editora Malê, 2016), *Canção para ninar menino*

³³ Frase proferida por Conceição Evaristo, durante sua participação na Festa Literária Internacional do Pelourinho (Flipelô), em Salvador, 2017.

³⁴ Conceição Evaristo obteve o título de doutora em letras em 2011, pela Universidade Federal Fluminense (UFF), ao defender a tese intitulada *Poemas Malungos: cânticos irmãos*.

³⁵ Grupo fundado em 1980, por Cuti, Oswaldo de Camargo, Paulo Colina, Abelardo Rodrigues e outros; tem como objetivo aprofundar a experiência afro-brasileira na literatura (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019).

³⁶ A lista segue a ordem de publicação. Algumas dessas obras foram republicadas em novas edições por outras editoras.

grande (Editora Pallas, 2018), *Macabéa: flor de mulungu* (Editora Oficina Raquel, 2023).

Ponciá Vicêncio foi publicado, pela primeira vez, em 2003, pela editora Mazza. Essa edição foi totalmente financiada pela própria autora. Em 2006, na segunda edição, ainda pela editora Mazza, os custos da publicação foram divididos entre a autora e a editora. Novas edições foram lançadas em 2008 e 2009, em versões de bolso, a fim de atender demandas relativas à indicação de obras para vestibulares, inicialmente, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e no Centro Federal de Educação tecnológica de Minas Gerias (CEFET/Minas), a seguir, na Escola de Cadetes de Barbacena e na Universidade Estadual de Londrina (UEL).

A edição atual, pela editora Pallas, foi publicada em 2017, com várias reimpressões. As profissionais responsáveis por essa edição foram Cristina Fernandes Warth (historiadora) e Mariana Warth (jornalista), mãe e filha. A edição ainda conta com um prefácio escrito pela própria autora e posfácio de Maria José Somerlate Barbosa (*University of Iowa*).

No prefácio do livro, Evaristo destaca o papel da escrita como ato político. Para ela, o ato de escrever, isoladamente, já constitui uma ferramenta de construção de significado e de entendimento do mundo; contudo, a autora vai além, argumentando que o ato de publicar aquilo que se escreve intensifica esse caráter político, sobretudo quando se trata de uma publicação forjada por uma mulher negra.

Segundo a autora, “não só a condição de gênero vai interferir nas oportunidades de publicação e na invisibilidade da autoria dessas mulheres, mas também a condição étnica e social” (Evaristo, 2017, p. 9). Assim, entende-se que publicar uma obra não é somente o ato de disponibilizar um texto para o público, é, sobretudo, um processo envolto em relações de poder. Todo o regime de seleção até a decisão de tornar visível uma obra, assim como a maneira como ela será divulgada, são determinadas por vários fatores: comerciais, estéticos, ideológicos, sociais. Dessa forma, autores que se enquadram em grupos sociais que permaneceram ordinariamente à margem da sociedade letrada – afastados por questões de gênero, etnia e classe social – são afetados por essa desigualdade.

3.2 FORTUNA CRÍTICA DE PONCIÁ VICÊNCIO

A maior parte dos estudos críticos produzidos até o presente momento a respeito de *Ponciá Vicêncio* são oriundos de programas de Pós-graduação de universidades brasileiras e, portanto, eles foram divulgados, essencialmente, por meio de dissertações, teses e artigos publicados em revistas científicas. Em sua maioria, concentram-se em questões relacionadas à memória, ao racismo, ao feminismo, ao romance de formação, à literatura afro-brasileira e à

ancestralidade. Em menor proporção, foram encontrados estudos com enfoque na identidade negra. Nosso trabalho dedica-se à questão da identidade, tema pouco explorado pela fortuna crítica de *Ponciá Vicêncio*. Nesse sentido, empenhamo-nos em contruir uma relação com a obra de Frantz Fanon, que foi fundamental para ajudar a compreender as marcas oriundas do colonialismo e do racismo na formação do homem negro.

Em *Ponciá Vicêncio*, a narrativa se constrói por meio de um olhar memorialístico, no qual um narrador-observador nos apresenta as personagens, especialmente Ponciá, imersas em um fluxo constante de lembranças. Essas memórias, que se entrelaçam entre o presente e o passado, moldam a identidade das personagens e revelam a complexidade de suas experiências (Silva, 2014). Como na passagem a seguir, que destaca a memória como um dispositivo narrativo elementar na construção da personagem que protagoniza a trama:

O primeiro homem que Ponciá Vicêncio conheceu fora o avô. Guardava mais a imagem dele, do que a do próprio pai. [...] O pouco tempo em que conviveu com o avô, bastou para que ela guardasse as marcas dele. Ela reteve na memória os choros misturados aos risos, o braço cotoco e as palavras não inteligíveis de Vô Vicêncio (Evaristo, 2017, p. 15).

No enredo, a memória é apresentada como um elemento constitutivo essencial no processo de construção do *ethos* da protagonista. Desde menina, Ponciá assimila as memórias de Vô Vicêncio. As pessoas próximas à personagem não entendem o motivo que leva a menina a agir como o seu falecido avô; ao imitá-lo, ela não deixava que seu ancestral fosse esquecido. Assim, a memória vai sendo elaborada por meio da composição de muitos fragmentos partilhados por diferentes gerações, ora no seio familiar, ora no âmbito comunitário (Silva; Cardoso, 2018).

Beviláqua *et al.* (2021, p. 6) argumentam que:

A memória impregnada no romance de Conceição Evaristo, reconstrói uma época, que se faz pela narrativa de ficção, criando um efeito de que, em qualquer atualidade, o ser humano possa reviver e ressignificar o que se passou, tendo, assim, a chance de mudar o futuro, tornando-o um lugar menos opressor. Neste sentido, a escrita que utiliza da memória é menos uma válvula de escape emocional ou dos traumas e mais uma forma de expressar essa memória.

Os autores destacam uma função social da memória, isto é, a memória é concebida para além de uma mera evocação do passado, evidenciando o seu potencial de transformar o presente e o futuro. De acordo com os autores, a memória envolve, ademais, uma questão política, funcionando como uma ferramenta para denunciar as injustiças do passado.

Fica evidente que a protagonista, em sua jornada, carrega consigo um fardo de traumas que marcam a sua existência. No entanto, Ponciá não se refugia em suas lembranças como fuga

da dura realidade que a cerca; em vez disso, ela recorre à memória ansiando compreender as suas origens e as raízes de suas lutas. Por meio de suas lembranças, Ponciá fortalece seus laços com a comunidade, encontra sentido em suas experiências e ressignifica as suas dores. “Com os retalhos das pungentes lembranças, Ponciá ia compreendendo seu presente, a sua condição de mulher negra que carrega uma herança de dores e infortúnios, e temendo o futuro que se perdia no nada, em olhares vazios” (Beviláquia *et al.* 2021, p. 13). Nesse contexto, as “pungentes lembranças” transcendem a mera função de recordações, constituindo-se como fragmentos de uma narrativa mais ampla que molda quem ela é.

Corroborando com esse argumento, Paula (2024, p. 57-58), ao estudar a obra de Conceição Evaristo, também defende que:

A memória não se faz apenas como ato de recordação, como construção simbólica é responsável pela constituição e reforço de vínculos em que as experiências do passado servem tanto para a manutenção desse vínculo como forma de questionar o passado, principalmente aquele em que o grupo estava excluído. Nesse sentido, a memória serve como uma ligação, mas ao mesmo tempo como questionamento sobre o passado e presente e sobre a pretensão de mudança.

Paula (2024, p. 57-58) inicia negando a ideia simplista de que a memória se limita a trazer à mente eventos passados. Dessa forma, a memória é apresentada como um processo ativo de construção, em que o passado é reinterpretado e ressignificado. Ademais, a memória pode desempenhar um papel duplo: por um lado, ela serve para manter a coesão social, reforçando os valores e as identidades compartilhadas; por outro, ela pode ser utilizada para questionar o passado, especialmente quando este envolve experiências de exclusão e injustiça.

De tal modo, a memória, para o “grupo que estava excluído”, torna-se um recurso importante: ao resgatar e ressignificar o passado, ele pode fortalecer a sua identidade e reivindicar os seus direitos.

Outro assunto recorrente na fortuna crítica de *Ponciá Vicêncio* é o racismo. Para Baldo (2017, p. 92):

O racismo sustenta as dicotomias presentes na narrativa; há uma “terra dos brancos” e uma “terra dos negros”, são dois universos muito diferentes. As personagens que trabalham servindo aos donos-de-tudo para sustentar os seus são os únicos a transitarem entre os dois mundos; entretanto, eles se sentem deslocados na “parte dos brancos”, sabem que aquilo não lhes pertence. É na terra dos brancos que o pai de Ponciá morre de tanto trabalhar, que ele passa a maior parte do tempo, apartado da família para ajudar a família. Na cidade, lugar temido pelos negros do povoado, Ponciá vai trabalhar como doméstica e também no espaço urbano há uma espécie de segregação racial, pois o lugar destinado aos negros e povoado por eles é onde estão os barracos da favela, que funcionam como uma extensão da antiga senzala.

A narrativa estabelece uma clara divisão entre um espaço dominado pelos brancos e outro habitado pelos negros (o qual nem mesmo lhes pertence). Essa dicotomia reflete a

segregação racial presente na sociedade brasileira, fazendo com que os privilégios estejam concentrados nas mãos de uma minoria branca. Ainda há outras consequências bem evidentes, tais como: uma mobilidade restrita, a exploração do trabalho e a baixa qualidade de vida, o que beira à desumanização.

Segundo Marques (2016), na obra *Ponciá Vicêncio*, outra vertente manifesta do racismo é a do racismo científico. Com o fim da escravidão, a questão racial no Brasil não se extinguiu. Ao contrário, a população negra e seus descendentes passaram a ser vistos como um problema social, e foram classificados por teorias eugenistas como raça inferior. Aliado a esse fator, o forte incentivo estatal à imigração europeia, que visava ao branqueamento da população, evidenciou a força das ideias racistas no Brasil, no final do século XIX. Nesse contexto, o racismo científico ganhou destaque, fornecendo um embasamento supostamente científico para a desigualdade racial. Por meio de classificações e hierarquizações dos seres humanos, essas teorias buscavam legitimar a superioridade da raça branca e justificar a subordinação das demais (Batista *et al.*, 2022).

Nesse sentido, Kabengele Munanga discute as particularidades da assimilação brasileira de tais temas, que também fundamentaram a implementação de políticas racistas na América do Norte e na África do Sul:

No Brasil, a classificação racial dá ao mestiço uma posição e um lugar que nada têm a ver com as classificações norte-americana e sul-africana. Em primeiro lugar, trata-se de uma classificação racial cromática, ou seja, baseada na marca e na cor da pele, e não na origem ou no sangue como nos Estados Unidos e na África do Sul. Dependendo do grau de miscigenação, o mestiço brasileiro pode atravessar a linha ou a fronteira de cor e se reclassificar ou ser reclassificado na categoria "branca". Jamais poderá ser rebaixado ou classificado como negro, salvo raras exceções, devidas notadamente à escolha individual por posicionamento ideológico (Munanga, 1999, p. 118).

A raça não é uma categoria biológica fixa, mas uma construção social que varia de acordo com o contexto histórico e cultural – isso é demonstrado a partir das classificações raciais distintas em cada país citado por Munanga. Contudo, por meio da fala do delegado, podemos destacar pelo menos três pontos problemáticos: sua afirmação é um reflexo de um problema sistêmico, isto é, a desigualdade racial é construída historicamente e se manifesta em diversas esferas da sociedade; a visão negativa comumente atribuída aos negros é fruto de estereótipos racistas que subjagam e criminalizam a população negra; suas palavras, que acusam e culpam os negros por sua própria situação marginalizada, demonstram que a elite busca justificar a opressão histórica sofrida por esse grupo.

Não só com o caso de Luandí, mas, sobretudo, por meio das experiências de Ponciá, Conceição Evaristo evidencia as marcas do racismo, especialmente na vida das mulheres negras

brasileiras. Ao contar, ao narrar essas histórias, ela revela as diversas formas de opressão racial e de gênero a que essas mulheres foram submetidas, desde a época da escravidão até os dias atuais (Morais; Silva, 2020).

Para Maringolo (2014), o racismo e o sexismo, ao se entrelaçarem, criam uma experiência capaz de afetar – social, emocional e fisicamente – as mulheres negras. Assim, as personagens de Conceição Evaristo trazem à tona como essas duas formas de opressão se intensificam mutuamente:

É dentro do espaço dito doméstico, privado, que grande parte das narrativas é tecida. Ponciá Vicêncio, diferentemente do irmão, passa a maior parte da infância dentro de casa, com sua mãe, cuidando das tarefas domésticas. Quando se muda para a cidade em busca de novas e melhores oportunidades, Ponciá vai trabalhar como empregada doméstica, e após casar-se, permanece cada vez mais e mais tempo dentro de casa a olhar pela janela, lembrando fatos passados (Maringolo, 2014, p. 30).

Ressalta-se que, muitas vezes, o confinamento doméstico, longe de ser um refúgio seguro, torna-se um palco para a vivência de diversas formas de opressão e violência. Assim, é sob esse contexto que Ponciá lida, dia a dia, com o racismo, que a faz sentir-se ainda escravizada (Lopes; Belloube, 2022). Para Ponciá – que representa muitos negros brasileiros –, “a vida escrava continuava até os dias de hoje” (Evaristo, 2017 p. 72), significa afirmar que as condições de vida, as oportunidades e os tratamentos dispensados às pessoas negras continuam a conter marcas que dão continuidade às mazelas da escravidão.

Outro tema explorado pela crítica a respeito de Ponciá Vicêncio é o feminismo. Em 2023, Juliana Cristina Minaré Pereira, em sua tese de doutorado intitulada *Feminismos plurais: uma leitura crítica de Desmundo e Ponciá Vicêncio*, apresenta uma análise fundada na crítica feminista. Segundo Pereira:

Na obra de Evaristo, a figura feminina branca aparece pouco e é na posição de domínio: ela é a patroa de Ponciá. Ao longo da narrativa, o lugar da mulher negra está determinado de duas maneiras claras: as mulheres da roça, que trabalham junto com os maridos ‘em suas terras’, cedidas pelo coronel, sempre num círculo vicioso de dependência com a casa grande e a Ponciá, que sai desse lugar em busca de mudança de vida, mas que cai num outro lugar predeterminado, o lugar da empregada doméstica (Pereira, 2023, p. 138).

Tanto as mulheres que sobrevivem no ambiente rural quanto Ponciá, que se aventurou em desbravar a cidade, veem suas vidas limitadas por suas condições sociais e de gênero. As primeiras estão presas a um ciclo de dependência e exploração da “casa-grande”, enquanto Ponciá – e aquelas a quem ela representa –, mesmo buscando uma mudança de vida, acaba confinada ao papel de empregada doméstica, de servidão. Pereira (2023, p. 139) continua:

A partir desse contexto, reiteramos que o lugar da empregada doméstica estabelecido para as mulheres racializadas favorece mulheres brancas. Enquanto elas desbravam o mundo em prol dos direitos das 'mulheres', existem as Ponciás fazendo o trabalho de cuidado e limpeza em suas casas. Nesse sentido, pensamos a existência de Ponciá a partir das marcas da colonização e da classe. A personagem é fruto da exploração do capital, que explorou corpos negros para o acúmulo de riquezas. Finda a exploração escancarada, tivemos como resultado um contingente enorme de mulheres empobrecidas, que precisam se submeter a outros tipos de abuso e exploração para sobreviver.

A autora levanta uma crítica ao feminismo branco, que muitas vezes ignora as especificidades da experiência das mulheres negras e outras mulheres racializadas. A partir disso, nota-se que a opressão sofrida por Ponciá e por outras mulheres negras – resultado da interseção de múltiplas formas de discriminação: racial, de gênero e de classe – pode não ser combatida eficazmente ao focar nos direitos das mulheres em geral, sem levar em consideração as desigualdades raciais e de classe que grupos minorizados enfrentam.

“Ponciá era livre para ir e vir, mas estava ali, presa a esse lugar de subalternidade reservado a ela quando decidiu sair da vila. E nessa sua jornada na cidade pouco ela consegue do que estava em busca, sua liberdade” (Pereira, 2023, p. 141). Nota-se que a libertação formal da escravatura não significou a libertação das mulheres negras. Presas a um sistema social que as marginalizava e as destinava a papéis subalternos, elas continuaram a enfrentar diversas formas de opressão. De igual modo, o êxodo rural, motivado pela busca por novas oportunidades, não lhes garantiu a tão almejada liberdade. Ao contrário, muitas foram direcionadas para as periferias das grandes cidades, confinadas em favelas, em que a precariedade das condições de vida e a escassez de oportunidades as impulsionaram para o trabalho doméstico. A servidão, antes exercida nas senzalas, passou a se manifestar, de forma sutil, mas ainda assim opressora, nos lares das famílias brancas.

Em concordância com essa ideia, Reis (2019) defende que em *Ponciá Vicêncio* é demarcado o lugar da voz feminina que busca espaços de libertação e autonomia em favor da mudança social, emergindo, assim, da invisibilidade e das condições de subalternidade patriarcal. Além disso, para Reis (2019), a literatura de Conceição Evaristo aborda um debate que é recorrente no delineamento do país: reflete acerca da realidade vivida pela sociedade marginalizada, das suas condições de vida e de suas opções de escolhas. Assim, ficam atreladas a essa condição de vida precária, especialmente de mulheres negras no Brasil, a exclusão socioeconômica, o desejo de ascensão social e o anseio por melhores oportunidades de vida – desejos e anseios que são frustrados em grande parte das vezes:

A personagem principal, Ponciá, reflete e questiona suas escolhas e a condição patriarcal subordinada ao homem no processo de decisão e escolha; demonstra preocupações e inquietações que não eram de seu tempo; desgostosa com o lugar social e da subalternidade patriarcal ousa a independência nos momentos de desleixo doméstico que lhe rende a violência física do marido. As condições de atribuições domésticas, patriarcais e de lugar social culminam na busca de um empoderamento através da luta e do trabalho. [...] A literatura também revela estruturas do marcador feminicídio e violência contra mulher como um fator naturalizado no contexto familiar do seu tempo e do cotidiano das mulheres (Reis, 2019, p. 122).

Nesse trecho, Reis destaca a condição de mulher negra marcada na jornada de Ponciá em uma sociedade patriarcal, bem como as diversas formas de opressão que ela vivencia. Todavia, apesar das limitações impostas pela sociedade, Ponciá busca momentos de autonomia e resistência.

Pereira (2023, p. 151), ainda abordando a ideia do feminismo negro, conclui seu trabalho afirmando que “Conceição Evaristo se faz valer da experiência de seu povo, das experiências de seus antepassados, para criar uma personagem que revela muitas facetas da mulher negra brasileira”. A trajetória de Ponciá Vicêncio se entrelaça com a história coletiva das mulheres negras, problematizando as noções de formação e autonomia em um contexto marcado pelo racismo e pelo patriarcado.

A partir deste ponto, apresentaremos alguns trabalhos que analisam a obra de Evaristo apoiados nas teorias do gênero do romance de formação – ou *Bildungsroman* –, oferecendo uma nova perspectiva da experiência da mulher negra.

Segundo Pietrani e Souza (2023), em *Ponciá Vicêncio* é possível observar a trajetória de uma personagem negra, que teve sua vida marcada pela pobreza, pela violência e pelas consequências da colonização e escravização. As autoras ainda apontam que:

Diferentemente do “modelo” canônico do romance de formação, em Evaristo são privilegiados os recortes de raça, gênero e classe, que estão intrinsecamente ligados às produções da autora e circundam a vida da protagonista que dá nome ao livro. Para além do pertencimento da obra a uma tradição gestada no Brasil, isto é, a de uma literatura negro-brasileira, [...] poderíamos posicioná-la dentro de um *Bildungsroman* negro-brasileiro (Pietrani; Souza, 2023, p. 312-313).

A construção de personagens exige uma compreensão das questões sociais que moldam suas identidades. Nesse sentido, a consideração da raça, do gênero e da classe torna-se essencial para entender as ações realizadas por Ponciá. Conceição Evaristo, ao incorporar essas dimensões em sua obra, não apenas enriquece a narrativa, mas também contribui para a desconstrução de estereótipos e a promoção da diversidade. Essa intersecção de raça, gênero e classe demonstra como as diferentes formas de opressão se entrelaçam, além de nos oferecer meios para compreender como as experiências vividas pelas personagens influenciaram na sua formação.

Assim, pode-se considerar que *Ponciá Vicêncio* promove uma modificação do gênero tradicional do romance de formação. Ao centralizar a narrativa na trajetória de uma mulher negra e pobre, a autora desloca o foco das experiências de personagens masculinos, brancos e pertencentes à burguesia (Arruda, 2007). Essa escolha coloca em evidência as vivências de uma classe social marginalizada, submetendo-a a um escrutínio que revela as desigualdades sociais, raciais e de gênero, tão comuns na sociedade brasileira:

Embora a esperança seguisse com a protagonista durante seu trabalho e seus sonhos, as pedras foram maiores em seu caminho do que aquelas encontradas por outras personagens, principalmente dos *Bildungsromane* europeus. Essa diferença é marcante no romance de Evaristo. [...] Os sonhos de Ponciá vão se dissipando aos poucos, à medida em que a vida a surpreende com as dificuldades. Dessa forma, a memória da infância, da menina negra, tão repleta de boas recordações, vai sendo substituída pela memória da adolescente negra, empregada doméstica e da mulher que apanha do marido, que sofre sete abortos e se perde dos seus. Embora as recordações da menina Ponciá nos venham narradas como boas e felizes, algumas vezes tomamos conhecimento também de tristes lembranças da infância dela, como a morte do pai na colheita e a trágica história do avô (Arruda, 2007, p. 66).

A experiência de Ponciá é contrária à ideia de um percurso linear e ascendente, presente em muitos romances de formação. Sua trajetória é marcada por rupturas, perdas e retrocessos, o que desafia a noção de um desenvolvimento individual triunfalista. O romance de formação de Conceição Evaristo está intrinsecamente ligado à questão da memória. A jornada da protagonista, marcada pela busca por identidade e autoconhecimento, é frequentemente traçada a partir da ressignificação de suas experiências passadas. A memória, portanto, se torna o alicerce no qual se ergue a narrativa do crescimento e amadurecimento, funcionando como um guia para a jornada de autodescoberta de Ponciá:

Ponciá Vicêncio pode, pois, integrar-se à categoria de um *Bildungsroman*, isto é, a um romance de formação, embora essa “formação” seja impossibilitada pela “herança” que acomete a trajetória da protagonista. É indispensável, ainda, trazer à discussão o fato de as produções de Conceição Evaristo pertencerem ao segmento da literatura negro-brasileira, sendo estas consideradas contranarrativas, uma vez que polemizam com o discurso colonial, os estereótipos dos sujeitos negros e as ações do Estado. Assim, podemos identificar, nas páginas que compõem o romance, a denúncia do racismo, o combate de estigmas que acometem os cidadãos negros e a representação da dinâmica social dos personagens diante do apartamento social (Pietrani; Souza, 2023, p. 313).

A categorização de *Ponciá Vicêncio* como um *Bildungsroman*, embora pertinente, revela uma particularidade da narrativa de Conceição Evaristo: a formação da protagonista é radicalmente influenciada pelas estruturas de poder que a cercam. Diferentemente dos protagonistas dos romances de formação tradicionais, que geralmente vivenciam um processo de autodescoberta e ascensão social, Ponciá encontra suas aspirações constantemente obstaculizadas pelo racismo, pelo sexismo e pela desigualdade social. A “herança” – que é tanto

lembrada na narrativa – se refere não apenas a um legado familiar, mas a um conjunto de opressões históricas que impactaram a trajetória da personagem e impedem o pleno desenvolvimento de si.

Ponciá Vicêncio se confirma como um romance de formação feminino e afro-brasileiro, e traz para a literatura, a partir da trajetória de sua protagonista e de sua família, a metáfora desse sofrimento, que ao mesmo tempo é étnico, é de gênero e é de classe (Arruda, 2007). No mais, o romance *Ponciá Vicêncio* é tratado como um *Bildungsroman*, “por seu enredo apresentar como ponto central o processo de formação da personagem e sua constituição psicológica, física, moral, social” (Pietrani; Souza, 2023, p. 324), ou seja, a narrativa acompanha a jornada de autoconhecimento de Ponciá em um contexto marcado pelas desigualdades sociais e raciais, desafiando os cânones tradicionais do gênero e oferecendo uma nova perspectiva acerca da formação da identidade.

Constata-se que há uma confluência entre os gêneros do romance de formação e da literatura afro-brasileira em *Ponciá Vicêncio*. Isso porque ao acompanhar a trajetória de amadurecimento de Ponciá, a narrativa se insere no gênero do *Bildungsroman* – tradicionalmente associado à construção da identidade individual. No entanto, a especificidade da experiência negra, marcada pelas estruturas de racismo e desigualdade social, confere à obra uma dimensão coletiva. A relação entre gênero, raça e classe, perceptível na experiência de Ponciá, oferece uma nova perspectiva da formação da identidade, em um contexto marcado pelas desigualdades sociais e raciais.

Este é, também, um ponto bastante discutido na fortuna crítica de *Ponciá Vicêncio*: como a obra filia-se à vertente da literatura afro-brasileira:

Exemplo de romance afro-brasileiro, *Ponciá Vicêncio* polemiza com a tese segundo a qual a escrita dos descendentes de escravos estaria restrita ao conto e à poesia... Em que consistiria esse romance? Se entendido como texto de autoria afrodescendente, tratando de tema vinculado à presença desse segmento nas relações sociais vividas no país, a partir de uma perspectiva identificada politicamente com as demandas e com o universo cultural afro-brasileiro e destacando ainda o protagonismo negro nas ações, em especial aquelas em que se defronta com o poder e com seus donos, não há dúvida de que *Ponciá Vicêncio* não só preenche tais requisitos, como ocupa o lugar supostamente vazio do romance afro-brasileiro (Duarte, 2006, p. 307).

Destaca-se que *Ponciá Vicêncio* trata de temas vinculados à presença negra nas relações sociais brasileiras, abordando esses temas a partir de uma perspectiva política que se identifica com as demandas e o universo cultural afro-brasileiro. Ao entrelaçar questões raciais, de gênero e de memória, por exemplo, Evaristo contribui para a literatura afro-brasileira, pois colabora com a desmistificação do gênero do romance de formação, tradicionalmente associado a experiências masculinas brancas, e viabiliza a experiência negra feminina, oferecendo uma

outra perspectiva da história e da cultura do Brasil.

“O romance de Evaristo narra problemas do cotidiano das mulheres negras e da pobreza, de forma muito rica e cheia de referências culturais, partindo de uma ótica feminina e afrodescendente” (Valente; Carneiro, 2017, p. 715); assim, *Ponciá Vicêncio* se destaca como um marco na literatura afro-brasileira, ao abordar de forma realista os problemas enfrentados por conta da raça e do gênero no Brasil, rompendo com a “romantização” da experiência negra, isto é, com o mito da democracia racial. “Um dia, Ponciá Vicêncio percebe-se como resultado do mito da democracia racial, do discurso da consciência pautado em uma ilusória igualdade de oportunidades” (Bartolazzi; Silva 2012, p. 7), desvendando, dessa forma, a falácia de uma sociedade racialmente igualitária e evidenciando as persistentes desigualdades que marcam a experiência negra no Brasil.

O negro é tema central na literatura afro-brasileira, servindo como um ponto de partida para resgatar a história do povo negro, denunciando a escravidão e as opressões que a sucederam (Souza, 2021):

A literatura afro-brasileira é um discurso gerado na diferença cultural, ela é produto da resistência da população negra a um discurso que, a fim de estabelecer uma identidade nacional homogênea, tenta apagar a memória histórica da opressão e da violência escravista. Com o mito da democracia racial, esse discurso articula-se à diversidade cultural a fim de silenciar vozes dissonantes através da assimilação. Daí a forte presença de estereótipos associados aos negros tanto na literatura hegemônica quando em textos de caráter antropológico, uma vez que, pela constante repetição dos discursos de dominação, eles justificam a manutenção das dinâmicas de poder opressoras dentro de uma cultura que se supõe híbrida. Nesse sentido, a literatura afro-brasileira resiste ao silenciamento e ao apagamento impostos, em uma nação cuja identidade foi construída a partir do mito da democracia racial, através de uma autorrepresentação que subverte estereótipos e questiona a memória hegemônica da escravidão (Souza, 2021, p. 30).

Esse excerto oferece uma análise do papel da literatura afro-brasileira na construção da identidade nacional e na resistência às estruturas de poder opressoras. Demonstra-se como a literatura afro-brasileira se constitui um espaço de contradiscurso, ao situar a produção literária negra no contexto histórico da escravidão e do mito da democracia racial. Isso desafia as narrativas hegemônicas e visibiliza as experiências e as vozes historicamente silenciadas.

“Em *Ponciá Vicêncio*, encontra-se, sobretudo a voz afrodescendente, que rememora a África – uma África mítica e idealizada, cujas especificidades foram borradas pelo distanciamento geracional da partida” (Oliveira, 2015, p. 35); dessa forma, a obra de Conceição Evaristo revela a importância da África na construção da identidade negra brasileira, uma conexão mediada pela experiência da escravidão.

Além disso, *Ponciá Vicêncio* é também “uma manifestação literária de resistência à

historiografia mítica e idealizada pela literatura canônica, em que o negro é um constante objeto e aparece particularizado de forma a ser sempre um personagem periférico e marginal” (Oliveira, 2015, p. 35). Daí a importância da literatura afro-brasileira, responsável por dar espaço para que personagens negras – e a todas a quem elas representam – sejam colocadas em lugar de destaque na literatura nacional, e não apenas servindo de apoio às histórias dos outros.

“A história de Ponciá possibilita que sejam feitas inúmeras reflexões. Assim, a obra de autoria feminina afro-brasileira tem se mostrado comprometida com causas sociais antes não mencionadas na literatura” (Sousa, 2022, p. 73). Isso é necessário para que a literatura desempenhe o papel de denunciar as injustiças sociais e de promover discussões relevantes nos meios letrados.

Segundo Marques (2016, p. 33), “a literatura afro-brasileira é uma contranarrativa, já que é comprometida com a reescrita da história, a partir do ponto de vista da classe que foi subalternizada. Isso vale, principalmente, para a produção literária da mulher negra”, porquanto ela tenta modificar, mesmo que de modo ínfimo, a racionalidade escravocrata que ainda prevalece em parte significativa das elites intelectuais brasileiras. Assim, a literatura afro-brasileira feminina, ao divulgar a voz carregada de experiência negra, resiste às narrativas convencionais e reafirma a força das mulheres negras na construção de suas próprias histórias, desafiando os papéis sociais a elas atribuídos.

Eduardo de Assis Duarte (2009), em seu artigo “Mulheres marcadas: literatura, gênero e etnicidade”, explora criticamente a representação estereotipada da mulher afrodescendente na literatura brasileira. Para ele, esses traços de estereotipação podem ser encontrados em obras que fazem parte do cânone literário nacional, de autores como Gregório de Matos, José de Alencar, Manuel Antônio de Almeida, Aluísio de Azevedo, Jorge Amado e João Guimarães Rosa.

Pela pena satírica e burlesca de Gregório de Matos surge a “crônica do viver baiano seiscentista”, na qual pululam negras, pardas, cabras e mulatas. Estas ganham bem mais versos do que as donzelas e senhoras brancas. Versos marcados, todavia, por uma semântica erótica obcecada pelos corpos de pele morena, sempre desfrutáveis, segundo tal ponto de vista, aos olhos e às fantasias sexuais do homem branco. Ao longo de centenas de textos, o poeta enfatiza essa redução à esfera carnal ao vincular a mulher afrodescendente ao desregramento e à promiscuidade. E o faz submetendo muitas vezes tais personagens a um vocabulário chulo, em que o corpo e a intimidade femininos surgem inscritos no mais baixo calão (Duarte, 2009, p. 7).

No que concerne à figura feminina afrodescendente, o poeta Gregório de Matos dedica uma atenção considerável, com um número expressivo de versos. No entanto, essa representação é atravessada por uma semântica erótica que objetifica o corpo da mulher negra, parda ou mulata, reduzindo-a a um objeto de desejo acessível aos olhares e às fantasias sexuais

do homem branco. Essa erotização da mulher negra também é verificada na obra de José de Alencar, em que “encontramos a visão etnocêntrica que divide as mulheres em ‘anjos louros’ e ‘morenas ardentes’” (Duarte, 2009, p. 8).

Já em Memórias de um sargento de milícias, Manoel Antônio de Almeida brinda o insipiente público do romance urbano brasileiro com a figura de Vidinha, “uma mulatinha de 18 a 20 anos, (...) peito alteado, cintura fina e pés pequeninos; (...) lábios grossos e úmidos, os dentes alvíssimos, fala um pouco descansada, doce e afinada, (...) uma risada prolongada e sonora, e com um certo caído de cabeça para trás”. A começar pela instância da nomeação, todo o conjunto aponta para o estereótipo. O signo “Vidinha” insere-se na cadeia semântica da frouxidão moral que acompanha as figurações da mulata. Além disso, os qualificativos surgem aos pares, a fim de reforçar o erotismo da construção: os lábios “grossos e úmidos” pedem o beijo; a fala “doce e afinada” é um convite aos ouvidos; a risada “prolongada e sonora” indicia o despudor reforçado pelo gesto de inclinar a cabeça para trás e destacar os seios. [...] O sensualismo desenfreado da mulata surge com toda força em O cortiço, de Aluísio Azevedo, encarnado na figura de Rita Bahiana, “fruto dourado e acre dos sertões americanos”. [...] Ao reproduzir a cadeia de imagens cristalizadas na representação da mulher afrodescendente desde o imaginário colonial, O cortiço alia o preconceito incrustado historicamente com o pensamento hegemônico em seu tempo, que celebrava o mito da hierarquia entre as raças (Duarte, 2009, p. 9-10).

Duarte (2009) destaca como a construção dessas personagens femininas é carregada de vulgaridades que remontam ao imaginário colonial, e são reforçados pelo contexto social e cultural da época. A representação da mulher afrodescendente como um corpo desprovido de agência é um exemplo de como a violência simbólica pode ser exercida por meio da linguagem, o que reforça a inferiorização e a marginalização dessa população.

Em relação à obra de Jorge Amado, Duarte (2009, p. 10) apresenta o exemplo de *Gabriela, cravo e canela*, em que a personagem que dá nome ao livro, “com seu trabalho e mãos de cozinheira, irá contribuir para a prosperidade do patrão e posterior aquisição de uma roça de cacau”. Duarte (2009, p. 10) comenta ainda que a pele de Gabriela, descrita por Nacib, seu patrão, como cor de canela, “está em analogia com a cor da terra e não apenas em termos de epiderme”, refere-se, também, ao desejo dele de se tornar produtor rural e explorar a terra.

Por fim, Duarte (2009, p. 11) menciona ainda o livro de novelas *Corpo de baile*, de João Guimarães Rosa:

A afrodescendência estéril está também em Guimarães Rosa. Tomo como exemplo o conto “A estória de Lélío e Lina”, de *Corpo de baile*. A narrativa exalta a figura de Jini, uma “mulata escura mas recortada fino de cara, o corpo bem feito, acinturado”. A adversativa fala por si, remonta a Gregório de Matos, e dá pistas do etnocentrismo do narrador. Apesar da “cor de violeta”, Jini é caracterizada como “maravilha”, tem corpo firme de mulher nova, e um “riso mordido” a emoldurar os “olhos enormes, verdes, verdes que manchavam a gente de verde, que pediam o orvalho”. E ainda: “o desliz do corpo, os seios pontudos, a cinturinha entrada estreita.” Mais adiante, o narrador refere-se às “pernas de bom cavalo” para destacar a sensualidade promíscua da mulata vendida e alugada, a se deitar com dezenas de homens, “desencaminhar os casados” e seduzir Lélío com seu corpo “cobrejante” e boca cheirosa, com “beijos que se mexiam mole molhados, que beijando”. Como se vê, sobram alusões

animalizantes, que cumprem a função de reforçar o sequestro da humanidade da mulher, conseqüentemente, de enfatizar sua constituição apenas enquanto objeto de fantasias sexuais masculinas. Ao final dessa quase novela, e depois de ser “cavalgada” por homens de toda espécie, a personagem se rende ao matrimônio e à vida conjugal, mas nem assim torna-se mãe.

A descrição física de Jini, com a menção à sua “cor de violeta” e aos seus atributos físicos (“corpo bem feito”, “seios pontudos”, “cinturinha entrada”), revela uma objetificação do corpo da mulher negra, que é reduzida a um conjunto de características físicas e eróticas. A comparação com um “bom cavalo” e a referência à sua “sensualidade promíscua” reforçam a associação da mulher negra com a animalidade e a hipersexualização. Todos estes exemplos de obras literárias consagradas, ao perpetuarem esses ideais raciais e de gênero, ainda que algumas delas de forma não intencional, contribuem para a manutenção de relações desiguais e para a invisibilização da mulher negra como sujeito de sua própria história.

Em tempo, é importante lembrar da “ancestralidade”, outro tema bastante abordado na fortuna crítica de *Ponciá Vicêncio*. De acordo com Cruz e Jesus Neto (2020, p. 182):

O romance trata integralmente de questões sociais do povo negro após a aprovação da Lei Áurea no Brasil. Nesse romance, a trajetória da personagem na atualização da sua identidade utiliza-se das marcas de ancestralidade africana herdada do seu avô Vicêncio e também questões sociais, como violência doméstica. [...] Os ancestrais são símbolos de força e sabedoria, são como conselheiros. O culto dos ancestrais está muito ligado ao culto aos elementos da natureza, pois se acredita que os ancestrais estão em todo lugar e os elementos da natureza nos ajudam a nos conectarmos com eles.

Os ancestrais representam para Ponciá uma fonte de força e resistência para enfrentar as adversidades da vida. Assim, eles servem como um lembrete de que o povo negro tem uma longa história de luta e superação, e que ela faz parte dessa tradição. Uma dessas tradições passadas a Ponciá era a “de trabalhar o barro com a mãe” (Evaristo, 2017, p. 30). A arte da cerâmica, aprendida com sua mãe, representa um elo entre Ponciá e suas origens. Ao moldar o barro, ela não apenas cria objetos, mas também estabelece uma conexão com a terra, um elemento essencial nas cosmovisões africanas.

O fato de trabalhar com o barro também pode ser lido como uma analogia da construção da identidade a partir de conhecimentos ancestrais, em que a protagonista molda a si mesma e ao mundo ao seu redor:

A mãe fazia panelas, potes e bichinhos de barro. A menina buscava a argila nas margens do rio. Depois de seco, a mãe punha os trabalhos para assar num forno de barro também. As coisinhas saíam então duras, fortes, custosas de quebrar. Ponciá Vicêncio também sabia trabalhar muito bem o barro. Um dia ela fez um homem baixinho, curvado, magrinho, graveto e com o bracinho cotoco para trás. A mãe pegou o trabalho e teve vontade de espatifá-lo, mas se conteve, como também conteve o grito. Passados uns dias, o pai veio da terra dos brancos trazendo os mantimentos. A

mãe andava com o coração aflito e indagador. O que havia com aquela menina? Primeiro andou de repente e com todo o jeito do avô... Agora havia feito aquele homenzinho de barro, tão igual ao velho. Ela havia enrolado o trabalho guardando-o no fundo do caixote. E, mesmo assim, parecia que de lá de dentro saía ora risos-lamentos, ora choro-gargalhadas. O que fazer com a criação da filha? O que fazer com o Vô Vicêncio da filha? Sim, era ele. Igualzinho! Como a menina se lembrava dele? Ela era tão pequena, tão de colo ainda quando o homem fez a passagem. Como então, Ponciá Vicêncio havia guardado todo o jeito dele na memória? O pai de Ponciá Vicêncio olhou o homem de barro que a menina havia feito e reconheceu nele o seu próprio pai. Pegou o trabalho e examinou bem. Os olhos, a boca, as costas encurvadinhas, a magreza, o bracinho cotoco, tudo era igual, igualzinho. A boca ensaiava sorrisos, mas, no rosto, a expressão era de dor. Teve a sensação de que o homem-barro fosse rir e chorar como era feito de seu pai. Chamou a menina entregando-lhe o que era dela. Não fez nenhum gesto de aprovação ou reprovação. Aquilo era obra de Ponciá Vicêncio, para ela mesma. Nada que pudesse ser dado ou vendido. Voltou as costas à filha e entre os dentes resmungou para a mulher, que não sabia por que ela se assustava tanto (Evaristo, 2017, p. 20-21).

A criação da figura de Vô Vicêncio em barro tem muito significado na trajetória de Ponciá. Por meio dessa obra, a menina não apenas “homenageia” seu antepassado, como também estabelece uma conexão com sua história, sua ancestralidade. A semelhança entre a figura de barro e o avô real, reconhecida tanto pela mãe quanto pelo pai, evidencia a força da memória ancestral e a capacidade da arte de preservar e transmitir essas memórias.

Pode-se inferir que a reação da mãe, marcada pela perplexidade e pela tentativa de reprimir a criação da filha, revela a complexidade da relação entre passado e presente. A figura do avô Vicêncio, ausente fisicamente, continua a exercer uma forte influência na família, suscitando tanto afeto quanto angústia – consequência das lembranças das dores sofridas por seus antepassados durante e após a escravização.

Essa herança ancestral é dupla, “porque recorda os sofrimentos do sistema escravocrata a que os negros foram submetidos, mas também recupera um passado antes da escravidão, a ancestralidade africana” (Baldo, 2017, p. 90). Essa dualidade constitui a identidade híbrida dos afro-brasileiros, marcada pela experiência da escravidão e pela resistência cultural. Em suma, “o verdadeiro patrimônio de Vô Vicêncio para sua neta Ponciá é a ancestralidade, ligação com seus antepassados” (Oliveira; Camelo; Gonçalves, 2022, p. 91), que se manifesta por meio da memória da cultura e da formação da própria identidade da protagonista:

Conceição Evaristo resgata, em sua obra, a “herança” deixada por Vô Vicêncio para a neta Ponciá, sendo que ele presenciou e sentiu no corpo as dores da escravidão, uma das principais temáticas do enredo e que remonta a conexão da neta com os seus ancestrais à medida que mesmo tendo nascido menina carrega os traços do avô e ainda a religiosidade dos seus antepassados. A herança, que é a recriação do avô em sua neta, mostra o resgate da história tão sofrida dos negros e negras pela história ficcional, [...] além de uma mensagem de chamamento à luta antirracista (Oliveira; Camelo; Gonçalves, 2022, p. 96).

Desse modo, a ancestralidade, enquanto conexão com as raízes históricas e culturais de um povo, aparece como um instrumento de luta antirracista, pois, ao estabelecer um vínculo com os antepassados, os indivíduos negros resgatam sua história, fortalecem sua identidade e encontram um sentido de pertencimento a uma comunidade. Além disso, essa conexão ancestral possibilita a desconstrução de narrativas eurocêntricas e racistas, promove a valorização da cultura negra e a visibilização das contribuições dos africanos e seus descendentes para a construção da sociedade brasileira.

Em uma análise de Baldo (2017, p. 97), conclui-se que no final do livro escrito por Conceição Evaristo, quando Ponciá reencontra a sua família, “o legado de Vô Vicêncio realiza-se, ela entra em consonância com a ancestralidade africana”. Nesse momento, a protagonista encontra-se “como se quisesse emendar um tempo ao outro, seguia agarrando tudo, o passado-presente-e-o-que-há-de vir” (Evaristo, 2017, p. 111), demonstrando a força unificadora da ancestralidade, que conecta as gerações e permite que Ponciá e os seus compreendam o presente e o futuro a partir do seu passado.

Por fim, a “identidade” também é um tema que aparece na fortuna crítica de *Ponciá Vicêncio*. Apesar de esse tema já ter sido mencionado nas análises anteriores, vale a pena comentar alguns estudos que se dedicaram a entender a formação identitária em *Ponciá Vicêncio*, dada a proximidade com a nossa abordagem.

Cardoso (2020, p. 13), ao abordar a crise identitária de Ponciá Vicêncio, comenta o seguinte:

O primeiro confronto da menina com o vazio é aquele a respeito da sua própria identidade, e a acompanha até a vida adulta. [...] O passado de escravidão pelo qual havia passado a família de Ponciá marcava sua história, assim como o acento agudo marcava o seu nome. Escrevê-lo era lembrar uma dor. Seja na linguagem oral ou na linguagem escrita – foi a primeira da família a aprender ler e escrever – o nome Vicêncio lembrava-a do esvaziamento identitário que os seus sofreram na condição de escravizados, tendo sido sequestrados de suas verdadeiras terras, roubados de seus verdadeiros nomes, e tendo passado a ser posse de um senhor, e a serem chamados pelo nome deste.

A sensação de vazio que acompanha Ponciá desde a infância está ligada à sua ancestralidade escravizada. Por conseguinte, a falta de conhecimento acerca de suas origens, o nome imposto e a perda da identidade de seus antepassados em favor de um sistema escravocrata geram um sentimento de incompletude e deslocamento. Em outras palavras, esse “vazio sentido por Ponciá e o desejo de viver uma realidade diferente fazem com que a personagem tente refúgio em sua imaginação, pois a dureza da realidade que se impõe hoje e, em outrora aos seus antepassados, é ofensiva demais” (Vieira, 2021, p. 120), revelando as profundas cicatrizes deixadas pela escravidão na sua família e, por conseguinte, na psique da

personagem.

De fato, as experiências coloniais que atravessam sua constituição familiar a sequestram do agora, mas, se de um lado elas mantêm o corpo presente de Ponciá inerte, por outro, movimentam uma série de estruturas opressivas que jazem escondidas na memória. É a ação de reelaborar tais memórias, expondo-as, que representam uma possibilidade de novos inícios (Miranda, 2019, p. 201).

A narrativa de Conceição Evaristo demonstra como o peso do passado colonial, ao “sequestrar do agora” a personagem, paradoxalmente, mobiliza uma série de estruturas opressivas que se encontram latentes na memória. A inércia física de Ponciá, mencionada por Miranda (2019), contrasta com a agitação das memórias que a assombram. Assim, as experiências coloniais, embora possam parecer adormecidas, exercem influência no presente da personagem, afetando sua identidade e suas possibilidades de ação.

“Ponciá Vicêncio cresceu acreditando que a mãe mandava nos homens da família, então sentia-se feliz em sua identidade feminina” (Marcelino, 2016, p. 45), ela inclusive temia que virasse um menino – por conta das lendas que ouvia sobre passar debaixo do arco-íris –, pois “naquela época Ponciá Vicêncio gostava de ser menina” (Evaristo, 2017, p. 13). Mas com o passar do tempo isso mudou. Antes a menina que “gostava de ser ela própria” (Evaristo, 2017, p. 13), quando adulta, “sentia-se ninguém” (Evaristo, 2017, p. 18). Uma das causas dessa situação era o seu próprio sobrenome, “a jovem desvelava a angústia de não se reconhecer em seu sobrenome por saber que ele não estava conectado a seus antepassados, que era um registro de posse dos antigos senhores dos seus pais” (Marcelino, 2016, p. 45). Assim, a desvinculação de suas raízes, representada pelo sobrenome imposto, gerou uma crise de identidade em Ponciá, que passou a questionar sua própria existência e lugar no mundo:

A busca de sua identidade estava relacionada a conhecer a história de sua origem, as vivências de seus antepassados, que foram subtraídos da liberdade de criar, do exercício do poder, do conhecimento, enfim, do status de humano, para serem tomados como meras peças de trabalho (Marcelino, 2016, p. 45-46).

É de conhecimento geral que a escravidão no Brasil foi um sistema que desumanizou milhões de africanos e indígenas, reduzindo-os à condição de simples mercadorias. Usurpados de suas terras e famílias, os negros eram transportados em condições subumanas para o Brasil, onde eram vendidos como propriedade e submetidos a jornadas exaustivas de trabalho. Sem direitos e considerados inferiores, eram forçados a realizar as tarefas mais árduas nas plantações, minas e atividades domésticas. Essa condição de objeto, de “peças de trabalho” (Marcelino, 2016, p. 46), era reforçada pela legislação escravista, que negava aos negros qualquer tipo de direito e, assim, podemos considerar que os negros eram equiparados a

animais. A desumanização era completa, estendendo-se não somente à separação de suas famílias, mas também à negação de manifestar a suas culturas e religião, por exemplo – pontos que colaboraram para a construção de uma identidade coletiva.

A respeito da relação entre a manifestação cultural e a identidade coletiva, Fanon (2008, p. 135) afirma:

Fora algumas falhas surgidas em ambiente fechado, podemos dizer que toda neurose, todo comportamento anormal, todo eretismo afetivo em um antilhano resulta da situação cultural. Em outras palavras, há uma constelação de dados, uma série de proposições que, lenta e sutilmente, graças às obras literárias, aos jornais, à educação, aos livros escolares, aos cartazes, ao cinema, à rádio, penetram no indivíduo – constituindo a visão do mundo da coletividade à qual ele pertence.

Fanon discute a intrínseca conexão entre a cultura e a manifestação de neuroses e comportamentos considerados anormais nos indivíduos. A premissa central reside na ideia de que a situação cultural, compreendida como um conjunto de dados e proposições disseminadas por meio de diversas plataformas (literatura, jornais, educação, livros escolares, cartazes, cinema, rádio), molda a visão de mundo da coletividade e, conseqüentemente, influencia a subjetividade individual.

Lima (2022, p. 22) concorda com esse pressuposto, ao afirmar que “esse sentimento de crise identitária”, presente em Ponciá, “é uma consequência da desvalorização da identidade do negro perpetuado por séculos pelos colonizadores e seus descendentes brancos”. Essa desvalorização, fruto de um sistema que negou aos negros a possibilidade de construir uma identidade própria, leva Ponciá, inicialmente, a não se perceber como um indivíduo diferenciado. A ausência de autorreferenciação, consequência dessa negação identitária, impede a protagonista de reconhecer suas particularidades e de construir uma narrativa própria (Lima, 2022).

“Quem era Ponciá? De onde ela veio? Quem são os seus antepassados? O que se sabe por meio de seu nome é que seus avós serviram a um tal coronel Vicêncio. E nada mais” (Costa, 2007, p. 78). Esses questionamentos, que em outras situações poderiam ser considerados triviais, adquirem significado quando ecoados por indivíduos descendentes de escravizados e que sofreram os efeitos da colonização. Isso porque a ausência de registros históricos de seus ancestrais, a imposição de sobrenomes de seus antigos senhores brancos e a sistemática negação de sua história e cultura transformam essas perguntas em uma busca por identidade. Dessa forma, “esses traços compõem uma história que não pertence apenas a ela” (Costa, 2007, p. 78), Ponciá Vicêncio “traduz a experiência de muitos e muitas Ponciás” (Costa, 2007, p. 78):

A identidade em conflito é uma das características das literaturas negras e também é presente nas obras de Conceição Evaristo, como mais uma consequência da violência. Ela retrata esse conflito, por meio da desidentificação consigo mesma da protagonista, retratando, assim, a realidade de um povo do qual foram arrancados a identidade pessoal, os costumes e o direito à comunidade, de forma violenta. A personagem Ponciá Vicêncio apresenta essa desidentificação consigo, primeiro, pelo seu nome, que Ponciá para ela não tem significado e Vicêncio para ela parece ainda pior, pois é o nome dos coronéis, donos das terras onde eles viviam; assim, ela e sua família sendo livres, ainda são propriedades dos donos das terras (Ferreira, 2024, p. 151).

A desidentificação apresentada por Ferreira pode ser entendida como consequência deixada pelos traumas sofridos por Ponciá e seus antepassados, visto que a impossibilidade de construir uma identidade gera um sentimento de desarraigamento e de perda. Para Ferreira (2024), o caso de Ponciá fica ainda mais chocante no momento em que ela pede ao seu esposo “que não a chamasse mais de Ponciá Vicêncio” (Evaristo, 2017, p. 19), e quando ele pergunta de que forma deveria chamá-la, ela responde “que lhe poderia chamar de nada” (Evaristo, 2017, p. 19). Essa negação da própria identidade, expressa na recusa de qualquer nome, é um sintoma do trauma histórico sofrido pelas gerações de africanos escravizados no Brasil.

Ressalta-se que, “em Ponciá Vicêncio, as problemáticas da identidade e da memória se articulam por meio da história, do tempo e do espaço narrativo” (Cruz; Melo; Rocha, 2024, p. 103), constituindo a tessitura central da obra. A busca de Ponciá por suas raízes e por um sentido de pertencimento se desenvolve em um espaço marcado pela violência da escravidão e pela diáspora, e é narrada a partir de um tempo fragmentado, entrelaçando passado e presente. A memória, individual e coletiva, emerge como elemento fundamental nesse processo, revelando tanto as marcas da opressão quanto da resistência, e possibilita a construção de uma identidade que se reconecta com a ancestralidade.

3.3 AS DORES DE PONCIÁ VICÊNCIO

Conceição Evaristo, por meio de suas obras, costuma dar forma às vozes de personagens geralmente marginalizadas e silenciadas, de tal modo que seus trabalhos desempenham um papel de resgate de histórias de vida do povo negro (Almeida; Chagas; Kühn, 2019). Assim, analisar a trajetória dessas personagens – bem como das variáveis que interferem em suas formações – pode ajudar a compreender a construção da identidade negra no romance *Ponciá Vicêncio*. Isso se justifica porque cada personagem, mesmo que inserida em um contexto social e histórico comum, possui suas próprias experiências, dores, desejos e formas de lidar com sua etnia. Dessa forma, ao apresentar as características individuais das personagens, empenhamo-nos em compreender como a identidade negra se manifesta em cada um deles:

Pode-se dizer que um sentimento positivo de etnicidade atravessa a textualidade afro-brasileira. Personagens são descritos sem a intenção de esconder uma identidade negra e, muitas vezes, são apresentados a partir de uma valorização da pele, dos traços físicos, das heranças culturais oriundas de povos africanos e da inserção/exclusão que os afrodescendentes sofrem na sociedade brasileira. Esses processos de construção de personagens e enredos destoam dos modos estereotipados ou da invisibilidade com que negros e mestiços são tratados pela literatura brasileira, em geral (Evaristo, 2009, p. 19-20).

Ao mesmo tempo em que a apresentação individual das personagens permite identificar as diferenças e singularidades em suas trajetórias, possibilita também conhecer elementos comuns na construção de suas identidades, como as marcas da escravidão, a busca por reconhecimento e a resistência à opressão. “Compreende-se que as narrativas que colocam os sujeitos negros em primeiro plano numa perspectiva do negro e não sobre o negro, são por si só altamente transgressoras e progressivas” (Silva; Silva, 2024, p. 11), trazendo à tona experiências e perspectivas que foram silenciadas por muito tempo. Dessa forma, “Ponciá Vicêncio faz-nos pensar sobre a condição e quais papéis sociais são dados a essas identidades negras no Brasil” (Silva; Silva, 2024, p. 11), bem como refletir acerca da necessidade de construir uma identidade negra que desafie os estereótipos e as limitações.

Por meio dessas personagens, Conceição Evaristo elabora reflexões acerca da história dos afro-brasileiros após o período da escravatura. São relatos do êxodo do ambiente rural para as grandes cidades, da violência e da pobreza nas favelas e da dor que certas memórias causam nessas personagens negras. Além disso, expõe os seus conflitos de identidade, as suas perdas e a busca permanente por espaços no mundo exterior e, especialmente, a busca de afirmação de si próprio (Baldo, 2017; Araújo, 2012).

Assim, as personagens de *Ponciá Vicêncio* são como porta-vozes de uma experiência histórica marcada pela escravidão e pelo racismo, personagens que vivem em um tempo de reflexão acerca das mazelas do passado. Na sequência desta análise, demonstraremos como a trajetória de Ponciá Vicêncio e das demais personagens do livro revelam o processo de construção da identidade negra, bem como a relação entre suas experiências e a história do povo negro no Brasil.

Vale a pena destacar que os elementos narrativos, tais como tempo, espaço e enredo constituem os alicerces nos quais se constroem as personagens literárias. É por meio da interação dessas personagens com o tempo histórico, com os espaços físicos e sociais e com os eventos que compõem a narrativa que se revelam suas características, motivações e conflitos internos. Segundo Candido (1963, p. 70), “a vida da personagem depende da economia do livro, da sua situação em face dos demais elementos que o constituem: outras personagens, ambiente,

duração temporal, ideias”. A habilidade do autor em manipular esses elementos determinará como se dará a formação da identidade de seus personagens:

Ao contarmos uma história, circunscrevemos os personagens no tempo e no espaço, abrimos a possibilidade para tratar os personagens em processo de transformação e, no enredo, colocamos os personagens em relação uns com os outros, criando um mundo social no qual os personagens entram em conflito e emergem com qualidades morais (Moutinho; Conti, 2016, p. 1).

A passagem do tempo demarca a evolução das personagens e permite que o leitor acompanhe as suas transformações e o seu desenvolvimento. Ao passo que elas vivem diferentes experiências e desafios, as personagens revelam suas qualidades, seus defeitos e suas emoções. O enredo, por sua vez, fomenta as ações das personagens, colocando-as em situações que exigem decisões e atitudes. É a partir dos conflitos e das interações com outras personagens que a identidade de cada indivíduo é formada.

Para Candido (1963), a leitura de uma narrativa ficcional evoca, de modo indissociável, a imagem de personagens imersas em um enredo. O enredo, com sua sequência de eventos e conflitos, serve como um quadro para a construção das personagens, revelando motivações, desejos e transformações. Por sua vez, as personagens, ao interagirem com o mundo narrativo, dão vida a esse enredo, impulsionando-o e conferindo-lhe verossimilhança. Dessa forma, a relação entre personagens e enredo é dialética, constituindo uma unidade inseparável.

“A personagem deve dar a impressão de que vive, de que é como um ser vivo” (Candido, 1963, p. 61), assim, ela se torna um reflexo da complexidade da experiência humana, levantando questões sobre a identidade e a liberdade, por exemplo. Com esse propósito, a personagem “deve lembrar um ser vivo, isto é, manter certas relações com a realidade do mundo, participando de um universo de ação e de sensibilidade que se possa equiparar ao que conhecemos na vida” (Candido, 1963, p. 61), o que significa que o ambiente não é apenas um cenário, mas um elemento ativo na construção da identidade da personagem, moldando seus valores, suas crenças e suas ações.

A narração em *Ponciá Vicêncio* inicia-se com a protagonista em devaneio, lembrando seu passado – ação que será repetida em diversos momentos durante a trama. A personagem que dá nome ao livro, é uma mulher negra e de origem humilde. Após o falecimento de seu pai, ela parte para uma metrópole, na esperança de construir uma nova vida. Entretanto, seu passado permanece vivo em suas lembranças, que foram marcadas por dores. Dentre as coisas que Ponciá jamais esquece destaca-se o que diziam acerca de seu avô ter deixado uma herança para ela. Essa herança – apesar de não ser explicitamente descrita – pode ser entendida como um legado identitário, marcado não só pela postura que assemelhava Ponciá e seu avô, mas, acima

de tudo, pela vivência, pelas dores e ausências sofridas por ambos. Vô Vicêncio tem bastante influência em Ponciá, apesar de ter morrido quando ela ainda era muito pequena. Diziam que ele havia deixado uma “herança” para a menina. Ex-escravo, seu primeiro nome não é citado, mas há uma explicação para o sobrenome “Vicêncio”: a família fora escravizada por um coronel chamado Vicêncio.

Essas dores são referidas durante toda a obra: são questões econômicas, de relacionamento familiar, de educação, de trabalho, de acesso à terra, de segregação urbana e, em especial, de identidade. Elas são consequências de um passado caracterizado pela escravidão e pelo racismo.

O pai de Ponciá viveu toda a sua vida na fazenda, executando o mesmo trabalho de seus pais, que foram escravos. Ele também não tem seu nome citado no livro e é pouco lembrado por Ponciá, pois passava a maior parte do tempo nas terras dos brancos, trabalhando na roça. Na infância, apesar de “livre”, viveu como escravo, sendo pajem do sinhô-moço. Ponciá também cresceu em territórios situados nas imediações das terras de seus antigos senhores. Segundo a autora, “o tempo passou deixando a marca daqueles que se fizeram donos das terras e dos homens” (2017, p. 27), essa marca é exposta inclusive no sobrenome “Vicêncio”, nome da família que outrora os escravizara.

A dor da miséria, aliada a tantas outras experiências vividas por Ponciá, foi um dos motivos que levaram a personagem a sair do campo e partir para a cidade grande:

Ponciá Vicêncio [...] estava cansada de tudo ali. De trabalhar o barro com a mãe, de ir e vir às terras dos brancos e voltar de mãos vazias. De ver a terra dos negros coberta de plantações, cuidadas pelas mulheres e crianças, pois os homens gastavam a vida trabalhando nas terras dos senhores, e, depois, a maior parte das colheitas serem entregues aos coronéis. **Cansada da luta insana, sem glória, a que todos se entregavam para amanhecer cada dia mais pobres, enquanto alguns conseguiam enriquecer a todos os dias.** Ela acreditava que poderia traçar outros caminhos, inventar uma vida nova (Evaristo, 2017, p. 30, grifos nossos).

Primeiramente, vale destacar como a infância de Ponciá foi marcada pela exploração: seja na terra dos brancos, em que as “mãos vazias” representam a falta ou a recompensa insuficiente por seu trabalho; seja na terra dos negros, em que a maior parte do que era produzido ficava com os brancos. Essa dicotomia entre aqueles que estavam fadados a “amanhecer cada dia mais pobres” e os que “conseguiam enriquecer a todos os dias” torna evidente a desigualdade social e econômica vivida pelos negros nas fazendas que, no passado, foram o cenário da escravidão.

Apesar disso, a passagem demonstra a manifestação de uma nítida consciência de classe. A personagem percebe a diferença entre as condições de sua família, os que são explorados, e

a dos que exploram. Isso desperta o desejo de mudança, uma aspiração por transformação, por crescimento. Para Frantz Fanon, em *Pele negra, máscaras brancas*, “a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais” (2008, p. 28), isto é, não seria possível romper com a alienação vivida pelo negro sem antes haver a compreensão das estruturas de poder, bem como de sua própria história.

No tocante a essa revolta de Ponciá e seu desejo de partir para a cidade, Lima e Andrade (2020, p. 95) apontam uma lista de inferências possíveis, a partir da experiência dos negros na comunidade na qual cresceu a personagem:

Essa passagem evidencia a dimensão sociogênica das experiências vividas pelas populações negras. A revolta com as condições de exploração dos negros que trabalhavam nas terras dos brancos e amanheciam cada dia mais pobres. A subjugação racial como motor das relações sociais. O sonho da partida, de uma vida outra/nova. O afastamento das suas e dos seus. Ponciá deixou para trás sua mãe e seu irmão. Outras diásporas. A cidade grande. A indiferença. A subjugação racial traduzida em outros termos. A violência e a brutalidade da colonialidade como elemento central para percebermos e entendermos a alienação de si, esse esvaziamento, a sensação de uma morta-viva.

Tudo isso como marcas de um jugo que há na população negra, especialmente daqueles que vivem em comunidades que foram marginalizadas e excluídas do acesso a direitos básicos e à dignidade; restando, assim como a Ponciá, apenas o desejo de partir e tentar uma nova vida distante daquele ambiente que remete ao sofrimento.

Contudo, as aspirações de Ponciá iriam esbarrar em outros obstáculos, que começam a ficar evidentes já no momento em que ela embarca no trem rumo à cidade grande, levando consigo apenas uma pequena trouxa:

A crença era o único bem que ela havia trazido para enfrentar uma viagem, que durou três dias e três noites. Apesar do desconforto, da fome, da broa de fubá que acabara ainda no primeiro dia, do café ralo guardado na garrafinha, dos pedaços de rapadura, que apenas lambia, sem ao menos chupar, para que eles durassem até ao final do trajeto, ela trazia a esperança como bilhete de passagem. Haveria, sim, de traçar o seu destino (Evaristo, 2017, p. 32).

A jornada enfrentada por Ponciá no trem com destino à cidade aponta barreiras que as pessoas marginalizadas precisam enfrentar quando tentam alcançar a justiça social. Enquanto os jovens ricos têm a oportunidade de iniciarem suas jornadas com recursos, estrutura, escolaridade, “portas abertas”, Ponciá Vicêncio tinha apenas uma trouxa de roupa, fome e esperança. Fica fácil imaginar em que cenário é mais provável que as expectativas sejam frustradas. Embora Ponciá sonhe em “traçar o seu destino”, sua vida já fora marcada por inúmeras situações que, muito provavelmente, limitarão as suas decisões e os caminhos que trilhará.

Também havia dores nos relacionamentos familiares de Ponciá. Inicialmente, a obra evidencia o distanciamento que havia entre ela e seu pai:

Ponciá Vicêncio se lembrava pouco do pai. O homem não parava em casa. Vivia constantemente no trabalho da roça, nas terras dos brancos. Nem tempo para ficar com a mulher e filhos o homem tinha. Quando não era tempo de semear, era o tempo de colheita, e ele passava o tempo todo lá na fazenda (Evaristo, 2017, p. 16).

A imagem do pai ausente, ocupado constantemente com afazeres nas terras dos brancos, é uma consequência das condições de trabalho e exploração a que os negros eram submetidos no período pós-escravidão. Essa ausência paterna, contudo, não se restringe ao campo. Nas cidades, a situação é semelhante, muitos homens negros são marginalizados e subempregados, buscando sustento em trabalhos precários, privados do convívio familiar.

Outro exemplo é o das mulheres negras que, durante a escravidão, sofriam uma dupla exploração: além de terem sua força de trabalho explorada no campo e nos afazeres domésticos, ainda eram cuidadoras dos filhos daqueles que as exploravam. Essa rotina trazia como consequência a dificuldade de conciliar a sobrecarga de trabalho com a criação dos seus próprios filhos, que acabavam ficando em segundo plano. E isso não é exclusividade desse período. Ainda hoje, essas consequências da escravidão estão presentes na sociedade brasileira. Tal realidade pode ser comprovada quando observada a situação de milhares de mulheres negras no Brasil.

Ponciá, tempos depois, começa um relacionamento com um homem – que não é identificado, ele é referido apenas como “o homem de Ponciá” –, com quem divide um barraco e que foi autor de diversas agressões contra Ponciá. A personagem, no entanto, parece idealizar o comportamento violento como consequência do sistema que vitimiza seu companheiro. Isso não justifica as ações dele, mas demonstra como o sistema pode ser cruel e fatal para aqueles à margem da sociedade dominante. Depois de algum tempo de relacionamento, esse convívio passa a se configurar como causa de sofrimentos: violência, más condições de moradia, fome e distanciamento afetivo:

O homem de Ponciá acabava de entrar em casa e viu a mulher distraída na janela. Olhou para ela com ódio. [...] Ao ver a mulher tão alheia teve desejos de trazê-la ao mundo à força. Deu-lhe um violento soco nas costas, gritando-lhe pelo nome. Ela devolveu um olhar de ódio. Pensou em sair dali, ir para o lado de fora, passar por debaixo do arco-íris e virar logo homem. Levantou, porém, amargurada de seu cantinho e foi preparar a janta dele (Evaristo, 2017, p. 18-19).

O “olhar de ódio” de ambas as partes reflete o distanciamento emocional entre eles. E não só: há um distanciamento de Ponciá em relação ao todo, uma solidão, um desejo de escapar da realidade. Para Claudete Souza (2008, p. 56-57), essa solidão é uma experiência “individual,

comunitária e coletiva, pois faz parte de uma construção histórica, social e política cravada pela dimensão de gênero e étnico-racial”, ou seja, esse sentimento de solidão da mulher negra não procede de uma circunstância individual, ele é um resultado de processos históricos, políticos e sociais, que, além de construir, perpetuaram a desigualdade racial e de gênero.

A partir disso, podemos abordar a ideia de sociogenia pensada por Fanon. Segundo Faustino (2015, p. 251), esse é um

pressuposto que articula, dialeticamente, as dimensões subjetivas e objetivas da existência humana para identificar, na exploração capitalista e, sobretudo, nas racializações que a sustenta, os elementos que alienam (subjetiva e objetivamente) a humanidade, de maneira a restringir sua liberdade. O colonialismo, em seus múltiplos tentáculos, representa a interdição do reconhecimento hegeliano e a impossibilidade dos negros – poderíamos pensar, em acréscimo, dos palestinos, da comunidade LGBTQTT, dos Sem-Terra, dos povos originários do Continente Americano, das mulheres e outros, a depender do tempo e do espaço – de serem vistos e, principalmente, de se verem como humanos em meio a outros humanos.

Nota-se que não há uma separação do indivíduo da sociedade, mas entende-se que ambos se constituem mutuamente, ou seja, as experiências subjetivas são influenciadas pelas estruturas sociais, e, ao mesmo tempo, as ações individuais contribuem para a transformação dessas estruturas. Partindo da ideia de relação mútua entre homem e sociedade, Faustino (2018, p. 157) aponta que “é apenas a participação ativa na luta política pela transformação das condições sociais concretas de existência que abriria as possibilidades para o surgimento de um novo ser humano”. A luta política, portanto, não se configura apenas como uma ação externa ao indivíduo, mas como um elemento fundamental para a sua própria constituição enquanto sujeito.

Ademais, a violência sofrida por Ponciá é um reflexo das barreiras sociais enfrentadas pela população negra. Segundo Carrijo e Martins (2020), para as mulheres negras, à violência de gênero adita-se um agravante: a violência racial. A soma desses dois tipos de opressão potencializa o sofrimento delas, demandando a necessidade de uma atenção diferenciada. Carrijo e Martins (2020, p. 3) ainda vão além, ao exporem uma das consequências da violência racista:

A primeira face da violência racista tende a destruir a identidade do sujeito negro, motivando uma perseguição ao próprio corpo. Através da internalização de um Ideal de Ego branco, o sujeito negro é obrigado a formular para si um projeto identificatório incompatível com as propriedades biológicas do seu corpo, o qual tenta alcançar mesmo à custa de sua felicidade, quando não de seu equilíbrio psíquico.

Nota-se que a ideia principal é que a violência racista não se limita a atos físicos, pelo contrário, atua também de forma psicológica, desconstruindo a autoimagem e a autoestima do indivíduo negro e, conseqüentemente, causando a destruição de sua identidade. A mulher negra

passa a ter a sua mente e o seu corpo transformados em um campo de batalha, em que são travadas as lutas pela identidade e pelo reconhecimento. Todavia, as regras dessas lutas foram estabelecidas ao longo do tempo e elas desfavorecem aqueles que têm menos poder.

Outro caminho de dor na vida das personagens de *Ponciá Vicêncio* resulta da restrição do acesso à educação, evidente quando o romance trata o primeiro contato da personagem principal com as letras:

Por aqueles tempos, pelo interior andavam uns missionários. Um dia a notícia correu. Eles iriam demorar por ali e montariam uma escola. Quem quisesse ir aprender a ler, poderia. Ponciá Vicêncio obteve o consentimento da mãe. Quem sabe a menina um dia sairia da roça e iria para a cidade. Então, carecia de aprender a ler. Na roça, não! Outro saber se fazia necessário. O importante na roça era conhecer as fases da lua, o tempo de plantio e de colheita, o tempo das águas e das secas. A garrafada para o mal da pele, do estômago, do intestino e para as excelências das mulheres. Saber a benzedura para o cobreiro, para o osso quebrado ou rendido, para o vento virado das crianças. O saber que se precisa na roça difere em tudo do da cidade. Era melhor deixar a menina aprender a ler. Quem sabe, a estrada da menina seria outra. Ponciá Vicêncio venciu as dificuldades. Aprendeu o abecedário, conhecia as letras em qualquer lugar. [...] Começou a formar a sílabas e, quando já estava formando as palavras, a missão acabou. [...] Quando os padres partiram, depois de terem cumprido todos os seus ofícios, Ponciá logo percebeu que não podia ficar esperando por eles, para aumentar o seu saber. Foi avançando sozinha e pertinaz pelas folhas da cartilha. E em poucos meses já sabia ler (Evaristo, 2017, p. 25-26).

Maria Vicêncio, a mãe de Ponciá, é uma mulher negra e de condições financeiras precárias, que passou para sua filha a herança de trabalhar com o barro. A esperança dela, ao saber da missão dos padres, remete a um grave problema: a ausência de políticas públicas a fim de garantir o acesso à educação. Embora tenha sido uma conquista histórica, a abolição da escravidão não significou o fim das desigualdades raciais e sociais no Brasil. Pelo contrário, os negros depois de libertos se viram em uma situação de extrema vulnerabilidade, sem acesso a serviços básicos, como saúde, educação, habitação e outros.

Segundo Santos Filho, Caixeta e Silva (2024, p. 5),

os discursos sobre o negro numa República saída da abolição da escravatura [...] frequentemente continham pressupostos racistas formados na duradoura tradição escravista e colonial. Tendo dado fim à monarquia brasileira, a República (1889) radicalizou o status quo colonialista da discriminação racial, criminalizando as práticas e os corpos dos negros. Além disso, criou condições institucionais para a implementação de projetos eugenistas de imigração de brancos ou branqueados, que formaram os segmentos da população destinados a ter acesso aos benefícios das políticas públicas do novo regime.

Vale ressaltar pelo menos dois pontos a partir do excerto: o desejo de implementação de projetos eugenistas e a desigualdade institucionalizada. O primeiro ponto evidencia que, apesar de oficialmente finda a escravatura, o pensamento racista perpetuou-se durante a instauração da República. Os ideais eugenistas tinham como objetivo “branquear” a população,

o que demonstra a intenção de propagar a supremacia branca. O segundo mostra que as políticas públicas da República foram desenhadas para beneficiar a população branca, impossibilitando o povo negro de ser atendido pelo poder público.

Como consequência da falta de atuação do Estado brasileiro na integração dos recém-libertos, perpetua-se a desigualdade – e não só no que se refere à educação, mas também à renda, à saúde e à segurança –, a contínua sub-representação na política e na tomada de decisões e a dificuldade de mudança social – por conta da baixa taxa de qualificação profissional. Santos Filho, Caixeta e Silva (2024, p. 6) reiteram essa ideia ao afirmarem que “a abolição [...] não pode ser entendida como fim de desigualdades sociais e de práticas discriminatórias estruturais em nossa sociedade”. Assim, mesmo após a abolição, ao limitar o acesso do negro à educação, as elites republicanas brasileiras negaram um direito fundamental ao povo preto. Isso comprova a desigualdade socioeconômica atual como um legado histórico.

Uma outra carência recorrente na trajetória do negro brasileiro após a abolição da escravidão, relatada em *Ponciá Vicêncio*, refere-se às oportunidades de emprego. Além de todo trabalho árduo enfrentado nas fazendas, quando os negros decidiam migrar do campo para a cidade, eram levados a subempregos, deparando-se com explorações semelhantes a que sofriam nas fazendas. Ponciá se incomodava com a postura de sua família em ficar relembando e repetindo os casos infelizes de negros que foram para a cidade e acabaram sofrendo. Essa postura dos mais velhos demonstrava o receio instaurado por tantos e tantos casos de dor, com os quais os seus antepassados tiveram que conviver:

Viviam contando o acontecido com Maria Pia. A moça havia se contaminado com uma doença do filho do patrão. O rapaz estava mal e falou de amor com ela. Ela queria, ela queria. Não precisava de ninguém saber, principalmente os pais deles. Podia ser ali mesmo, no quarto dela, nos fundos da cozinha. E o Raimundo Pequeno? Enganou-se com os amigos, crendo neles e seduzido pelo dinheiro que chegava tão rápido, aceitou vender tudo que eles traziam. Chegou até a levar algumas coisas para a roça. Tudo muito bonito. Cortes de fazenda, enxoval, roupas, relógios, bolsas e até um rádio. Soube-se depois que os amigos de Raimundo fugiram e ele havia sido preso. [...] Outros não conseguiam trabalho ou ganhavam pouquíssimo e não tinham como viver. A vida se tornava pior do que na roça (Evaristo, 2017, p. 32-33).

A história de Maria Pia traz à tona a maneira como as mulheres negras são vistas e tratadas. A falta de boas oportunidades e a sua vulnerabilidade social as tornam presas fáceis para a exploração sexual disfarçada de afeto. Ela é colocada em um lugar de objeto de desejo e não como sujeito de direitos. A história de Raimundo Pequeno, por sua vez, mostra como muitos negros, por falta de acesso às vagas de emprego, assumem o risco de atuarem em funções ilegais, sendo levados à criminalidade.

Com a abolição do escravismo em 1888, implementa-se legalmente o fim do regime de trabalho escravista, todavia, isso não eliminou as diversas formas de dominação, exploração, opressão e violência pautadas por caracteres raciais. Foram inúmeros os problemas enfrentados pela população negra nas primeiras décadas que sucederam a abolição da escravatura. Visivelmente, esse processo de abolição do escravismo não ocorreu de forma que proporcionasse condições de emancipação da população negra, ao contrário, resultou em sua marginalização. O processo de abolição, que apesar de declarar “livres” os negros, promoveu a continuidade de uma série de problemas, sendo um deles a chamada divisão racial do trabalho. Essa divisão ganhou fôlego no procedimento de exploração da força de trabalho, muito por conta da falta de condições para o povo negro satisfazer as suas necessidades humanas básicas (Alves, 2022).

Segundo Sousa e Silva (2007), devido à falta de acesso à educação, o negro continua a exercer trabalhos pouco remunerados, com menos valor social e simbólico. Assim, a desigualdade social e racial se mantém ao longo dos tempos.

Outro ponto importante a ser ressaltado é que as experiências vividas pelas personagens de *Ponciá Vicêncio* podem retratar as correlações entre raça, gênero e classe. Ponciá, por exemplo, no decorrer de sua vida na cidade, não se acostuma com os padrões dos brancos; em vez disso, toma consciência das situações opressoras que acometem o povo negro, sem contar que os cruzamentos de raça, gênero e classe se concretizam como fatores determinantes para as condições sociais e psíquicas que acometem a personagem. Ela desejou encontrar caminhos em uma sociedade branca, contudo, deparou-se com mais desigualdades e, somado a isso, distante de suas raízes. Por não conseguir materializar seus desejos, Ponciá se esconde dentro de si, na solidão (Souza; Cerqueira, 2023).

Outro tema diz respeito ao acesso às terras. O livro relata que, após a abolição da escravatura, os negros da fazenda onde os Vicêncio eram escravizados chegaram a receber terras, “doadas” pelos seus antigos senhores. O que parecia ser uma dádiva mostrou-se como correntes que os mantinham presos aos seus antigos senhores, e a produção final dessas terras ainda deveria ser dividida com os brancos:

Tempos e tempos atrás, quando os negros ganharam aquelas terras, pensaram que estivessem ganhando a verdadeira alforria. Engano. Em muito pouca coisa a situação de antes diferia da do momento. As terras tinham sido ofertas dos antigos donos que alegavam ser presente de libertação. E, como tal, podiam ficar por ali, levantar moradias e plantar seus sustentos. Uma condição havia, entretanto, a de que continuassem todos a trabalhar nas terras do Coronel Vicêncio. O coração de muitos regozijava, iam ser livres, ter moradia fora da fazenda, ter as suas terras e os seus plantios. Para alguns, Coronel Vicêncio parecia um pai, um senhor Deus. O tempo passava e ali estavam os antigos escravos, agora libertos pela “Lei Áurea”, os seus

filhos, nascidos do “Ventre Livre e os seus netos, que nunca seriam escravos. Sonhando todos sob os efeitos de uma liberdade assinada por uma princesa, fada-madrinha, que do antigo chicote fez uma varinha de condão. Todos, ainda, sob o jugo de um poder que, como Deus, se fazia eterno (Evaristo, 2017, p. 42).

A autora evidencia a ilusão de liberdade – limitada e condicionada – que muitos negros experimentaram após a assinatura da Lei Áurea. O acesso limitado às terras foi utilizado como uma estratégia que tinha como objetivo manter o controle da força de trabalho dos negros. Comparar o jugo a um “Deus” simboliza a permanência do poder nas mãos de uma minoria branca e da dominação sobre os ex-escravos.

Para Conceição (2021), “trabalhar nas terras” significa mantê-las em constante produção, não permitindo que faltasse o alimento na casa dos senhores brancos. Caso contrário, sem os antigos moradores, agora “livres”, e, conseqüentemente, com os terrenos desabitados, faltaria o provimento necessário aos descendentes da casa-grande. Fica claro, devido ao regozijo dos negros – exposto na citação anterior –, que “essa atitude de exploração colonial, camuflada de bondade por parte do Coronel, passou, de certa forma, desapercibida pelo senso crítico de alguns moradores da vila (Conceição, 2021, p. 69).

Contudo, “a dura realidade foi se impondo. Passadas as noites de festas e danças, os ex-escravos perceberam que não havia para onde ir. Ninguém lhes daria trabalho. [...] Desse modo, ainda que lentamente, todos foram voltando para as fazendas” (Gomes, 2022, p. 516). Esse retrato histórico feito por Laurentino Gomes³⁷ acerca da escravidão alinha-se à ficção de Conceição Evaristo, visto que ambos evidenciam como o dia 13 de maio de 1888 trouxe comemorações para o povo negro, todavia, acabados os festejos, os ex-escravos perceberam que pouco havia mudado na situação deles.

É nesse contexto histórico que devemos entender a chamada identidade negra no Brasil, num país onde quase não se houve um discurso ideológico articulado sobre a identidade “amarela” e a identidade “branca”, justamente porque os que coletivamente são portadores das cores da pele branca e amarela não passaram por uma história semelhante à dos brasileiros coletivamente portadores da pigmentação escura. Essa história a conhecemos bem: esses povos foram sequestrados, capturados, arrancados de suas raízes e trazidos amarrados aos países do continente americano, o Brasil incluído, sem saber por onde estavam sendo levados e por que motivo estavam sendo levados. Uma história totalmente diferente da história dos emigrados europeus, árabes, judeus e orientais que, voluntariamente decidiram de sair de seus respectivos países, de acordo com a conjuntura econômica e histórica interna e internacional que influenciaram suas decisões para emigrar. Evidentemente, eles também sofreram rupturas que teriam provocado alguns traumas, o que explicaria os processos de construção das identidades particulares como a “italianidade brasileira”, a identidade gaúcha, etc. Mas em nenhum momento a cor de sua pele clara foi objeto de representações negativas e de construção de uma identidade negativa que, embora inicialmente atribuída, acabou sendo introjetada, interiorizada e naturalizada pelas

³⁷ Nasceu em Maringá, Paraná, em 1956. É jornalista, oito vezes vencedor do Prêmio Jabuti de Literatura e titular da Academia Paranaense de Letras.

próprias vítimas da discriminação racial (Munanga 2003, n.p.).

Munanga oferece uma análise comparativa entre a construção da identidade negra e de outras identidades étnicas no Brasil, dando destaque às especificidades da experiência negra. Ao enfatizar a história de escravização e as consequências da colonização, esse autor demonstra como a identidade negra é marcada por um processo de desumanização e de negação da cultura ancestral – fato que não ocorreu com outros grupos imigrantes. Enquanto outros grupos imigrantes tiveram a oportunidade de construir suas identidades em um contexto de liberdade (inclusive com a possibilidade de acesso à terra), os negros tiveram que enfrentar um processo de desumanização e exclusão que moldou sua identidade.

Pelo contrário, houve um estímulo à vinda de brancos para o Brasil, conforme pode ser observado no artigo de abertura do Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, que regularizava o serviço da introdução e localização de imigrantes na República do Brasil:

Art. 1º É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal do seu país, excetuados os indígenas da Ásia, ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas (Brasil, 1890).

Promulgado dois anos após a abolição da escravatura, o Decreto em questão revela a seletividade da política imigratória brasileira, privilegiando a vinda de europeus em detrimento de africanos e asiáticos (Franke, 2023). Isso sem contar que “o estado brasileiro pagou as passagens para os europeus e determinou que nos primeiros seis meses ficariam sob sua proteção” (Franke, 2023, p. 53):

Art. 7º O Estado concederá às companhias de transporte marítimo que o requererem a subvenção de 120 francos pela passagem de cada imigrante adulto que elas transportarem da Europa para os portos da República e proporcionalmente, na razão da metade daquela quantia pelos menores de 12 anos até 8 inclusive, e a quarta parte pelos desta idade até 3 anos, uma vez que as mesmas companhias se obriguem a preencher as formalidades constantes deste decreto, e a não receber dos imigrantes mais do que a diferença entre a citada quantia e o preço integral das passagens; o que deverão provar com as declarações por eles firmadas, as quais serão aqui verificadas no ato da chegada.

Art. 12. Os imigrantes ficarão sob a proteção especial do Governo e das Inspetorias Geral e Especiais de Terras e Colonização durante os seis primeiros meses que decorrerem após a sua chegada (Brasil, 1890).

Enquanto esse privilégio era cedido aos imigrantes europeus e às companhias que os transportassem, no artigo quarto desse Decreto eram previstas sanções para os comandantes das embarcações que trouxessem indígenas oriundos da África e Ásia para o Brasil, bem como mendigos e indigentes: “os comandantes dos paquetes que trouxerem os indivíduos a que se referem os artigos precedentes ficam sujeitos a uma multa de 2:000\$ a 5:000\$, perdendo os

privilégios de que gozarem, nos casos de reincidência” (Brasil, 1890). Essa diferenciação na legislação imigratória revela a persistência de uma hierarquia racial no Brasil pós-abolição, em que os europeus eram vistos como desejáveis e os africanos e asiáticos, como indesejados.

Além disso, uma das principais barreiras que impediram os negros de terem acesso à terra após a escravidão foi a assinatura da Lei de Terras (Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850), que estabeleceu o fim da apropriação de terras, ou seja,

nenhuma terra poderia mais ser apropriada através do trabalho, mas apenas por compra do estado. As terras já ocupadas seriam medidas e submetidas a condições de utilização ou, novamente, estariam na mão do estado, que as venderia para quem definisse. Além de impedir que os escravos obtivessem posse de terras através do trabalho, a Lei de Terras previa subsídios do governo à vinda de colonos do exterior para serem contratados no país, desvalorizando ainda mais o trabalho dos negros e negras. Quando a abolição ocorreu, os negros foram abandonados à própria sorte, não concedendo nenhum tipo de reparação, indenização e terras — mesmo que nenhum valor fosse suficiente por vidas inteiras de trabalho forçado e desumano. Não podiam cultivar a terra e não tinham dinheiro para comprá-la diretamente do estado (que, de qualquer forma, possuía o poder de determinar quem seria o dono das terras e certamente os negros não estavam no topo da lista) (Santos Terceiro, 2020).

O negro recém-liberto se viu em uma encruzilhada: permanecer nas fazendas onde era escravizado e continuar sendo explorado pelos seus senhores, ou partir, à própria sorte, sem a possibilidade de adquirir terras e, caso sobrevivesse, regressar à fazenda.

Soma-se a isto o fato da crescente imigração europeia nesse período. Segundo Maringoni (2011), com a grande quantidade de mão de obra imigrante, os negros recém-libertos foram transformados em um exército industrial de reserva, descartável e, sobretudo, sem força política na República que acabara de se estabelecer. Seus antigos senhores, os donos das fazendas, ganharam uma retribuição pelo “prejuízo” da abolição:

A importação de força de trabalho europeia, de baixíssimo custo, bancada pelo poder público. Parte da arrecadação fiscal de todo o País foi desviada para o financiamento da imigração, destinada especialmente ao Sul e Sudeste. O subsídio estatal direcionado ao setor mais dinâmico da economia acentuou desequilíbrios regionais que se tornaram crônicos pelas décadas seguintes. Esta foi a reforma complementar ao fim do cativeiro que se viabilizou. Quanto aos negros, estes ficaram jogados à própria sorte (Maringoni, 2011).

A política de imigração europeia financiada com recursos públicos é mais um fato que demonstra a prioridade dada ao branqueamento da população. Enquanto isso, os negros, população que já vivia em terras brasileiras, foram abandonados. Ao longo dos anos, a imigração europeia foi enaltecida e apresentada como um fator fundamental para o desenvolvimento do Brasil, ao mesmo tempo em que a contribuição dos negros foi apagada da história.

Esse apagamento foi institucionalizado. Em dezembro de 1890, Rui Barbosa, à época, ministro da Fazenda do primeiro governo republicano, decretou

a queima de todos os registros do comércio de escravos. A justificativa oficial era eliminar dos arquivos – e, portanto, da história nacional – os vestígios de um capítulo que julgava vergonhoso para os brasileiros. Na realidade, o objetivo era tornar impossível compensar os prejuízos que os senhores de escravos pudessem eventualmente reclamar na Justiça. Para a pesquisa histórica, foi um prejuízo irreparável, privada para sempre de documentos preciosos sobre a escravidão (Gomes, 2013, p. 336-337).

Observa-se a tentativa de construir uma narrativa nacional em que são omitidas as atrocidades da escravidão. Para o bem da história nacional, esse Decreto de Rui Barbosa não conseguiu findar com todos os documentos e registros referentes à escravidão. Caso seu plano fosse exitoso, hoje seria ainda mais difícil o reconhecimento de que o passado escravista é um fator determinante das desigualdades raciais, e, assim, poderia ser mantida a ideia de que o racismo é um problema individual e não sistêmico.

A liberdade conquistada pelos negros era frágil e os negros acreditavam não ter condições de rejeitá-la. Para piorar o cenário dos recém-libertos, a questão da terra ainda se agrava com o passar dos anos. Ponciá, ao refletir acerca da “herança” que seu avô deixara para ela, lembra-se de que

as terras que o primeiro Coronel Vicêncio tinha dado para os negros, como presente de libertação, eram muito mais, e que pouco a pouco elas estavam sendo tomadas novamente pelos descendentes dele. Alguns negros, quando o Coronel lhes doou as terras, pediram-lhe que escrevesse o presente no papel e assinasse. Isto foi feito para uns. Estes exibiram aqueles papéis por algum tempo, até que, um dia, o próprio doador se ofereceu para guardar a assinatura-doação. Ele dizia que, na casa dos negros, o papel poderia rasgar, sumir, não sei mais o que... Os negros entregaram, alguns desconfiados, outros não. O Coronel guardou os papéis e nunca mais a doação assinada voltou às mãos dos negros. Enquanto isso, as terras voltavam às mãos dos brancos. Brancos que se fizeram donos, desde os passados tempos (Evaristo, 2017, p. 53-54).

A liberdade formal dos negros não foi acompanhada de uma política pública de redistribuição de terras e, tampouco, de igualdade social. Serem abandonados pelo Estado, à mercê da boa-vontade dos seus antigos senhores, era o mesmo que condená-los à continuidade da dominação exploratória. Isso porque a terra, para os negros, representava muito mais do que uma fonte de renda ou um meio de produção. Ela simbolizava a própria liberdade que tanto desejavam, a autonomia que nunca tiveram e a emancipação de sua própria identidade. Por conseguinte, ao serem privados desse direito, os negros se viram mantidos em uma condição de dependência e vulnerabilidade.

Segundo Stoll (2019), podem ser notadas três tipos de segregação urbana em *Ponciá*

Vicência: primeiro, nas favelas; depois, nas zonas de prostituição; e, por fim, nos presídios. Stoll (2019) analisa a trajetória de três personagens a fim de demonstrar essa hipótese de leitura. A primeira é a própria Ponciá, que se torna empregada doméstica e tem a sua rotina desenhada entre o descer do morro, o atravessar da cidade e a chegada à casa da patroa. Evaristo (2017, p. 19) descreve a moradia que Ponciá dividia com o seu homem como um barraco “que flutuava ao vento”. Para Vargas (2005), essa exclusão geográfica, expressa na manutenção e inferiorização das favelas, funciona basicamente como uma metáfora e como a concretização de inúmeros outros tipos de marginalização às quais os negros estão submetidos no Brasil – tanto em relação à moradia, ao emprego, à saúde, à educação e à representação política.

A segunda personagem analisada por Stoll (2019) é Biliza, mulher negra que, em busca de uma vida melhor na cidade, acaba se prostituindo, após ser roubada na casa em que trabalhava. Ela teve um relacionamento com o irmão de Ponciá, mas foi brutalmente assassinada por Negro Climério, que era o proprietário do cabaré da cidade, no qual Biliza trabalhava como prostituta. Ele não aceitou o envolvimento dela com Luandi, irmão de Ponciá, pois a considerava como sua propriedade, juntamente com as demais mulheres do estabelecimento que gerenciava:

Biliza [...] viera da roça para a cidade. [...] Viera com a ideia de trabalhar. Trabalhou muito, juntou algum dinheiro com o propósito de voltar em casa para buscar o pai, a mãe e os irmãos. Um dia, não se sabe como, a caixinha de dinheiro que ela guardava no fundo do armário sumiu. Sumiram as economias, o sacrifício de anos e anos. Biliza se desesperou. Ninguém entrava em seu quarto a não ser, de vez em quando, o filho da patroa. Sim, ele era o único que entrava lá, às vezes, quando dormia com ela. Só podia ter sido ele a tirar o dinheiro por brincadeira, para assustá-la talvez. A patroa não gostou da suspeita que caiu sobre o seu filho. Quanto a dormir com a empregada, tudo bem. Ela mesmo havia pedido ao marido que estimulasse a brincadeira, que incentivasse o filho à investida. O moço namorava firme uma colega de infância, ia casar em breve e a empregada Biliza era tão limpa e parecia tão ardente. Biliza não encontrou o dinheiro e nunca mais viu o filho da patroa (Evaristo, 2017, p. 83-84).

Essa passagem encenada por Biliza nos remete às experiências vividas por mulheres negras tanto no período da escravidão e mesmo após a abolição. Essas mulheres eram abusadas pelos seus senhores brancos e, muitas vezes, utilizadas como um objeto de iniciação à vida sexual dos jovens herdeiros das casas-grandes. Segundo Stoll (2019, p. 8), “uma relação hierarquizada que replica a história das relações entre colonizadores e colonizadas, marcada por questões de gênero e raça”, isto é, uma relação de poder, em que um grupo domina e controla o outro.

Achille Mbembe³⁸ (2018, p. 128), em seu livro *Crítica da razão negra*, ao tratar da

³⁸ É um filósofo e professor universitário nascido em Camarões, em 1957. Frantz Fanon é uma das suas principais influências como pesquisador.

relação entre o europeu colonizador e a mulher negra, descreve o seguinte cenário:

As "belezas negras" seriam mulheres indolentes, disponíveis e submissas. É na condição de exemplos vivos do triunfo da lubricidade que instigam as pulsões fantasiosas do macho francês, que logo se imagina como o explorador branco nos confins da civilização. Ao descobrir os selvagens, mistura-se a eles fazendo amor com uma ou várias de suas mulheres, numa paisagem pontuada por navios ancorados, paraíso tropical de palmeiras cintilantes e aromas das flores insulares.

Essa imagem da mulher negra como objeto sexual está intimamente ligada ao imaginário colonial. Em síntese, o homem branco é representado como o explorador que "descobre" a mulher negra em um cenário exótico e paradisíaco. Essa fantasia colonial aliada à ideia de supremacia racial branca justificaram a dominação e a exploração das mulheres negras, reverberando até os dias atuais.

Finalmente, a terceira personagem a ser estudada por Stoll (2019) é Luandi, o irmão de Ponciá. Luandi decide migrar para a cidade grande, após perceber que sua irmã se foi. Essa escolha entristece profundamente sua mãe. Ele, ao chegar à cidade, não teve para onde ir e resolveu passar a noite na estação de trem. Foi acordado por um soldado chamado Nestor, que também era negro, e foi uma fonte de apoio e inspiração para Luandi. O soldado Nestor conduziu Luandi à delegacia e o irmão de Ponciá passou a noite enclausurado numa cela. Para Stoll (2019, p. 5),

essa abordagem é comum para as pessoas negras, tratadas como criminosas nas ruas. Na contemporaneidade, ocorre um encarceramento em massa da população negra, que, assim como a segregação urbana, tornou-se outra forma de afastar a parte da população que é tida como pobre, indesejável e perigosa.

Nota-se, hoje, que há um discurso, socialmente construído, responsável por associar a população negra à criminalidade e à violência. O jovem sofreu isso no seu primeiro dia na cidade grande. Já no dia seguinte, após passar por um breve interrogatório e comprovada a sua inocência – de acusação alguma –, conseguiu um emprego na delegacia, iria cuidar do trabalho pesado: limpar, varrer, fazer toda a higiene do ambiente. Desde então, Luandi passou a dormir todos os dias naquele lugar, “fez dali a sua casa” (Evaristo, 2017, p. 67).

Apesar de ter aceitado a função de cuidar da limpeza da delegacia, Luandi sonhava em ser soldado, inspirado pelo Soldado Nestor. Ele chega a declarar a sua motivação: “queria mandar. Prender. Bater. Queria ter a voz alta e forte como a dos brancos” (Evaristo, 2017, p. 61-62). Isso reflete o desejo de Luandi de ter poder, de possuir autoridade e de ter a sua voz ouvida na sociedade. Esse episódio destaca o processo de construção de identidade e a busca por reconhecimento de um negro em meio a uma sociedade racista e marcada pelo processo de colonização europeu.

Para Paslawski (2024, p. 32), “Luandi, em relação ao homem branco, busca alcançar sua posição de opressor, imitando seus atos. No decorrer da obra, irá perceber seu lugar e não reconhecimento por completo a essa norma mítica imposta”, o que significa afirmar que o personagem chegará, após muitas experiências, a acolher a ideia de que esse padrão idealizado de masculinidade e poder, associado historicamente à figura do homem branco, não o define. Essa norma, construída socialmente e perpetuada por meio de discursos e representações, estabelece um conjunto de atributos e comportamentos considerados desejáveis e superiores, como a força física, a racionalidade e a cor.

Fanon (2008, p. 60), em suas análises a respeito da alienação do negro, entende que, para o cérebro do negro alienado, “só existe uma porta de saída, que dá no mundo branco. Onde a preocupação permanente em atrair a atenção do branco, esse desejo de ser poderoso como o branco, essa vontade determinada de adquirir as propriedades de revestimento”. Esse mundo branco pode ser entendido como um espaço de privilégios, oportunidades e poder, que foram associados ao longo da história à supremacia branca.

Essa busca de Luandi, marcada pelo desejo de aproximação de padrões brancos, é fruto de uma internalização de uma imagem negativa de si próprio, do homem preto. Assim como Luandi, muitos negros são impelidos a adotar comportamentos e características predominantemente associadas à cultura dominante. Essa seria uma forma de angariar *status* social, empoderamento e reconhecimento, visto que os seus atributos natos não são bem quistos pela sociedade supremacista. Por isso, Fanon (2008, p. 188) é enfático ao afirmar que “o negro quer ser como o branco”, sugerindo que o negro foi guiado a internalizar o padrão de beleza e de sucesso que foram estabelecidos, ao longo dos anos, pela sociedade branca e elitista.

Essa reflexão nos leva à última das dores vividas pelos personagens em *Ponciá Vicêncio* a ser destacada neste texto: a identitária. Ponciá, desde menina, mostrava não reconhecer a si própria.

Quando mais nova, sonhara até um outro nome para si. Não gostava daquele que lhe deram. Menina, tinha o hábito de ir para a beira do rio e lá, se mirando nas águas, gritava o seu próprio nome. Ponciá Vicêncio! Ponciá Vicêncio! Sentia-se como se estivesse chamando outra pessoa. Não ouvia o seu nome responder dentro de si. Inventava outros. Pandá, Malenga, Quietí; nenhum lhe pertencia também. Ela, inominada, tremendo de medo, temia a brincadeira, mas insistia. A cabeça rodava no vazio, ela vazia se sentia sem nome. Sentia-se ninguém. Tinha então vontade de choros e risos (Evaristo, 2017, p. 18).

De certa forma, essa experiência de Ponciá ecoa o que fora vivido por muito negros ao longo da história: que tiveram a sua identidade negada ou desvalorizada. Considerados objetos pertencentes aos “Vicêncio”, ela e sua família tiveram seu próprio “eu” apagado. Mais tarde,

como consequência, já casada e vivendo na cidade grande, ela diz ao seu homem que ele a “poderia chamar de nada” (Evaristo, 2017, p. 19). A angústia por conta de um nome que a representasse era apenas uma figura da crise identitária vivida por Ponciá. Sem identidade própria, vivia com a sensação de ser uma mera sombra, “e como o nome marca a identidade, o desejo de outro nome torna o processo de identificação mais problemático” (Vojvoda, 2024, p. 24).

A personagem chega a demonstrar o desejo de conhecer mais sobre seu próprio povo, de “levantar algumas histórias do passado” (Evaristo, 2017, p. 24). Essa busca por um passado que lhe foi negado, por suas raízes, demonstra o desejo de reconstruir a história do seu povo e de se conectar com uma identidade que fora deturpada antes mesmo de ela nascer. O que deixa evidente que “os sonhos de emancipação existiam, mas faltava-lhe a identidade” (Leitão, 2023, p. 65).

“É importante destacar que a personagem Ponciá Vicêncio, enquanto mulher negra que busca uma identidade, representa uma tentativa de fuga do estereótipo que cerca a personagem feminina negra, que é convencionalizada e disseminada pelas visões sexistas e racistas” (Resende; Santos; Barbosa, 2021, p. 86). Por isso, a literatura de Conceição Evaristo se torna fundamental para a visibilização das experiências das mulheres negras e para a construção de novas narrativas sobre a identidade negra feminina.

Por fim, Ponciá chega à conclusão de que

a vida escrava continuava até os dias de hoje. Sim, ela era escrava também. Escrava de uma condição de vida que se repetia. Escrava do desespero, da falta de esperança, da impossibilidade de travar novas batalhas, de organizar novos quilombos, de inventar outra e nova vida (Evaristo, 2017, p. 72).

Ponciá tem a percepção de que as condições de vida a que os negros estão submetidos são uma continuidade da escravidão. Além disso, a sensação de estar aprisionada em um ciclo de sofrimentos dá força ao pensamento de que a liberdade prometida pela assinatura da Lei Áurea não se concretizou para muitos negros no Brasil.

É interessante observar alguns questionamentos do pai de Ponciá, quando criança, ao seu pai – Vô Vicêncio: “se eram livres por que continuavam ali? Por que, então, tantos e tantas negras na senzala? Por que todos não se arribavam à procura de outros lugares e trabalhos?” (Evaristo, 2017, p.17). O pai de Ponciá perguntou, mas não obteve as respostas que tanto desejava; na verdade, a resposta de Vô Vicêncio “foi uma gargalhada rouca de meio riso e de meio pranto. O homem não encarou o menino. Olhou o tempo como se buscasse no passado, no presente e no futuro uma resposta precisa, mas que estava a lhe fugir sempre” (Evaristo,

2017, p. 17).

Claramente, Vô Vicêncio não tinha as respostas para as perguntas de seu filho. Ainda hoje empreendemos estudos à procura dessas respostas e de outras tantas – apesar de já termos ponderações a respeito de muitas delas:

(1) “Se eram livres por que continuavam ali?” – questiona-se o significado de “liberdade” oferecida aos negros com a abolição da escravatura. Sugere-se que a liberdade formal não se traduziu em liberdade real. O fato de os negros terem permanecido nas mesmas terras, sob as mesmas condições, manifesta a continuidade da estrutura de poder, centrada no homem branco, e a desigualdade que limitou suas oportunidades e seu poder de decisão.

(2) “Por que, então, tantos e tantas negras na senzala?” – evidencia-se a continuidade da exploração da força de trabalho, bem como das péssimas condições de subsistência. A permanência de tantos negros nas senzalas mostra que a escravidão de fato não havia sido erradicada, havia somente assumido novas formas.

(3) “Por que todos não se arribavam à procura de outros lugares e trabalhos?” – somos levados novamente às reflexões no que concerne às oportunidades de emprego. Sem acesso à educação e qualificação, não havia como os negros partirem em busca de novos postos de trabalho. Além disso, a falta de recursos, o racismo e a ausência de políticas públicas se mostravam como barreiras para o desenvolvimento e a permanência da população negra em lugares distantes das terras nas quais eram explorados. Isso sem contar outras variáveis que poderiam impedir a saída em massa dos negros das fazendas: uma possível repressão liderada pelos fazendeiros que perderiam de uma vez a mão de obra, a ligação dos negros com a terra e os seus ancestrais enterrados nela, e a percepção de que em outras partes encontrariam condições semelhantes.

Finalmente, apesar da abolição da escravatura ter ocorrido há quase cento e quarenta anos, as estruturas sociais brasileiras continuam a refletir o legado desse período. A divisão entre aqueles que servem e aqueles que são servidos permanece marcante. A população negra continua a ser afetada pela pobreza, pela exclusão social e pela violência (Jaekel, 2015).

De forma prática – aprendendo com o passado e buscando melhorar o presente e o futuro –, para pôr um fim nessa situação, a sociedade, por meio do Estado, precisa garantir condições de vida e de trabalho, além de saúde, segurança, habitação e educação para que a população negra possa sair dessa condição de pobreza e vulnerabilidade e se emancipar, de fato, como cidadãos (Rocha; Bukzem, 2023).

E de maneira poética, como Conceição Evaristo e sua escrevivência, utilizar a escrita das suas memórias e das de seu povo com o objetivo de representar outros que não têm as suas vozes ouvidas. Fazendo uso de armas capazes de trazer liberdade e consciência. Porquanto, a

leitura apresenta novos horizontes e enriquece culturalmente, além de trazer a consciência das reais circunstâncias da nossa sociedade (Remenche; Sippel, 2019; Pereira; Cavalcante, 2023; Oliveira, 2018).

Dessa forma, a luta pela igualdade racial no Brasil perpassa não só pelo âmbito da prática, que se concretizaria com a implementação de políticas públicas que garantam acesso a direitos básicos e oportunidades para a população negra, mas também pelo âmbito simbólico, com a valorização da cultura afro-brasileira e a promoção de narrativas que combatam o racismo e o preconceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa, procuramos compreender como o colonialismo e o racismo afetam a formação da identidade negra. Mais especificamente, intentamos entender a situação da população negra do Brasil após a abolição da escravatura assinada pela Princesa Isabel. Observamos a maneira com que a desigualdade social e a marginalização perduraram na sociedade brasileira, mesmo após a liberdade oficial dos escravos ser promulgada, bem como o contexto político e social dos primeiros anos da instituição da República no Brasil, momento em que ideias de branqueamento populacional e eugenia eram disseminadas entre políticos e intelectuais. Para alcançar esse objetivo, utilizamos a literatura afro-brasileira como fonte de conhecimento, particularmente *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo. A escolha por uma literatura contemporânea tornou possível identificar os resquícios atuais das barbáries às quais os negros foram submetidos durante a escravidão.

Outro ponto que influenciou na decisão acerca do objeto de pesquisa foi o contato com a obra de Frantz Fanon, *Pele negra, máscaras brancas*. A forma com que o autor trabalha a questão do colonialismo e do racismo, bem como as consequências psicopatológicas e sociais para o negro, fizeram com que optássemos por uma literatura que colocasse o negro em papel de destaque, como protagonista, e não apenas como parte de um pano de fundo histórico. Fanon aborda temas como complexo de inferioridade e busca por embranquecimento; trabalhar com uma literatura em que o narrador adota a perspectiva “do personagem negro” e não “sobre o personagem negro” torna o estudo mais exequível.

Além disso, constatamos a necessidade de ampliarmos a pesquisa, consolidando a ideia de identidade, especialmente da identidade negra. Para tanto, recorremos a Kabengele Munanga, por intermédio da obra *Negritude: usos e sentidos*. O pensamento de Munanga a respeito do processo de formação da identidade do negro e de como o contexto e a sociedade interferem nesse processo também puderam se relacionar com a obra de Conceição Evaristo. *Ponciá Vicêncio* inicia com a história dos ancestrais de Ponciá, mostrando como, mesmo após a abolição da escravatura, eles continuaram vivendo sob um contexto de servidão e sofrimento. No decorrer da história, com Ponciá e outras personagens já na cidade grande, a conjuntura econômica, social e política permanecem interferindo em suas vidas, em seus processos de desenvolvimento e na forma com que eles se veem.

Isso posto, ressaltamos que a vida dos colonizados e escravizados foi arruinada muito além das dores sofridas na pele e das vidas que foram tiradas à época. O sequestro de suas terras de origem, o trabalho forçado e a inferiorização à qual essas pessoas foram submetidas

deixaram sequelas que perduram até hoje. No Brasil, a análise da instituição da República brasileira e das políticas de eugenia e embranquecimento difundidas revelam a profundidade do impacto dessas ideias na formação da estrutura social e racial do país. As desigualdades que persistem até hoje, assim como os desafios na construção de uma identidade negra plena, são legados diretos dessas políticas.

Assim, o colonialismo – atrelado ao racismo – foi responsável por arruinar a vida de gerações, por isso ainda há que se fazer muito esforço, conforme Fanon defende, para conseguir tirar o negro do lugar no qual foi colocado durante séculos: libertá-lo da alienação. Se a educação é uma ferramenta libertadora, um caminho possível para essa libertação é a disseminação de conhecimento.

A análise da obra de Conceição Evaristo revela a importância de se considerar as relações entre raça, gênero e classe social na análise da formação da identidade negra. Nessa perspectiva, ao reconhecer a interação entre diferentes marcadores sociais, seria possível compreender como a experiência de ser negro no Brasil é moldada por múltiplas formas de opressão e desigualdade. O estudo dessas relações, portanto, não apenas ilumina as especificidades da identidade negra, como também revela os desafios enfrentados por homens e mulheres negras em diferentes contextos sociais e econômicos. Ao considerar a raça, o gênero e a classe social como categorias interligadas, a análise da obra de Evaristo nos convida a repensar as formas tradicionais de entender a identidade e a luta por justiça social.

Não pretendemos por meio deste estudo esgotar as temáticas discutidas. Todavia, entendemos que este trabalho é capaz de acrescentar novos argumentos para o debate acerca da posição em que o negro se encontra no cenário atual, encontrando, na história, os fatores que desencadearam os problemas que enfrentamos hoje, como a desigualdade social e a disparidade econômica, a persistente dificuldade de acesso a políticas públicas por parte da população negra e o racismo que, mesmo se manifestando de maneira diferente em relação ao passado, ainda insiste.

Muitos dados, oriundos de pesquisas recentes, comprovam a continuidade do racismo no Brasil, por exemplo: mais da metade dos brasileiros já presenciou algum ato de racismo (Bond, 2023); em 2024, a média salarial de um trabalhador negro foi 42% menor do que a de colaboradores brancos (Ramos, 2024); os negros representaram 84% dos resgatados de trabalhos análogos à escravidão em 2022 (Pajolla, 2022); em 2023, das nove milhões de pessoas que abandonaram a escola durante o Ensino Médio, 71,6% eram pretas ou pardas (Serpa, 2024); cerca de 70% da população carcerária no Brasil é negra (Ribeiro, 2024); a população negra está mais sujeita à morte e a internações por agressão no Brasil (Vitoria, 2024). Esses dados

evidenciam a urgência de discutirmos as questões raciais na sociedade brasileira e, sobretudo, invalidam a ideia de que não há racismo no Brasil.

No início desta pesquisa, partimos da hipótese investigativa em que presumíamos que a análise de *Ponciá Vicêncio* poderia oferecer meios para a compreensão dos processos de construção da identidade negra no Brasil. Concluímos que a trajetória de Ponciá evidencia a importância da literatura negra como ferramenta de visibilização das experiências negras, de libertação e ressignificação da identidade, visto que os estereótipos e as barreiras impostas em desfavor da vida dos negros devem auxiliar na luta contra o racismo. Todavia, alguns pontos podem ser considerados riscos para a disseminação da literatura com essas finalidades: (1) a redução do índice de leitores no Brasil – o número de leitores no país diminuiu cerca de 7 milhões entre 2019 e 2024 (Santos, 2024); (2) de maneira oposta, houve um aumento do índice de crianças, entre 6 e 7 anos, que não aprenderam a ler – em 2019, menos de 30% das crianças pretas não sabiam ler nem escrever, em 2021, esse número subiu para 47,4% (Almeida, 2022); (3) e, por fim, o número de analfabetos, que, apesar de ter uma leve redução nos últimos anos, ainda atinge 7% da população brasileira, o que representa cerca de 11,4 milhões de pessoas (Nery, 2024; Cambraia, 2024).

Dessa forma, a promoção da leitura, especialmente de obras que abordam a temática racial, configura-se como uma oportunidade na luta contra o racismo. Com a leitura, indivíduos têm a oportunidade não só de expandir seus conhecimentos, mas também de questionar preconceitos e estereótipos, e de desenvolver uma visão crítica da realidade social. Assim, a literatura poderia ser utilizada com a finalidade de adicionar novas camadas ao processo de reconhecimento histórico do Brasil e, em particular, do povo negro.

Enfim, concluímos que, assim como em *Ponciá Vicêncio*, processos que contribuam para uma ressignificação identitária devem ser promovidos – seja por meio da leitura, educação, fomento cultural ou quaisquer outras políticas públicas, privadas, midiáticas e ações sociais –, a fim de construirmos uma sociedade em que as narrativas negras sejam valorizadas e os sujeitos negros sejam reconhecidos em suas próprias culturas e vivências. Isto é, faz-se necessária uma forma salutar de refletir a respeito do processo identitário dos negros, desafiando a maneira doentia com que representações negativas foram historicamente atribuídas a eles.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Amanda Alves Nascimento; CHAGAS, Carolina Lima; KÜHN, Ana Érica Reis da Silva. A produção literária feminina negra: uma análise de Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo. **IPOTESI – Revista de estudos literários**, [s.l.], v. 23, n. 2, 2019: Produção Literária de Autoria Feminina II. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/ipotesi/article/view/29190>>. Acesso em: 05 ago. 2024.

ALMEIDA, Maureci Moreira de. A redenção de Cam: imagem-despertador e ideologia do branqueamento. **Revista em favor de igualdade racial**, Rio Branco, v.7, n.1, p. 194-207, jan-abr. 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/download/7148/4538/26917>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

ALMEIDA, Tamíres. Dia Mundial da Alfabetização: cresce 66,3% o número de crianças que não sabem ler nem escrever. **Fundação Roberto Marinho**, [s. l.], 08 set. 2022. Disponível em: <<https://www.frm.org.br/conteudo/educacao-basica/noticia/dia-mundial-da-alfabetizacao-cresce-numero-de-criancas-analfabetas>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

ALVES, Alessandra. “A literatura é o lugar para expurgar a dor do racismo”, afirma Conceição Evaristo. **Brasil de Fato**. Salvador, 12 de agosto de 2017. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2017/08/12/a-literatura-e-o-lugar-para-expurgar-ador-do-racismo-afirma-conceicao-evaristo/>>. Acesso em: 05 ago. 2024

ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.25, n. 2, p. 212-221, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/NVD7NG3FPfcQ5MsmkfCwthd/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 02 ago. 2024.

ARAÚJO, Rosângela de Oliveira Silva. **A Escrivivência de Conceição Evaristo em Ponciá Vicêncio: encontros e desencontros culturais entre as versões do romance em português e em inglês**. 2012. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6199/1/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2024.

ARRUDA, Aline Alves. **Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo: um Bildungsroman feminino e negro**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECAP-76RF2H/1/aline_alves_arruda_texto.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2024.

BALDO, Heloisa Gaiardo. Memórias da escravidão e ancestralidade em Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo. **Litterata**, Ilhéus, v. 7/1, jan.-jun. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.uesc.br/index.php/litterata/article/view/1517/pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2024.

BARTOLAZZI, Thays de Abreu; SILVA, Vera Lúcia da. A mulher negra em Ponciá Vicêncio: caminhos da consciência e da memória. In: CONGRESSO NACIONAL AFRICANIDADES E BRASILIDADES, 1., 2012, Vitória. **Anais Eletrônicos** [...] Vitória: DLL/Ufes, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/cnafricab/article/view/5877/4317>>. Acesso em: 01 dez. 2024.

BATISTA, Lara Miguel; FERREIRA, Juliana Aparecida de Oliveira Pereira; CUNHA, Virginia Mara Próspero da; BUSSOLOTTI, Juliana Marcondes. Tríplice opressão na vida das mulheres negras. **Humanidades e Inovação**, Palmas/TO, v.9, n.15, 2022. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5501>>. Acesso em: 18 dez. 2024.

BEVILÁQUA, Fábila Magalhães Dias *et al.* Labirintos da lembrança em Ponciá Vicêncio de Conceição Evaristo: memória, trauma e identidade. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 7, n. 4, 2021. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/28576>>. Acesso em: 01 dez. 2024.

BISPO, Fábio Santos. Escrivência como metodologia de pesquisa em psicanálise. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, Rio de Janeiro, v. XXVI, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/agora/a/8syVs7ZYRZjXKzpfhpGNXdm/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BOND, Letycia. Mais da metade dos brasileiros já presenciou ato de racismo. **Agência Brasil**, São Paulo, 27 jul. 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-07/mais-da-metade-dos-brasileiros-presenciou-ato-de-racismo>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 16 de julho de 1934. Rio de Janeiro: Assembleia Nacional Constituinte, 1934. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 528**, de 28 de junho de 1890. Rio de Janeiro: Sala das sessões do Governo Provisório. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

CAMBRAIA, Duda. Analfabetismo cai, mas atinge 7% dos brasileiros acima dos 15 anos, diz IBGE. **CNN Brasil**, [s.l.], 17 mai. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/analfabetismo-cai-mas-atinge-7-dos-brasileiros-acima-dos-15-anos-diz-ibge/>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. *In: CANDIDO, Antonio et al. A personagem de ficção*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1963.

CARDOSO, Loyde. Um ponto de vista situado para o vazio em Ponciá Vicêncio. *In: RAMOS, Celiomar Porfírio; FERREIRA, Rosineia da Silva. Reflexões sobre as escrituras de Conceição Evaristo*. Curitiba: Bagai, 2020.

CARRIJO, Christiane; MARTINS, Paloma Afonso. A violência doméstica e racismo contra mulheres negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/JK8t85xSSKbjtwkZjzxpqtq/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 02 ago. 2024.

CONCEIÇÃO, Francis Willams Brito da. **Colonialidade do espaço e espiralidade em Ponciá Vicêncio (2003), de Conceição Evaristo**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa,

2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20741/1/FrancisWillamsBritoDaConcei%c3%a7%c3%a3o_Dissert.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2024.

COSTA, Renata Jesus da. **Subjetividades femininas: mulheres negras sob o olhar de Carolina Maria de Jesus, Maria Conceição Evaristo e Paulina Chiziane**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/13066/1/Renata%20Jesus%20da%20Costa.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2024.

CRISPI, Marcelle Machado Souza. **Colonialidade e controle dos corpos**. Tese (Doutorado em Direito Constitucional e Teoria Geral do Estado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/33818/33818.PDF>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

CRUZ, Edna Sousa; MELO, Eduardo Oliveira; ROCHA, Kátia Carvalho da Silva. Uniformes e espelhos: identidade e memória em Machado de Assis e Conceição Evaristo. **Cadernos de estudos culturais**, Campo Grande/MS, v. 1, p. 95-110, jan./dez. 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/22073>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

CRUZ, Flávio Prates; JESUS NETO, João Santos de. A memória e ancestralidade presente no romance Ponciá Vicêncio de Conceição Evaristo. **Humanidades e Inovação**, [s.l.], v. 7, n. 3, 2020. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1473>>. Acesso em: 01 dez. 2024.

DUARTE, Eduardo de Assis. Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade. **Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários**, Londrina/PR, v. 17-A, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g_pdf/vol17A/TRvol17Aa.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2025.

DUARTE, Eduardo de Assis. O Bildungsroman afro-brasileiro de Conceição Evaristo. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 14, n. 1, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/g7gPJT4f9yzqMyFyLxR6HBb/>>. Acesso em: 01 dez. 2024.

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo – “a escrevivência serve também para as pessoas pensarem”. [Entrevista concedida a] Tayrine Santana e Aleksandra Zapparoli. **Fundação Itaú Social / Rede Galápagos**, São Paulo, s.n, n.p., 2020. Disponível em: <<https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Revista Scripta**. Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365/4510>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Video Ponciá Vicêncio**. Youtube, 2020. 5min27s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=It-JG6HzD3M>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz; **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FAUSTINO, Deivison Mendes. Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. **SER Social**, Brasília, v. 20, n. 42, p. 148-163, jan.-jun., 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.26512/ser%20social.v20i42.14288>>. Acesso em: 26 ago. 2024.

FAUSTINO, Deivison Mendes. Notas sobre a sociogenia, o racismo e o sofrimento psicossocial no pensamento de Frantz Fanon. **Revista Eletrônica Interações Sociais – REIS**, Rio Grande/RS, v. 4, n. 2, jul.-dez., 2020. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/reis/article/view/12211/8585>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

FAUSTINO, Deivison Mendes. O que Fanon disse, afinal? Lewis Gordon e a defesa de uma abordagem fanoniana. **PLURAL – Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.22.2, 2015, p.247-253. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/plural/article/view/112459>>. Acesso em: 26 ago. 2024.

FERREIRA, Rosineia da Silva. **E tamanha foi a crueldade dele: representações da violência em Conceição Evaristo**. Tese (Doutorado em Literatura) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2024. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/50591/1/RosineiaDaSilvaFerreira_TESE.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2024.

FRANKE, Rosiane Maria Gusberti. **Desumanização e resistência na obra Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo**. Dissertação (Mestrado em Literatura Comparada) – Instituto Latino-Americano de Arte (ILAACH), Cultura e História, Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2023. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/server/api/core/bitstreams/b793130b-5b4a-4df6-b1dd-23ed25b2bcfe/content>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Quilombhoje**: espírito de quilombo nos dias de hoje. Desde 1980 colocando mais africanidade na literatura brasileira. [s.l.], 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/quilombhoje-espírito-de-quilombhoje-desde-1980-colocando-mais-africanidade-na-literatura-brasileira#:~:text=O%20Quilombhoje%20foi%20fundado%20em,sobre%20literatura%20e%20cultura%20negra.>>. Acesso em: 15 maio 2024.

GOMES, Laurentino. **1889**: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil. São Paulo: Globo, 2013.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**: da independência do Brasil à Lei Áurea. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2022.

GOMES, Nilma Lino. Apresentação. In: MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

GORDON, Lewis R. Prefácio. In: FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 11-17.

GUERREIRO, Clayton. **Kabengele Munanga**. In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo:

Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2023. Disponível em: <<https://ea.fflch.usp.br/autor/kabengele-munanga>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

JAECKEL, Volker. A imagem da mulher no romance afro-brasileiro contemporâneo: os casos de Conceição Evaristo e Ana Maria Gonçalves. **Revista MOARA**, [s.l.], n. 44, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/issue/view/Issue/192/72>>. Acesso em: 16 jan. 2024.

KERN, Gustavo da Silva. Gilberto Freyre e Florestan Fernandes: o debate em torno da democracia racial no Brasil. **Revista Historiador**, Porto Alegre, v. 6, n. 6, 2014. Disponível em: <<https://www.revistahistoriador.com.br/index.php/principal/article/view/142/148>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

KIELB, Eliziane Gorete; SILVA, Ivone Maria Mendes. Acesso à leitura e narração de contos de fadas na primeira infância: implicações para a formação identitária e a constituição das crianças como sujeitos sociais e de conhecimento. **Pensares em Revista**, São Gonçalo/RJ, n. 18, p. 9-30, 2020. Disponível em: <<https://www.ciespi.org.br/media/files/fcea049a8ec4d511ecbe6e5141d3afd01c/fc757a76d651e11edbe6e5141d3afd01c/acesso-a-leitura-e-narracao-de-contos-de-fadas.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2024.

KILOMBA, Grada. Prefácio – Fanon, existência, ausência. *In*: FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

LEITÃO, Madalena Brito Almas Simões. **Memória, servidão e liberdade: uma leitura de Ponciá Vicêncio e de Afuera crece un mundo**. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparatistas) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/61515/1/ulflmbasleitao_tm.pdf>. Acesso em: 17 set. 2024.

LIMA, Fátima; ANDRADE, Ludmilla Lis. Racismo e sociogenia em Frantz Fanon: diálogos com Grada Kilomba e Conceição Evaristo. *In*: MAGNO, Patricia Carlos; PASSOS, Rachel Gouveia (Org.). **Direitos humanos, saúde mental e racismo: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon**. – Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/dc324a5ca46949149aa02ba14bcb7fb7.pdf#page=85>>. Acesso em 15 mai. 2024.

LIMA, Livia Ribeiro de Souza. **Sujeitos em trânsito: desenraizamento identitário em Conceição Evaristo e Orlanda Amarílis**. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/bitstream/10482/45845/1/2022_LiviaRibeirodeSouzaLima.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2024.

LOPES, Maria Clara Teixeira; BELLOUBE, Yuri. Loucura e ancestralidade em Ponciá Vicêncio. **Revista Mosaico**, São José do Rio Preto, v. 21, n. 01, p. 323-341, 2022. Disponível em: <<http://www.olhodagua.ibilce.unesp.br/index.php/revistamosaico/article/view/911/745>>. Acesso em: 18 dez. 2024.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 463-479, set./dez. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/FmSRPNQZhrqz>>

9mMVWTJnwqP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 ago. 2024.

MARCELINO, Jacqueline Laranja Leal. **Mulheres negras: tradições orais, artes, ofícios e identidades**. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/ec5f39c0-1788-4d98-9e6e-cc73a978e2f0/content>>. Acesso em: 01 dez. 2024.

MARINGOLO, Cátia Cristina Bocaiuva. **Ponciá Vicêncio e Becos da Memória de Conceição Evaristo: construindo histórias por meio de retalhos de memórias**. 2014, 132 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/5bc3842a-e910-454e-aad5-4efb060343b3/content>>. Acesso em: 18 dez. 2024.

MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a Abolição. **Desafios do desenvolvimento** – a revista de informações e debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). São Paulo, Ano 8, Edição 70, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28>. Acesso em: 26 ago. 2024.

MARQUES, Maria Cristina Maciel. **Vidas à margem: relações de gênero, etnia e espaço na narrativa afro-brasileira contemporânea**. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/20517/1/2016_MariaCristinaMacielMarques.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2024.

MBEMBE, Achile. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. **Corpo de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006): posse da história e colonialidade nacional confrontada**. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8156/tde-26062019-113147/publico/2019_FernandaRodriguesMiranda_VCorr.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MORAES, Fernanda Pagungue. **Ensino de história e literatura: diálogos possíveis na educação básica. Dissertação** (Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades) – Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/1499>>. Acesso em: 16 jan. 2024.

MORAIS, Maria Perla Araújo; SILVA, Marília Gabriela Pereira da. Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo, e a condição da mulher negra no Brasil. **Humanidades e Inovação**, [s.l.], v. 7, n. 17, 2020. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3508>>. Acesso em: 01 dez. 2024.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; SANTOS, Alessandro Pereira dos; SIQUEIRA, Fídias Gomes; SILVA, Ana Carolina Dias. Psicanálise e uma ontologia política identitária: leitura sobre a expressão “cultura negra”. **Revista Subjetividades**, v. 20 (Especial 2), 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692020000500004>. Acesso em: 26 ago. 2024.

MOUTINHO, Karina; CONTI, Luciane de. Análise Narrativa, Construção de Sentidos e Identidade. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, 2016, Vol. 32 n. 2, pp. 1-8. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/tsfbSKpvYzygrVG5mrP7x4Q/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania**. Palestra proferida no 1º Seminário de Formação Teórico Metodológica-SP. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32511>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?. **Revista da ABPN**, [s.l.], v. 4, n. 8, jul.–out. 2012, p. 06-14. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/246/222>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

MUNANGA, Kabengele. Preconceito de cor: diversas formas, um mesmo objetivo. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 21, n. 2, 1978, pp. 145-153. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/41616588.pdf?refreqid=fastly-default%3Ad108e9a81171948ac1edbc076fb6a8e1&ab_segments=&initiator=&acceptTC=1>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

NERY, Carmen. Censo 2022: Taxa de analfabetismo cai de 9,6% para 7,0% em 12 anos, mas desigualdades persistem. **Agência IBGE Notícias**, [s.l.], 17 maio 2024. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-desigualdades-persistem>>. Acesso em: 10 dez. 2024

NOLASCO, Daniele de França; SILVA-REIS, Denny. Sobre a não tradução de *Je suis martiniquaise* de Mayotte Capécia no Brasil. **Revista Rascunhos Culturais**. Coxim/MS, v.11, n.22, 2020. Disponível em: <<https://revistarascunhos.ufms.br/files/2021/06/Rascunhos-Culturais-V11-N22.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2024.

OLIVEIRA, Leticia da Paixão. **Escrevivênci(as) em Ponciá Vicêncio de Conceição Evaristo**. 2018. Monografia (Letras Português/Espanhol) – Departamento de Letras e Artes, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana/BA, 2018. Disponível em: <<http://www.letrasespanhol.uefs.br/arquivos/File/letciadapaixao.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2024.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Cruz de. **A infância nos romances afro-brasileiros de Conceição Evaristo**. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/17893/1/2015_MariaAparecidaCruzdeOliveira.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2024.

OLIVEIRA, Rubenil da Silva; CAMELO, Luís Fernando Lima; GONÇALVES, Jaqueline Cunha. Ponciá, presente!: a voz da negritude e o recorte da história social de seus ancestrais. **Revista de Letras Norte@mentos**, Sinop/MT, v. 15, n. 41, p. 85-99, 2022. Disponível:

<<https://periodicos.unemat.br/index.php/norteamentos/article/view/10612>>. Acesso em: 01 dez. 2024.

ORTIZ, Renato. Frantz Fanon: um itinerário político e intelectual. **Contemporânea**. [s.l.], v. 4, n. 2, 2014. Disponível em: <<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/241/>>. Acesso em 15 jan. 2024.

PAJOLLA, Murilo. Negros são 84% dos resgatados em trabalho análogo à escravidão em 2022. **Brasil de Fato**, Lábrea/AM, 13 maio 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/05/13/negros-e-pardos-sao-84-dos-resgatados-em-trabalho-analogo-a-escravidao-em-2022>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

PAULA, Elenice de. (Sobre)vivência na história e literatura: as intersecções entre gênero, raça e classe e os desejos de futuro nas narrativas de Conceição Evaristo. **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, São Cristóvão, v. 18, n. 34, p. 49–78, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/pontadelanca/article/view/21069>>. Acesso em: 01 dez. 2024.

PASLAWSKI, Luana Gabriela. **Os homens negros em Ponciá Vicêncio e Canção para ninar menino grande, de Conceição Evaristo**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro De Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2024. Disponível em: <<https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/6810db9f-bed2-424d-8152-0b121a6981be/content>>. Acesso em: 17 set. 2024.

PEREIRA, Juliana Cristina Minaré. **Feminismos plurais: uma leitura crítica de Desmundo e Ponciá Vicêncio**. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara/SP, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/97bc00fa-99c9-4763-a067-b0a7197ba8d5/content>>. Acesso em: 01 dez. 2024.

PEREIRA, Michelle Thalyta Cavalcante Alves; CAVALCANTE, Erica Dayana Monteiro. A escrevivência evaristiana na obra Ponciá Vicêncio. **Revista de Letras Norte@mentos**, [s. l.], v. 16, n. 44, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/norteamentos/article/view/11103>>. Acesso em: 5 ago. 2024.

PESAVENTO, S. J. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIETRANI, Anélia Montechiari; SOUZA, Agda Beatriz de. A herança de Vô Vicêncio: escravização, memória e (des)construção do “eu” em um *bildungsroman* negro-brasileiro. **Revista de Letras Norte@mentos**, [S. l.], v. 16, n. 44, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/norteamentos/article/view/11128>>. Acesso em: 01 dez. 2024.

RAMOS, Marien. Salário médio de um colaborador negro é 42% menor, diz Insper. **CNN Brasil**, [s.l.], 02 set. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/salario-medio-de-um-colaborador-negro-e-42-menor-diz-insper/#:~:text=Segundo%20pesquisa%20feita%20pelo%20N%C3%BAcleo,no%20segundo%20trimestre%20deste%20ano>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

REIS, Vanessa Jamile Santana dos. **A invisibilidade do feminismo negro nos instrumentos de representação do conhecimento: uma abordagem de representatividade social**.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/30429/1/disserta%c3%a7%c3%a3o%20vers%c3%a3o%20corre%c3%a7%c3%b5es%20definitiva%20PDF.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2024.

REMENCHE, Maria de Lourdes Rossi; SIPPEL, Juliano. A escrevivência de Conceição Evaristo como reconstrução do tecido da memória brasileira. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 36–51, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/23381>>. Acesso em: 5 ago. 2024.

RESENDE, Joelma de Araújo Silva; SANTOS, Raimunda Maria dos; BARBOSA, Wilson Ferreira. Identidade feminina em Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo. **Revista Desenredos**, ano XIII, n. 36, Teresina – PI, 2021. Disponível em: <<http://desenredos.com.br/wp-content/uploads/2022/11/Desenredos-36.pdf#page=78>>. Acesso em: 17 set. 2024.

RIBEIRO, Renato. Estudo: 70% da população carcerária no Brasil é negra. **Agência Brasil**, Brasília, 19 jul. 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2024-07/estudo-70-da-populacao-carceraria-no-brasil-e-negra#:~:text=Dos%20mais%20de%20850%20mil,Anu%C3%A1rio%20Brasileiro%20de%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%ABlica.>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

ROCHA, Andreia Gonçalves; BUKZEM, Salmen Chaquip. Ponciá Vicêncio (ensaio). **Revista Científica Novas Configurações** – diálogos plurais, Luziânia, v. 4, n.1, p. 66-75, 2023. Disponível em: <<https://www.dialogosplurais.periodikos.com.br/article/63bdaf51a95395353a284e23/pdf/dialogosplurais-4-1-66.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2024.

RONCOLATO, Murilo. A tela “A Redenção de Cam” e a tese do branqueamento no Brasil. **Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP**, São Paulo, 14 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.edusp.com.br/mais/a-tela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento-no-brasil/>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SANTOS, Cibele Carvalho Viana dos. Desvelamentos e ressignificações: o passado e o presente do povo brasileiro; um relato de experiência. **Vínculo - Revista do NESME**, vol. 20, núm. 2, 2023, julho-dezembro, pp. 97-106. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/1394/139476286002/>>. Acesso em: 26 ago. 2024.

SANTOS, Emily. O Brasil que lê menos: pesquisa aponta perda de quase 7 milhões de leitores em 4 anos; veja raio X. **G1**, [s.l.], 19 nov. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/11/19/o-brasil-que-le-menos-pesquisa-aponta-que-pais-perdeu-quase-7-milhoes-de-leitores-em-4-anos-veja-raio-x.ghtml>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SANTOS, Richard. **Maioria minorizada**: um dispositivo da racialidade. Rio de Janeiro: Telha, 2020.

SANTOS FILHO, Adão Ferreira dos; CAIXETA, Maryllu de Oliveira; SILVA, Cássio Roberto Borges da. Manuel Querino e a questão racial no Brasil republicano. **Cadernos Cajuína** (Revista Interdisciplinar), [s.l.], v. 9, n. 4, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.52641/cadcajv9i4.538>>. Acesso em: 26 ago. 2024.

SANTOS TERCEIRO, Ivanildo. Como a Lei de Terras perpetuou a opressão dos negros. **Students For Liberty Brasil**, 2020. Disponível em: <<https://studentsforliberty.org/brazil/blog/como-a-lei-de-terras-perpetuou-a-opressao-dos-negros/>>. Acesso em: 26 ago. 2024.

SERPA, Verônica. Abandono escolar é maior entre negros, diz levantamento do IBGE. **Alma preta**, [s.l.], 25 mar. 2024. Disponível em: <<https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/abandono-escolar-e-maior-entre-negros-diz-levantamento-do-ibge/>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SILVA, Elen Karla Sousa da; CARDOSO, Sebastião Marques. Ponciá Vicêncio: rastros de memória e ficção. **KWANISSA – Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**, São Luís, n. 2, p. 55-70, jul/dez, 2018. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/8690/5693>>. Acesso em: 01 dez. 2024.

SILVA, Marília Gabriela Pereira da; SILVA, Olívia Aparecida. Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo, e a identidade negra às margens da sociedade brasileira. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas – TO, v. 10, n. 24, 2024. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/8064>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SILVA, Michelle Pinto da. **Identidade, memória e resistência em A cor da ternura e Ponciá Vicêncio**. Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade) – Centro de Educação – CEDUC, Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande/PB, p. 111, 2014. Disponível em: <<https://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/2532/2/PDF%20-%20Michelle%20Pinto%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2024.

SILVEIRA, Renato da. Nota do tradutor. In: FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

SOUSA, Rackel Lopes de Araújo. **Literatura afro-brasileira na sala de aula: a escrita negra feminina no combate à violência contra as mulheres**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), Imperatriz/MA, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.uemasul.edu.br/server/api/core/bitstreams/ece7a049-7448-4463-be0d-c85d51ff152c/content>>. Acesso em: 15 dez. 2024.

SOUSA E SILVA, Assunção de Maria. Ponciá Vicêncio, memórias do eu rasurado. In: Este artigo está publicado em DEALTRY, G.; LEMOS, M.; CHIARELLI, S. (Org.). **Alguma prosa ensaios sobre literatura brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007, p. 73-83.

SOUZA, Ariel Oliveira Leite de. **Literatura afro-brasileira e resistência: relações possíveis no romance Ponciá Vicêncio**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande/RS, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/10389/0a23a8a1805336d715f6a729a6e599fc.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 01 dez. 2024.

SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra – sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3915/1/Claudete%20Alves%20da%20Silva%20Souza.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2024.

SOUZA, Marcos Aurélio dos Santos; CERQUEIRA, Vanessa Santos. Interseccionalidade e “escrevivência” em Ponciá Vicêncio. **Revista de Letras Norte@mentos**, Sinop, v. 16, n. 44, p. 328-348, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/norteamentos/article/view/11114/7911>>. Acesso em: 05 ago. 2024.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 42, n° 89, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/TLsppHZdSyVtfKjZbRx9qXK/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

STOLL, Daniela Schrickte. Três formas de segregação urbana e racial em Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 58, e5812, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/elbc/a/kxgkLLkkLt9BZvsQrGdvh3w/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 02 ago. 2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Constituição 30 anos**: As Constituições Brasileiras de 1824 a 1988. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=391696>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

VALENTE, Marcela Iochem; CARNEIRO, Teresa Dias. Literatura afro-brasileira rompendo barreiras através da tradução: algumas considerações sobre a recepção de Ponciá Vicêncio na França. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 56, n. 2, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tla/a/jP4VvkzbtHPGcKRZcfyLbsjn/>>. Acesso em: 01 dez. 2024.

VARGAS, João H. Costa. Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. **Revista de antropologia**, [s.l.], 48 (1), 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ra/a/WjLnmL5xbFhznW8ZmPpcGN/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 03 ago. 2024.

VERGÈS, Françoise. Aimé Césaire et la lutte inachevée. **Alea: estudos neolatinos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/alea/a/TVdhP953wHwTCc6CpzMkdbS/?format=pdf&lang=fr>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

VERÍSSIMO, Adrana. Martinica. **Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe**, 2018. Disponível em: <<https://sites.usp.br/portallatinoamericano/martinica>>. Acesso em: 27 de mar. 2024.

VIEIRA, Simone dos Santos Pinto de Assumpção. Rememorações e escrevivências na construção identitária de Ponciá Vicêncio. **Revista Fórum Identidades**, Itabaiana-SE, v. 34, n° 1, p. 113-122, jul-dez de 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/forumidentidades/article/view/16622/12251>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

VITORIA, Dayres. Negros estão mais sujeitos a morte e internações por agressão no Brasil. **CNN Brasil**, [s.l.], 27 mai. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/negros-estao-mais-sujeitos-a-morte-e-internacoes-por-agressao-no-brasil/>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

VOJVODA, Marija. **Representações da identidade no romance Ponciá Vicêncio de Conceição Evaristo**. Tese (Mestrado em Língua e Literatura Portuguesa) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Zagreb, Zagreb, 2024. Disponível em:

<<https://repositorij.unizg.hr/islandora/object/ffzg%3A11962/datastream/PDF/view>>. Acesso em: 17 set. 2024.

APÊNDICE
OBRAS LITERÁRIAS TRABALHADAS POR FANON, EM *PELE NEGRAS*,
MÁSCARAS BRANCAS

Título da obra	Autor	País de origem do autor	Gênero	Em quais capítulos aparecem	Tradução para o Português?
<i>Charmes</i>	Paul Valéry	França	Poesia	I	Sim (<i>Feitiços</i> , Editora Iluminuras, 2020).
<i>Hoquet (in Pigments)</i>	Léon-G. Damas	Guiana Francesa (França)	Poesia	I	Sim (<i>Pigmentos</i> , 2019. Não é uma tradução oficial, publicada por alguma editora. Foi realizada por Eduardo Viveiros de Sousa, professor de filosofia do estado da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal).
<i>Je suis Martiniquaise</i>	Mayotte Capécia	Martinica (França)	Romance	II e III	Não foi encontrada.
<i>Nini: mulâtresse du Sénégal</i>	Abdoulaye Sadj	Senegal	Romance	II e III	Não foi encontrada.
<i>Un homme pareil aux autres</i>	René Maran	Martinica (França)	Romance	III	Não foi encontrada.
<i>Cahier d'un retour au pays natal</i>	Aimé Césaire	Martinica (França)	Poesia	I, V e VI	Sim (<i>Diário de um Retorno ao País Natal</i> , EdUSP, 2021).
<i>Chants d'ombre</i>	Léopold Senghor	Senegal	Poesia	V	Não foi encontrada.
<i>Bois d'Ébène (Prelúdio)</i>	Jacques Roumain	Haiti	Poesia	V	Sim (<i>Negros sujos</i> , Editora Dybbuk, 2015).
<i>Trois poèmes (in Le temps du martyre)</i>	David Diop	França	Poesia	V	Não foi encontrada.
<i>Le renégat</i>	David Diop	França	Poesia	V	Não foi encontrada.
<i>Native son</i>	Richard Wright	Estados Unidos	Romance	V e VI	Sim (<i>Filho nativo</i> , Editora

	Wright				Companhia das Letras, 2024).
<i>La putain respectueuse</i>	Jean-Paul Sartre	França	Peça teatral	IV e V	Sim (A <i>Prostituta Respeitosa</i> , Editora Papirus, 2018).
<i>If he hollers, let him go</i>	Chester Himes	Estados Unidos	Romance	V	Sim (<i>Se ele gritar, deixe-o ir</i> , Editora Mm, 1973).
<i>Le journal de Salavin</i>	Georges Duhamel	França	Romance	VI	Sim (<i>Diário de Salavin</i> , Livraria Tavares Martins, 1945. Edição de Portugal).
<i>Martinique</i>	Michel Cournot	França	Poesia	VI	Não foi encontrada.
<i>Uncle Remus</i>	Joel Chandler Harris	Estados Unidos	Contos / Folclore americano	III e VI	Sim (<i>Uncle Remus</i> é uma coleção de contos, compilados em 9 volumes. No Brasil, há uma edição de um dos contos, publicada pela Editorial Codex, em 1948, intitulada <i>Um conto do tio Remus</i>).
<i>Et les chiens se taisent</i>	Aimé Césaire	Martinica (França)	Peça teatral	VI	Sim (<i>E os cães deixaram de ladrar</i> , Editora Diabril, 1975).
<i>El valiente negro de Flandres</i>	André de Claramunte	Espanha	Peça teatral	VII	Não foi encontrada.

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa, 2025.